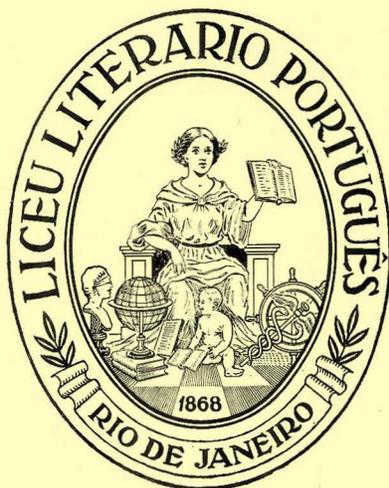


CONFLUÊNCIA

REVISTA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

"Per multiplum ad unum"



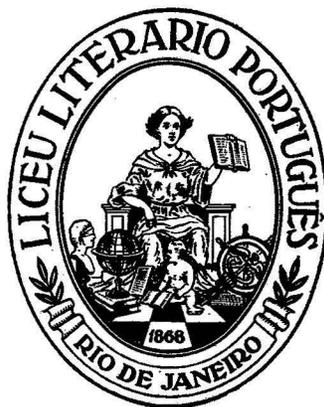
Nº 5 - 1º semestre de 1993 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

"Per multiplum ad unum"

*"As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: pero
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixaram."*

*(João de Barros, Diálogo em louvor
da nossa linguagem)*



Nº 5 - 1º semestre de 1993 - Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
DO
LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

DIRETORIA DO I.L.P.

Antônio Gomes da Costa (Presidente)
Sílvio Elia (Vice-Presidente)
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Evanildo Bechara
Antônio Basílio Rodrigues

CONFLUÊNCIA

Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Sílvio Elia
Gladstone Chaves de Melo
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

Produção Gráfica
Editora Lucerna Ltda

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118
CEP 20031-201 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

Este número de *CONFLUÊNCIA* contou com o apoio especial da SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE PORTUGAL, DA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS E LUSO-BRASILEIRAS E DA TAP - AIR PORTUGAL.

SUMÁRIO

	Pág.
Editorial (Dr. Antônio Gomes da Costa)	5
Homenagem a Celso Ferreira da Cunha	7
Perfil Intelectual de Celso Cunha (<i>Cilene da Cunha Pereira</i>)	9
Bibliografia de Celso Cunha (<i>Cilene da Cunha Pereira</i>)	15
Celso Cunha, o não-gramático (<i>Ivo Castro</i>)	23

ARTIGOS

Do sentido do ensino da Língua Literária	
<i>Eugenio Coseriu</i>	29
Fontes para o estudo da vida e obra de M. Said Ali	
<i>Maximiano de Carvalho e Silva</i>	48
Complemento nominal: problemas de caracterização	
<i>Valter Kehdi</i>	60
Uma interjeição singular	
<i>Vittorio Bergo</i>	66

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO	70
RESENHAS CRÍTICAS	84
NOTICIÁRIO	105
COLABORADORES DESTE NÚMERO	115

EDITORIAL

POLÍTICA CULTURAL PARA OS PAÍSES DA LUSOFONIA

Tem razão Affonso Romano Sant' Anna; que, além das atividades literárias e do magistério, dirige ainda a Fundação Biblioteca Nacional, quando escreve que aos povos de Língua Portuguesa falta uma política cultural, que seja capaz de valorizar e defender patrimônios comuns e, ao mesmo tempo, administrar e definir prioridades no campo da Cultura, do Conhecimento, das Artes, do Cinema, da Música, do Teatro e do Idioma. O escritor dá exemplos de alguns projetos de fácil execução – como é o caso de se editar uma revista voltada para as Literaturas dos países de expressão oficial portuguesa, a criação de bolsas de apoio às traduções e o incentivo aos centros de estudo existentes nas Embaixadas – que poderiam ser contemplados com verbas oficiais e que representariam, sem dúvida, impulsos positivos para dar uma densidade maior, em termos de intercâmbio e de cooperação, ao espaço da lusofonia.

Como se não bastasse a ausência de uma política cultural e a falta de recursos financeiros suficientes para atender a um mínimo de ações que seria conveniente desenvolver no Brasil, em Portugal, em Angola, em Moçambique, na Guiné, em Cabo Verde, em S. Tomé e nas diversas comunidades que, espalhadas pelo mundo, conservam traços e valores da lusitanidade, ainda por cima não aproveitamos em benefício próprio aquilo que fazemos em vários planos. E Affonso Romano Sant' Anna dá como exemplo o "Prêmio Camões", que vem sendo atribuído há 4 anos e que já distinguiu Miguel Torga, João Cabral de Mello Neto, José Craveirinha e Virgílio Ferreira. Pois bem: não basta os governos darem o dinheiro, os jurados reunirem-se para escolher o autor a ser laureado, sair a notícia nos rodapés dos jornais – e pronto. A acrescentar a essas fases é preciso – e o reparo é do escritor – que a entrega do "Camões" seja feita com pompa e circunstância, com a cobertura da imprensa e com a liturgia dos grandes eventos. Como acontece com a entrega do "Prêmio Cervantes", quando comparece o Rei da Espanha, o Senado das Universidades e as altas figuras do governo. Aí, todos tomam conhecimento da existência do galardão e da obra premiada. Conosco improvisa-se, ficamos na cozinha e perdemos a oportunidade não só de realçar além-fronteiras alguns dos nossos melhores escritores, mas também de mostrar a dimensão e a riqueza da Língua e das Culturas de que somos condôminos.

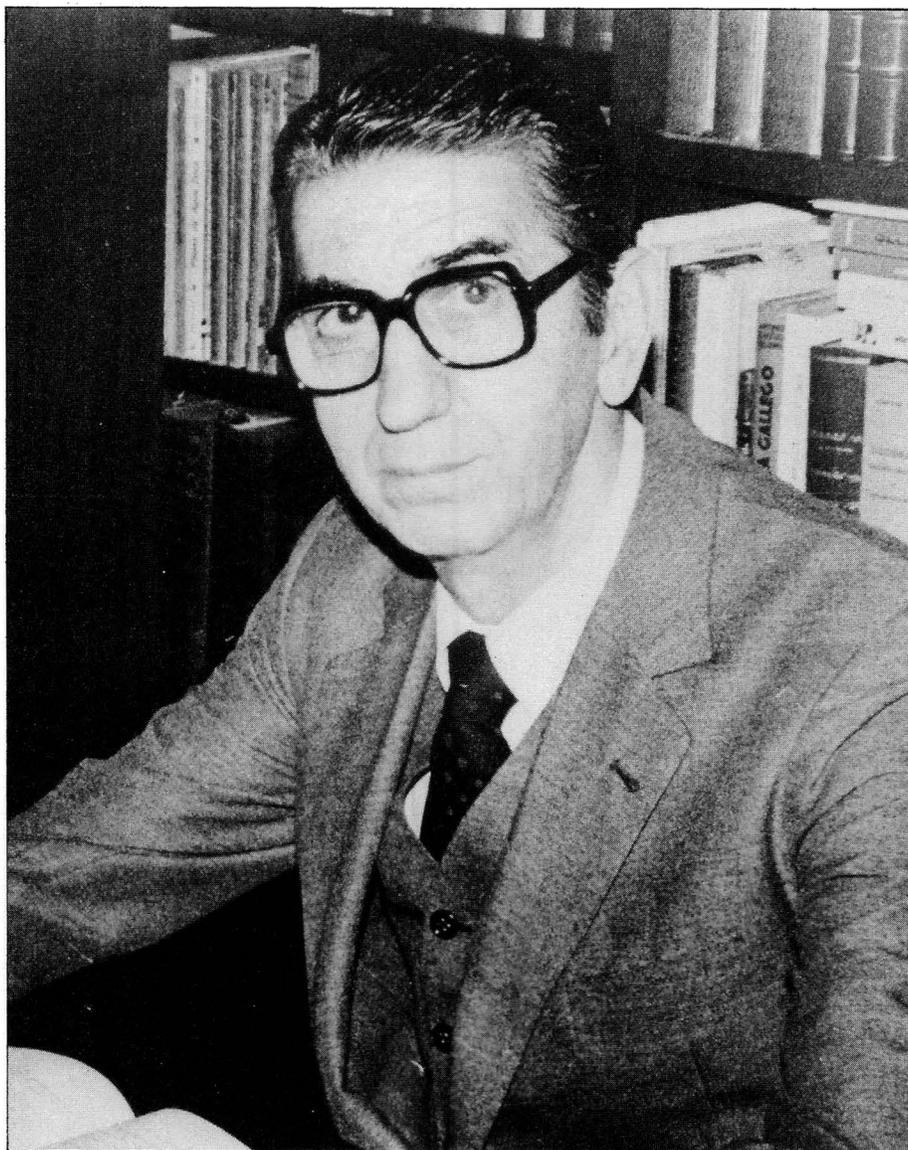
O "Prêmio Camões" é apenas um dos muitos exemplos que poderiam ser mencionados e em que fica claro que a despeito do investimento realizado, na qualidade das Literaturas envolvidas, de estarmos num espaço de quase 180 milhões de utentes do mesmo Idioma, não conseguimos a projeção e os resultados que seria

lógico obter. E não é apenas em termos de ressonância junto a outros países – como o "Cervantes", o "Molière", o "Goncourt", o "Pulitzer". Mesmo no âmbito interno, o certo seria que nos valêssemos da premiação de Torga, de Cabral Netto, de Craveirinha ou de Virgílio Ferreira para divulgarmos os seus livros, discutirmos a irrequietação estética de sua poesia, o timbre de sua prosa, as denúncias do "Chigubo", as angústias da "Vida e Morte Severina", o fundo autobiográfico dos "Diários", ou o alarme dos crepúsculos em "Rápida e Sombra". Mas nada disso acontece. Anuncia-se o resultado: Virgílio Ferreira ganhou, no dia seguinte a imprensa registra o fato e a entrega do prêmio faz-se discretamente nas Laranjeiras. Nas livrarias do Rio e de S. Paulo não aparecem as obras do autor da "Manhã Submersa", nem nas Faculdades de Letras se estimula a análise do seu talento ficcional.

Decerto que não é fácil mudar e o próprio tamanho do Brasil leva por vezes a falhas desconcertantes. Se temos aqui uma biblioteca com tudo o que se edita em Portugal – a do Real Gabinete Português de Leitura – em contrapartida onde um interessado pode encontrar um livro português em S. Paulo, em Porto Alegre, em Belém ou em Rio Branco? Ou se trazemos um escritor português ao Recife, como aproveitar a sua vinda para levá-lo a Belo Horizonte, a Campinas ou a Cuiabá? E não paramos mais. No entanto e malgrado todas as dificuldades; a pobreza dos recursos destinados à Cultura; as influências de outros países; os complexos de certa intelectualidade macunaímica – o certo é que devemos tomar consciência de que, juntos, formamos um "espaço" ou um "mundo" próprio – o da Língua Portuguesa – e é nesse "espaço" ou nesse "mundo" que nos sentimos melhor, sem perder a identidade, sem violentar as raízes, sem esconder o que somos.

A. Gomes da Costa

NÚMERO EM HOMENAGEM A CELSO CUNHA



Celso Ferreira da Cunha
(1917 – 1989)

PERFIL INTELECTUAL DE CELSO CUNHA

Cilene da Cunha Pereira
UFRJ

A madrugada de 10 de maio de 1917 trouxe a Teófilo Otoni – cidadezinha do nordeste de Minas Gerais, terra das águas marinhas – o filho mais velho de Júlia e Tristão da Cunha, Celso, que se revelaria ao mundo como um dos maiores especialistas em Língua Portuguesa, amigo de seus amigos, modelo de seus discípulos, orgulho de sua família.

Descendente de professores e de políticos, deixou claro no seu percurso ter herdado as duas vertentes familiares, ainda que tenha optado explicitamente pelo magistério, cabendo ao irmão mais moço, Aécio, a trajetória política dos Cunha.

Entretanto, nunca lhe faltou o tato político, que desfazia tensões, construía núcleos de interesse comum, congregava pessoas. Sua voz – baixa e suave – sempre foi ouvida respeitosa.

Seu avô paterno criou, no final do século passado, em Teófilo Otoni, um Colégio que se tornaria célebre na região pela qualidade do ensino. O pai – antes de haver optado pela vida pública como Deputado que foi durante quarenta anos e Secretário de Estado, em Minas Gerais, pelo espaço de três governos – foi professor de alemão do Colégio Pedro II e proprietário do Colégio Anglo-Brasileiro, um dos mais conceituados educandários cariocas das primeiras décadas deste século, onde Celso Cunha iniciou a sua formação escolar.

Viveu a infância e a adolescência na Avenida Niemeyer entre o lar, o colégio e a praia, aproveitando naquele tempo, suas horas de lazer para nadar e jogar futebol, o que, segundo conta a tradição familiar, fazia bastante bem. Ao entrar para a Universidade, abandonou tais hábitos, voltando-se para o estudo e a leitura, atividades que lhe davam o maior prazer e o conduziram a uma vida sedentária.

Bacharelou-se em Direito (1938) e licenciou-se em Letras (1940) pela antiga Universidade do Distrito Federal (UDF), de que sempre falara com profundo orgulho, entusiasmo e saudade, como sendo "o belo e malgrado sonho de Anísio Teixeira"¹.

Nessa Universidade teve como mestres Jean Bourciez, Jacques Perret, Georges Millardet, então filólogos dos mais prestigiados, na Europa, trazidos ao Brasil

com o propósito de ajudar a criar o Curso Superior de Letras no país, e Antenor Nascentes e Sousa da Silveira, dois dos maiores expoentes no Brasil, amados e admirados de todos os que tiveram o privilégio de serem seus discípulos.

A Antenor Nascentes, professor de Filologia Românica, Celso Cunha devotou, ao longo da sua vida, o mais profundo respeito, entretecido de um grande carinho que deixava transparecer nas suas constantes referências ao modelo de probidade intelectual, de mestre incomparável e de homem de bem. É pelos olhos de Nascentes que vislumbra os caminhos da Dialectologia e do estudo da variante brasileira da Língua Portuguesa. Em 1941, publica o seu primeiro trabalho acadêmico, "Em Torno do Conceito de Gíria e Calão", na *Miscelânea em Honra de Antenor Nascentes*.

A Sousa da Silveira, professor de Filologia Portuguesa e seu orientador acadêmico em nível de doutorado, Celso Cunha deveu a sua opção pela Crítica Textual, o gosto pelos Cancioneiros Medievais e pela fidelidade ao texto escrito, que Sousa da Silveira soube transmitir como ninguém aos seus discípulos.

Celso Cunha pertenceu a uma geração de figuras proeminentes que mescla elementos de formação universitária específica com autodidatas de sólidos conhecimentos lingüístico-filológicos, como Antônio Houaiss, Olavo Nascentes, Othon Moacyr Garcia, Serafim da Silva Neto, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Rocha Lima, Mattoso Câmara Jr., entre outros.

Nome representativo das Letras no Brasil e no exterior, mitificado como um dos brasileiros que melhor dominava a Língua Portuguesa desde as origens, passando pela sua miscigenação na construção das pátrias que a têm como língua oficial, até a profundidade política que ela exerce em cada ato de fala, Celso Cunha foi pesquisador e autor de obras capitais na área da gíria e calão, da lírica medieval galego-portuguesa, crítica textual, versificação, português do Brasil, ensino de língua portuguesa, crioulo e proto-crioulo, análise intra e translingüística de textos camonianos, questões de língua e gramática.

Suas preocupações com a cultura e o ensino no país o levaram a assumir relevantes cargos públicos: Diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (1956 a 1959), Secretário de Educação e Cultura do Governo Provisório do Estado da Guanabara (1960), Membro do Conselho Federal de Educação (1962–1966), Membro do Conselho Federal de Cultura (1986–1989).

Todo o seu saber foi coroado com a sua entrada para a Academia Brasileira de Letras (1987) e a escolha do seu nome como revisor do texto da atual Constituição do Brasil, promulgada em 1988.

Pertenceu a diversas Academias e Sociedades Científicas entre elas à Academia das Ciências de Lisboa, à Academia Mineira de Letras, à Academia de Filologia, ao Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro, à Société de Lingüistique de

Paris, à Sociétté de Lingüistique Romane, à Association Internationale de Semiotique, à Hispanic Society of America, à Associação de Lingüística y Filologia de la América Latina, à Oficina Internacional de Información y Observación del Español.

Foi detentor de vários prêmios entre os quais o Prêmio José Veríssimo de Ensaio e Erudição, conferido pela Academia Brasileira de Letras, pela obra *O Cancioneiro de Martin Codax* (1956) e o Prêmio Moinho Santista de Filologia (1983).

Além de filólogo, Celso Cunha foi professor, PROFESSOR com todas as letras maiúsculas, pois assim gostava de ser conhecido e era assim que declarou, repetidas vezes, preferir ser lembrado.

Iniciou sua carreira no Colégio Pedro II, aos 17 anos, depois de já ter impressionado seus mestres enquanto aluno. Em 1952, aos 35 anos, tornou-se catedrático desse Colégio em acirrado concurso público de provas e títulos, substituindo então o seu querido mestre Antenor Nascentes.

Em 1957 assumiu também por concurso público a cátedra de Língua Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia que, segundo as palavras proferidas na Aula Magna, quando de sua aposentadoria compulsória, fora o momento mais feliz de sua vida, momento em que considerava plenamente atingido o seu ideal de vida, o plano a que se traçara quando ainda freqüentava os bancos universitários, ou seja, conquistar pelas estradas largas e democráticas da competição pública as duas cátedras do ensino de língua no país de maior prestígio na época, a do Colégio Pedro II, representante da tradição centenária, enobrecida pelos filólogos do passado, e a da Faculdade Nacional de Filosofia, a grande esperança dos estudos do idioma. Nessa disciplina Celso Cunha substituiu o eminente filólogo Sousa da Silveira.

Aí lecionou durante trinta e dois anos, até às vésperas do seu falecimento. Nos últimos tempos de vida, com o seu estado de saúde precário passou a ministrar as aulas em nível de Pós-Graduação na sua própria casa, que abrigava uma biblioteca das mais raras e na especialidade uma das melhores do país, formada ao longo de toda a sua vida e que ele, generosamente, facultava aos discípulos e a todos que batiam à sua porta.

Foi leitor de português na Universidade de Paris (1952–1955) para onde retornou mais tarde na qualidade de Professor Associado (1970–1972 e 1983). Em 1966 foi Gastprofessor na Universidade de Colônia (Alemanha). Participou de Congressos, Simpósios e Seminários, apresentou conferências e ministrou aulas sobre temas lingüísticos, filológicos e literários, em Universidades brasileiras e estrangeiras, em Centros e Institutos especializados desde 1949. Foi o organizador de alguns, como o I Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, na Bahia (1956), Simpósio de Filologia Românica, no Rio de Janeiro (1958), I Congresso

Brasileiro de Dialectologia (1958) e o XV Congresso de Lingüística e Filologia Românica, no Rio de Janeiro (1977).

Foi amigo de grandes lingüistas e filólogos do mundo como comprovam as centenas de cartas que integram seu acervo.

Sua obra apresenta três nítidas vertentes: a filológica, a dialectológica e a gramatical.

O título de filólogo, afirmara ele em certa ocasião, "representava ao seu tempo o maior galardão que podia almejar um estudioso do idioma em Portugal e no Brasil"². Os modelos que seduziram sua época foram os de Leite de Vasconcelos, Carolina Michaelis, Adolfo Coelho, Gonçalves Viana, Epifânio Dias, Sebastião Dalgado, José Joaquim Nunes, mestres insígnies que tanto dignificaram o saber nas Universidades de Lisboa e de Coimbra. Daí ser natural que o primeiro aspecto da sua obra fosse consagrado à lírica trovadoresca, tornando-se assim uma das maiores autoridades do mundo no assunto, como comprovam as edições críticas do *Cancioneiro de Paay Gómez Charinho* (1945), *Cancioneiro de Joan Zorro* (1949), *Cancioneiro de Martin Codax* (1956), consideradas modelares pelo seu aparato filológico. Acompanhou essas edições um estudo fundamental sobre versificação na língua galego-portuguesa medieval que intitulou *À Margem da Poética Trovadoresca. O Regime dos Encontros Vocálicos* (1950). Seguiram-se a essas obras diversos artigos e comunicações que veio a reunir em livro como *Estudos de Poética Trovadoresca. Versificação e Ecdótica* (1961), *Língua e Verso* (1963), *Estudos de Versificação Portuguesa (séculos XIII a XVI)* (1982), obra que representa a culminância dos seus estudos de versificação medieval, e *Significância e Movência na Poesia Trovadoresca* (1985).

Enquanto dialectólogo dedicou-se ao estudo da modalidade americana do português sempre dentro da superior unidade da língua portuguesa, com vista à elaboração de uma história da língua portuguesa no Brasil, obra esta que a saúde infelizmente não o deixou realizar. Entretanto são marcos dessa fase trabalhos como *Camões e a Unidade da Língua* (1957), *Uma Política do Idioma* (1964), *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira* (1968), *Língua, Nação e Alienação* (1981), *Em Torno do Conceito de Brasileirismo* (1987). Nessas obras abordou de forma atualíssima questões como as da norma culta, dos crioulos e dos destinos da língua portuguesa no mundo.

Digno de reflexão o fato de que, embora a Filologia tenha sido a sua primeira e grande paixão, foi a Dialectologia que se deixou ficar mais fortemente nas preocupações acadêmicas de seus discípulos. Hoje, na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dois grupos de professores de Língua Portuguesa mantêm viva a voz do ilustre mestre. Um deles dedica-se ao estudo da Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro (Projeto NURC) e o outro, à Linguagem Popular no Estado do Rio de Janeiro (Projeto APERJ).

Sua produção científica na área da Crítica Textual e do Português do Brasil mereceu dos especialistas nacionais e internacionais os maiores elogios.

As pessoas que não conheceram Celso Cunha como filólogo ou dialectólogo por certo conviveram com o gramático. Esta a face da sua obra de maior divulgação.

Livros de consulta obrigatória, e também aqueles que o popularizaram entre brasileiros e portugueses, foram a *Gramática do Português Contemporâneo* (1970), *Gramática da Língua Portuguesa* (1972) e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1984–1985), esta última escrita em colaboração com um dos seus maiores amigos, Luís Filipe Lindley Cintra, professor da Universidade de Lisboa.

Essas gramáticas são o resultado dos estudos importantíssimos realizados nos *Manuais de Português*, destinados ao ensino da língua do Admissão à 4ª série ginasial e em *Português Através de texto: Estilística e Gramática Histórica*, escrito em coautoria com o seu dileto amigo mineiro Wilton Cardoso.

Homem afetuoso, de uma generosidade discreta, delicado nos gestos, grande conversador que encantava a todos que o ouviam, um mestre bondoso que abria as portas do seu saber a quantos nela batessem. Tinha sempre o que ensinar, dono que era de um patrimônio intelectual tão variado quanto profundo.

Habitado a trabalhar no mais absoluto silêncio, começava a se preparar para a atividade intelectual lá pelas 22 horas e só parava nos albos do dia, após ler os jornais. Costumava intercalar suas leituras filológicas e linguísticas com a de grandes poetas das literaturas brasileira, portuguesa e francesa. O gosto pela poesia foi provavelmente herança do avô materno, que costumava sentar-se com ele, ainda adolescente, num banco do jardim de sua casa para juntos lerem os poetas latinos, ou ainda legado de seu pai, leitor apaixonado dos poetas franceses e portugueses.

A seriedade profissional de que se revestia Celso Cunha o obrigava a assinar as melhores revistas na área da sua especialidade. Não só adquiria as obras que acabavam de sair, mas também as lia criticamente. Desejava estar a par da ciência do seu tempo, ser um homem do seu tempo no difícil exercício de ser a ponte entre o passado e o presente, concretizando assim os versos de Carlos Drummond de Andrade: "não serei o poeta de um mundo caduco... o tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente"³. Daí os trinta mil volumes que integram o acervo de sua biblioteca filológico-linguístico-literária, formada ao longo de 59 anos, impecavelmente encadernados que fazem parte, hoje, da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde Celso Cunha iniciou como aluno de Direito, depois aluno de Letras, professor do Curso de Jornalismo e do Curso de Letras, professor Catedrático e professor Emérito, após sua aposentadoria compulsória.

Uma das facetas de Celso Cunha que mais fascinava ou intrigava seus amigos e parentes era a maneira com que ele tecia o mais legítimo saber sobre as coisas que

lhe perguntavam, com uma superstição sempre explicada de um modo surpreendente. Prova disso: trazer junto um rosário da Irlanda, que se misturava em seu bolso com fitas do Senhor do Bonfim e com uma figa da Guiné.

Havia também o número sete, que ele tentava banir da sua vida. Daí o seu repúdio ao sete e a tudo que somasse sete, como o caso do edifício em que morava de número dezesseis – um mais seis igual a sete – ter sido renumerado pela prefeitura, depois de uma alentada argumentação que para tanto encaminhara.

Dos dias da semana, Celso Cunha dedicava à sexta-feira as decisões difíceis e melindrosas, pois, segundo a predição de uma cigana em Paris, este o seu dia de sorte.

Não sei as malhas que o acaso tece. Mas a madrugada que o trouxe, foi ela que o levou, madrugada chuvosa de uma sexta-feira, dia 14 de abril de 1989. Partiu calmo, sereno, como convém a quem cumpriu galhardamente a sua missão, deixando, no coração de todos que o conheceram, uma saudade imensa e um vazio que jamais serão preenchidos, nas Letras brasileiras, a certeza de que elas perderam um dos seus maiores filólogos e lingüistas de todos os tempos.

Mas um homem como Celso Cunha não morre de todo. E isso não é apenas consolo para sua família, mas segurança para os que fazem do conhecimento a sua bandeira.

Dele ficou o modelo ditado pela sua conduta humana e intelectual, a sua entrega por inteiro ao fazer docente, o seu modelo de probidade intelectual, a seriedade devotada à pesquisa científica. Dele ficou, também, o bibliófilo que com sacrifício construiu, manteve e sustentou a sua biblioteca que invadiu todos os cômodos da sua casa, do chão ao teto, o que bem retrata a plenitude do seu saber não estreitado pelos limites da especialização. Essa biblioteca vem inaugurar o acervo de bibliotecas especiais da Faculdade de Letras da UFRJ. Dele ficou, ainda, a sua obra reconhecida nacional e internacionalmente, a crença na redenção do homem pelo estudo e a esperança de construção de uma pátria que seja orgulho para seus filhos.

NOTAS

1. CUNHA, Celso. Presença de Antenor Nascentes. *Revista Romanitas*, 12-13:43, Rio de Janeiro, 1975.
2. Opus cit. p. 43.
3. ANDRADE, Carlos Drummond de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1964. p.11.

BIBLIOGRAFIA DE CELSO FERREIRA DA CUNHA

Cilene da Cunha Pereira
UFRJ

1941

1. Em torno dos conceitos de gíria e calão. In: *Miscelânea de Estudos em honra de Antenor Nascentes*. Rio de Janeiro / s.ed. / 1941. p.65-97.

1945

2. *O cancionero de Paay Gómez Charinho, trovador do século XIII*. Rio de Janeiro, 1945. (Texto policopiado).
3. Revisão crítica das *Obras do Barão do Rio Branco. Questões de limites – República Argentina*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945.
4. Revisão crítica das *Obras do Barão do Rio Branco. Questões de limites – Guiana Britânica*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945.
5. Revisão crítica das *Obras do Barão do Rio Branco. Questões de limites – Guiana Francesa (2ª memória)*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945.

1947

6. Revisão crítica das *Obras do Barão do Rio Branco. Questões de limites – Exposição de motivos*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1947.
7. Revisão crítica das *Obras do Barão do Rio Branco. Bibliografias*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1947.
8. Revisão crítica das *Obras completas de Joaquim Nabuco. Minha formação*. São Paulo, Ipê, 1947.

1948

9. Revisão crítica das *Obras do Barão do Rio Branco. Estudos históricos*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1948.
10. Revisão crítica das *Obras do Barão do Rio Branco. Discursos*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1948.

1949

11. As "findas" das Cantigas de Paay Gómez Charinho. *Revista Cultura*, 2:134-144. Rio de Janeiro, MEC, 1949.
12. *O cancionero de Joan Zorro. Aspectos lingüísticos. Texto crítico. Glossário*. Rio de Janeiro / Imprensa Nacional / 1949. 97p.
13. *Português elementar* 1ª ed. São Paulo / s.ed. / 1948. 2ª ed. São Paulo, Ipê, 1949.
14. Revisão crítica das *Obras completas de Joaquim Nabuco. Balmaceda e a intervenção estrangeira*. São Paulo, Ipê, 1949.

15. Revisão crítica das *Obras completas de Joaquim Nabuco. O abolicionismo*. São Paulo, Ipê, 1949.
16. Revisão crítica das *Obras completas de Joaquim Nabuco. O direito do Brasil*. São Paulo, Ipê, 1949.
17. Revisão crítica das *Obras completas de Joaquim Nabuco. Escritos literários*. São Paulo, Ipê, 1949.

1950

18. *À margem da poética trovadoresca: o regime dos encontros vocálicos interverbais*. Rio de Janeiro /Imprensa Nacional/ 1950. 93p.

1954

19. *Defesa da filologia*. Coimbra / Atlântica Editora / 1954. 29p.
20. *Jornalismo e Universidade*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do MEC, 1954. 17p.
21. *O ensino de português*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do MEC/1954/. p.18-27.

1955

22. Amostra de uma edição comentada da "Prosopopéia", de Bento Teixeira. *Revista Filológica*, 1:33-37. Rio de Janeiro / s. ed. / 1955.
23. Sobre o "dobre" e o seu emprego nas cantigas de Paay Gómez Charinho. *Revista Brasileira de Filologia*, 1(2): 161-174. Rio de Janeiro, 1955.

1956

24. Guirlanda & grilanda. *Revista Brasileira de Filologia*, 2(2): 205-206. Rio de Janeiro, 1956.
25. *O cancionero de Martin Codax*. Rio de Janeiro / Imprensa Nacional / 1956.
26. Um texto acalado. *Revista Brasileira de Filologia*, 2(1): 19-26. Rio de Janeiro, 1956.

1957

27. Branca e vermelha (Sobre um passo da Cantiga da garvaya). In: *Miscelânea de Estudos em Honra do Professor Hernâni Cidade*. Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1957. p.100-118.
28. *Camões e a unidade da língua*. Rio de Janeiro, MEC/Biblioteca Nacional, 1957.
29. Expressão literária de Camões. In: *Boletim do MEC*, 5:14-17. Rio de Janeiro, maio/junho de 1957.

1958

30. *Manual de Português. Curso de Admissão*. 1ª ed. / São Paulo / Companhia Editora Nacional, 1958.
15ª ed. Rio de Janeiro, Distribuidora de Livros Escolares, 1971.

1959

31. Bibliografia de D. Ramón Menéndez Pidal. In: *Ibérica*, 1:164-212. Rio de Janeiro, 1959.

32. O movimento simbolista em Portugal e no Brasil. Relatório. In: *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, 1:545-557. Lisboa, 1959.

1960

33. Artigos sobre o Lirismo Medieval Português, publicado com a sua assinatura no *Dicionário das literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*. (Dirigido pelo Professor Jacinto do Prado Coelho, da Universidade de Lisboa). Porto, Livraria Figueirinhas / 1960.
34. Ni "em" = em casa de. In: *Ibérica*, 4:152-156. Rio de Janeiro, 1960. Republicado nos *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica*. Rio de Janeiro, MEC/Biblioteca Nacional, 1970. p.223-230.
35. Novas observações sobre o hiato na antiga versificação galego-portuguesa. In: *Ibérica*, 4:23-100. Rio de Janeiro, 1960.
36. Projeto de um Atlas Lingüístico-Etnográfico do Brasil: por regiões. (Em colaboração com Serafim da Silva Neto). In: *Actas do III Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros*, 2:405-412. Lisboa, 1960.
37. Projeto de um Catálogo Geral Luso-Brasileiro. (Em colaboração com Antônio Houaiss). In: *Actas do III Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros*, 2:389-391. Lisboa, 1960.
38. Regularidade e irregularidade na versificação do primeiro "Auto das Barcas", de Gil Vicente. In: *Studia Philologica, Homenaje ofrecido a Dámaso Alonso*, 1:459-479. Madrid, Gredos, 1960.

1961

39. A linguagem poética portuguesa na primeira metade do século XVI: Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão. In: *Actas do IXe Congrès International de Linguistique Romane*, 2:113-129. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1961. (*Boletim de Filologia*, 19, 1960).
40. *Estudos de poética trovadoresca*. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1961. 259p.

1962

41. Bacharelado ou Bacharelato. In: *Documenta*, 10:7-9. Rio de Janeiro, MEC/Conselho Federal de Educação, dezembro de 1962.
42. *Manual de Português: 1ª e 2ª séries ginasiais*. 1ª ed., Rio de Janeiro, São José, 1962.
8ª ed. rev. Rio de Janeiro, São José, 1968. 397p.

1963

43. *Língua e verso*. (Ensaio) 1ª ed., Rio de Janeiro, São José, 1963. 94p.
2ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, São José, 1968. 142p.
3ª ed. rev. e aum. Lisboa, Sá da Costa, 1984. 160p.
44. O ensino da língua nacional (Para uma política do idioma). In: *Documenta*, 21(2). Rio de Janeiro, MEC/ Conselho Federal de Educação, dezembro de 1963.

1964

45. *Manual de Português: 3ª e 4ª séries ginasiais*. Rio de Janeiro, São José, 1964. 541p.

46. *Manual de Português: 3ª série ginásial*. 1ª ed., Rio de Janeiro, São José, 1964. 5ª ed. Rio de Janeiro, Distribuidora de Livros Escolares, 1969. 303p.
47. *Manual de Português: 4ª série ginásial*. 1ª ed., Rio de Janeiro, São José, 1964. 5ª ed., Rio de Janeiro, Distribuidora de Livros Escolares, 1969. 335p.
48. O ensino superior da língua espanhola no Brasil. In: *Presente y futuro de la lengua española*. Madrid, Instituto de Cultura Hispânica, 1964.
49. *Uma política do idioma*. 1ª ed. Rio de Janeiro, São José, 1964. 52p. 2ª ed. (com Prefácio de Aires da Mata Machado Filho). Rio de Janeiro, São José, 1968. 52p. 5ª ed. atualizada. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984. 79p.

1965

50. Rio de Janeiro. Para a história de um topônimo. In: *Miscelânea filológica em honra à memória do professor Clóvis Monteiro*. Rio de Janeiro, 1965. p.47-60.

1967

51. Sobre o "E" paragógico na épica e na lírica. In: *Estudos filológicos. Homenagem a Serafim da Silva Neto*. Rio de Janeiro, 1967.

1968

52. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968.
53. *Língua e verso*. (Ensaio). 2ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, São José, 1968. 142p.
54. Para uma eficaz colaboração de brasileiros e portugueses na realização das tarefas inerentes ao estudo, cultivo e difusão da língua portuguesa. In: *Actas do I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea*. Coimbra, 1968. p.265-287.
55. Projeto de um Centro de Documentação e Informação da Língua Portuguesa Contemporânea. In: *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, 5:360-362, Coimbra, 1968.
56. *Uma política do idioma*. 2ª ed. (com prefácio de Aires da Mata Machado Filho). Rio de Janeiro, São José, 1968. 52p. 5ª ed. atualizada. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

1969

57. *Manual de português do vestibular*. Rio de Janeiro, EDILD, 1969. 540p.
58. Sobre o "E" chamado "paragógico" na versificação dos trovadores galego-portugueses. In: *Actas del XI Congresso Internacional de Lingüística y Filología Románicas*. Madrid, 1969. p. 1613-1614.

1970

59. *Gramática moderna*. 1ª ed. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1970. 3ª ed. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1971.
60. *Gramática do português contemporâneo*. 1ª ed. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1970. 10ª ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1983.

61. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 2ª ed. (atualizada e aum.) Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970.
9ª ed. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1986. 142p.
62. Para o estudo da poética dos nomes próprios. In: *Estudos em homenagem a Cândido Jucá (filho)*. Rio de Janeiro, Organizações Simões /s.d./ p. 47-62.
63. *Português através de textos: 1ª série colegial*. (Em colaboração com Wilton Cardoso). 1ª ed. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1970.
3ª ed. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1971.

1972

64. *A "Prosopopéia", de Bento Teixeira*. Edição crítico-interpretativa. (Em colaboração com Carlos Durval).
1ª ed. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1972.
2ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1977.
65. *Gramática da língua portuguesa*. 1ª ed., Rio de Janeiro, MEC/FENAME, 1972.
11ª ed., Rio de Janeiro, MEC/FENAME, 1992.

1974

66. Le polymorphisme du Portugais du Brésil et ses causes: les cas du *s/implosif*. In: *Cultura Neolatina, XXXIV*. Moderna, 1974. p. 327-335.

1975

67. Confissões de um malgrado editor de "Os Lusíadas". In: *Romanitas, 13-13:231-256*. Rio de Janeiro, 1975.
68. Presença de Antenor Nascentes. In: *Romanitas, 12-13:43-54*. Rio de Janeiro, 1975.
Replicado, com alterações, em *Studia, 10:137-149*. Rio de Janeiro, MEC/Colégio Pedro II, 1980.

1978

69. *Estilística e Gramática Histórica*. (Em colaboração com Wilton Cardoso). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
70. Linguística e pedagogia: o exemplo Mobral. In: *Actas del IV Congreso de ALFAL (Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina)*. Lima, 1978

1979

71. *A situação lingüística de Cabo Verde e Guiné-Bissau: português e crioulo frente a frente*. In: *Studia, 9:39-53*. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1979.
72. *Gramática de Base*. 1ª ed. Rio de Janeiro, MEC/FENAME, 1979.
5ª ed. Rio de Janeiro, MEC/FENAME, 1987.
73. Política e cultura do idioma. In: *Expressão, 2:5-20*. Rio de Janeiro, 1979.

1980

74. Alguns aspectos da prosódia camoniana. *Boletim do Clube da Medalha do Brasil*, ano III, n. 6, ago 1980. p. 11-18. (Número dedicado a Luís de Camões).

1981

75. *Língua, nação e alienação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981. 110p.

76. Poética e onomástica em "Os Lusíadas". In: *Arquivos do Centro Cultural Português*. 16:297-310. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
77. Sobre a leitura de um verso camoniano. In: *Studia*, 11:49-54. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1981.

1982

78. *Estudos de versificação portuguesa: séculos XIII a XVI*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1982. 336p.
79. Sobre a pronúncia camoniana de alguns antropônimos. *Separata de Studia*, 12:33-39. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1982.
80. Tradução da *Histoire de la langue portugaise*, de Paul Teyssier. Lisboa. Sá da Costa, 1982.

1983

81. Uma carta de Joaquim de Vasconcellos sobre o "Cancioneiro da Ajuda". *Boletim de Filologia*, 28:317-327. Lisboa, Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa, 1983.
82. *Língua e verso*. 3ª ed. rev. e aum. Lisboa, Sá da Costa, 1984.
83. *Nova gramática do português contemporâneo*. (Em colaboração com Luís Filipe Lindley Cintra). 1ª ed. portuguesa. Lisboa, João Sá da Costa, 1984.
9ª ed. Lisboa, João Sá da Costa, 1992.

1985

84. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985. 91p.
85. *Breve gramática do português contemporâneo* (em colaboração com Luís Filipe Lindley Cintra). 1ª ed. Lisboa, João Sá da Costa, 1985, 486p.
5ª ed. Lisboa, Sá da Costa, 1992.
86. Breves considerações sobre a tipologia dos erros ou variantes em crítica textual. *Bracara Augusta*, 39:415-427. Braga, Câmara Municipal de Braga, 1985.
87. *Nova gramática do português contemporâneo*. (Em colaboração com Luís Filipe Lindley Cintra). 1ª ed. brasileira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
5ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.
88. O projeto NURC e a questão da norma culta brasileira. In: *Actas do Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*. v. 1. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985. p. 140-173.
89. O valor dos grafemas "-eu" e "-eo" na língua portuguesa do século XVI. In: *Actes du XVIIème. Congrès International de Linguistique et Philologie Romaines*, v.3, 1985. p.271-278.
90. *Significância e movência na poesia trovadoresca*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985. 95p.

1986

91. A Língua Portuguesa no Brasil. In: *Correio da UNESCO*. (número especial sobre o Brasil), 1986. (Traduzido em 56 línguas).
92. Conservação e inovação no português do Brasil. In: *O eixo e a roda*, 5:199-230. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, novembro, 1986.

93. Problemas da editoração de textos galego-portugueses da Idade-Média. In: *Actas do I Congresso Internacional da língua galego-portuguesa na Galiza*. Ourense, AGAL, 1986. p. 617-645.
94. Sobre o texto e a interpretação das cantigas de Martin Codax. In: *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1986. p. 65-83.

1987

95. Em torno do conceito de "brasileirismo". In: *Arquivos do Centro Cultural Português*, 23:3-29. Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
96. Que é brasileiro? Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1987.

1988

97. José Lins do Rego. In: *Littérature Latino-Américaine et des Caraïbes du XXème Siècle. Théorie et pratique de l'édition critique*. Roma, Bulzoni, 1988. p.287-294.
98. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988. p.5-30.
99. Sobre a evolução ortoépica das formas "ledo" e "leda". In: *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85 aniversário*. Editado por Dieter Kremer, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1988. p. 221-236.

1989

100. Amor e ideologia na lírica trovadoresca. In: *Anais do I Congresso Internacional da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, realizado de 14 a 18 de setembro de 1989. p. 11-26.

1991

101. Valor das grafias "-eu" e "-eo" do século XIII ao século XVI. In: *Estudos portugueses; homenagem a Luciana Stegagno Picchio*. Lisboa, Difel, 1991. p. 913-927.

CELSO CUNHA, O NÃO-GRAMÁTICO

Ivo Castro
Fac. Letras de Lisboa

Celso Cunha passou a vida a ler livros, a escrever livros, a ensinar e a conversar. Ler foi certamente o maior dos seus prazeres. Usava para isso as noites, metodicamente, desde o fecho da televisão até ao café da manhã. A sua lendária biblioteca de mais de 30 mil livros gabava-se de ter sido toda lida pelo dono, ainda que pouco anotada. Explicava Celso Cunha que não anotava os livros porque tinha memória suficiente para guardar os factos que lhe poderiam vir a interessar como referência futura. Era verdade isso e muitas anedotas o corroboram, como a de telefonar de Paris para casa, no Rio, pedindo que lhe confirmassem uma citação e indicando página, livro, prateleira e estante onde ela estava.

Mas suspeito que, principalmente, não anotava os livros para não reduzir o seu valor bibliográfico, que se empenhava em realçar com encadernações primorosas, usando peles compradas por atacado na Argentina e folhas de ouro trazidas de Paris. Tinha todos os vícios do bibliófilo vorazmente aquisitivo e coleccionista, e tinha todas as virtudes redentoras do sábio que sabe que livros, afinal, são para ler e para aproveitar. Aproveitava-os, naturalmente, para a sua própria produção científica e para o ensino.

Qualquer página que tenha escrito exhibe as marcas muito pessoais de um estilo tenuemente oitocentista e de uma organização do discurso em que a argumentação e o desenvolvimento do raciocínio se fazem através de sempre elegantes montagens de citações, dispostas de modo a apontar, no remate, para uma única conclusão possível, que Celso Cunha nem precisava de defender ou afirmar, convencido que estava de que todo o trabalho de demonstração ficara feito pelas vozes que convocara em seu apoio.

Não era homem que batesse na mesa para reforçar as suas palavras, nem que tentasse dizer de modo novo aquilo que considerava definitivamente formulado por outros. Era enorme o seu respeito pelas opiniões alheias, mas nunca o concedia automaticamente.

Ler os seus livros pouco diferente era de ouvir as suas aulas. Escrevia-as e lia-as, sem recurso a qualquer processo dramático que fizesse a ponte com o público e, obviamente, a leste de qualquer moderna técnica de gestão do tempo e do espaço pedagógico. Essas aulas, algumas vezes, viriam a aparecer mais tarde sob a forma

de artigo: textos em gestação prolongada eram desse modo ensaiados perante os auditores, sendo menor o empenho em testar as reacções destes do que em ponderar o equilíbrio interno das partes e a sutileza das relações. Aula, para Celso Cunha, parecia exercício vagamente penoso, decorrendo necessariamente à tarde, porque a manhã era para dormir. Mas era sobretudo um acto reverencial: Celso Cunha seria um dos raros professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro que punha fato completo escuro e gravata para ir ler a sua aula.

E que contraste tudo isto fazia com as suas conversas! Que contraste entre este leitor nocturno, *doublé* de escritor castigado e professor convencionalíssimo, e o conversador de longo curso, capaz de manter unida uma roda de amigos até ao fim da noite, desenrolando histórias, rodando o dedo entre o gelo do copo de *whisky*, enquanto distribuía gemas de informação dignas de um seminário.

Sem essas sessões de conversa, de que saíamos infalivelmente enriquecidos, não se poderia compreender o ascendente que Celso Cunha exerceu sobre gerações de amigos, quer no Brasil, quer nas diversas cidades europeias que visitava todos os anos, com paragem obrigatória em Lisboa. Era durante essas conversas que se revelava verdadeiramente como extraordinário professor e homem de ciência. A sua irrepetibilidade, associada à escassez de ficheiros ou arquivos em que tivesse preservado materiais e estudos preparatórios para os seus projectos ("Se um dia perco a memória, estou perdido", disse uma vez), obriga-nos a fazer uma pergunta: o que, de Celso Cunha, vai permanecer?

Descontada a memória deixada nos amigos, bem esse que se elaborará em forma de lenda e se consumirá com o tempo, parece-me que de Celso Cunha duas coisas vão seguramente permanecer: a sua biblioteca e os trabalhos que escreveu. Os seus livros e os seus livros.

Os livros da sua biblioteca – com que se pode fazer a pesquisa bibliográfica para várias teses de doutoramento – interessarão no futuro sobretudo aos membros e visitantes da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde ela se instalará. A todas as outras pessoas, é natural que digam mais respeito os livros que Celso Cunha escreveu e os percursos de leitura que eles irão futuramente sugerir, tendo em conta que nenhum representa a síntese do que ele pensava e sabia. A maturidade, bem cedo adquirida por Celso Cunha, não deu mostras de se traduzir em tratados englobantes e sistemáticos, embora dispusesse de todos os talentos requeridos por esse género difícil e os exibisse nas suas monumentais gramáticas. Ao contrário, cada vez desenvolvia mais o gosto pelo exame minucioso de pequenos problemas com grandes implicações, como o ritmo correcto de um verso renascentista ou o valor de uma vogal em posição de rima, ou a evolução de sentido de uma palavra; problemas em que é necessário investir uma grande variedade de saberes e que só escapam à condição de ninharias, se o filólogo puder, ou melhor, souber mostrar a sua relevância em planos mais elevados.

"Realmente, o que gosto de fazer é microfilologia", confessava este homem por cujas gramáticas milhões de brasileiros e milhares de portugueses aprendem a conhecer a língua comum.

Que sentidos poderemos, no futuro, atribuir à obra de Celso Cunha, já que ele não nos ajudou com uma sùmula sintética, lapidar e facilmente referenciável? Avanço uma proposta, baseada em parte no que ele costumava dizer e no modo como reagia a acontecimentos e a afirmações alheias.

Poderia ter escrito um tratado de versificação medieval e renascentista portuguesas, para o que era indiscutivelmente a pessoa melhor colocada da actualidade, não só pela colecção de livros da especialidade que reuniu, e que leu, como pelos trabalhos monográficos que produziu nesse domínio e que se acham publicados, alguns repetidamente, nos *Estudos de versificação portuguesa (séculos XIII a XVI)*, que saíram em Paris em 1982, e ainda em *Língua e verso*, de que saíram três edições sucessivamente ampliadas (Rio, 1963 e 1968, Lisboa 1984).

A lírica galego-portuguesa, Bernardim Ribeiro, Gil Vicente e Camões são os principais territórios textuais percorridos em minuciosíssimas análises métricas, rítmicas e fonológicas, que conduzem à aquisição de novos conhecimentos sobre a língua como instrumento dos poetas e também sobre o trabalho dos próprios poetas. No prefácio ao livro de Manuel Pedro Ferreira *O som de Martin Codax* (Lisboa, 1986), entusiasma-se com a prova musicológica, aí oferecida, de que "as infringências de Codax às regras formais" da versificação galego-portuguesa não só não eram erros a emendar, como ele próprio supusera na sua edição crítica (*O cancionero de Martin Codax*, Rio, 1956), mas eram com toda a probabilidade deliberados traços estilísticos a preservar e a valorizar. Tornarei a falar deste seu interesse por desvios à norma.

Celso Cunha poderia, também, ter escrito o grande manual de crítica textual portuguesa que sempre nos faltou. "Não faremos injustiça a ninguém se afirmarmos que, ao contrário dos historiadores, os filólogos e os estudiosos da literatura, portugueses e brasileiros, só muito recentemente começaram a mostrar interesse pelos problemas reais da crítica textual", afirmava em 1982, no prefácio aos *Estudos de versificação portuguesa*. Autor ele mesmo de três edições críticas, a de Martin Codax acima referida e ainda *O cancionero de Paay Gómez Charinho* (Rio, 1945) e *O cancionero de Joan Zorro* (Rio, 1949), que lhe serviram de teses académicas, sabia perfeitamente que a nobreza da crítica textual se encontra naqueles momentos em que o editor vê à transparência do texto as verdades que ninguém ainda descobrira, assim como os erros que parecia não ter.

Momentos desses teve-os repetidamente e numerosos artigos e comentários são documento, hoje, da sua finura de leitor crítico. Mas sabia igualmente que o direito do editor a emendar um texto levanta questões delicadas quanto ao estatuto do próprio texto, à autoridade do autor e à humildade necessária do editor, que são pasto de um permanente debate teórico e metodológico: o seu insaciável desejo de

estar a par de todos os desenvolvimentos desse debate levava-o mesmo, nos últimos anos, a aventurar-se por áreas que lhe eram pouco familiares, como as literaturas de língua inglesa.

Era-lhe caro o conceito de "movência do texto", que desaconselha a busca da forma fixa que um texto possivelmente teve nas mãos do seu autor, preferindo-lhe os percursos e os ritmos da mudança que esse texto foi sofrendo ao longo de um período de transmissão ou de leitura (*Significância e movência na poesia trovadoresca*, Rio, 1985).

Não lhe escapava a necessidade de conciliar de alguma forma o antagonismo latente nestas posições teóricas. Quando diz, no mesmo livro, que "sob certos aspectos, o filólogo é o guardião da fidelidade das obras do passado", enquanto, "sob outros, vive a fruir o prazer de desvendar as intenções do autor", pode suspeitar-se que esta segunda intenção fosse para ele a mais excitante: Codax podia ter fugido às regras, mas fizera-o intencionalmente; por isso, o crítico textual não o emenda, mas interroga-se sobre as suas motivações e saboreia-as.

Esta imagem do filólogo apreciador da modificação intersticial, da irregularidade medida, do palpitar do texto vivo, derrama-se sem necessidade de adaptações sobre os outros campos que Celso Cunha percorreu, e que agora evoco com mais rapidez. A língua portuguesa interessou-lhe no seu aspecto evolutivo, como facilmente se depreende de tudo o que já disse, mas também na sua situação actual. Talvez mais esta que aquela: de facto, Celso Cunha foi um historiador da língua potencial, tendo meditado e preparado longamente, mas não escrito, uma grande História da Língua Portuguesa no Brasil, em que tentaria explicar o fenómeno de uma colonização portuguesa demograficamente débil ter implantado a sua língua, praticamente sem compartilha, sobre um vastíssimo território.

Os crioulos de base portuguesa interessaram-lhe, naturalmente, como ingrediente superado da variedade brasileira do português e também como outro dos resultados da existência extra-européia da nossa língua, tendo-lhes dedicado um livro de belo título: *Língua, nação, alienação* (Rio, 1981).

Mas a sua actividade deu mais produtos visíveis na área da situação actual da língua, quer definindo e coordenando a descrição da variante nacional brasileira do português, através do projecto NURC (*A questão da norma culta brasileira*, Rio, 1985; *Língua portuguesa e realidade brasileira*, Rio, 1968, 8ª edição 1982; *Que é um brasileiro*, Rio, 1987); quer discutindo as orientações da investigação e do ensino da língua falada em país largamente analfabeto, com perspectivas que não podem deixar de ser tidas em conta quer para a defesa da nossa língua em Portugal, quer nos países africanos que a têm como língua oficial e, por vezes, como língua primeira (*Uma política do idioma*, Rio, 1964; 5ª edição 1984); quer produzindo manuais escolares e gramáticas, que tiveram grande influência no ensino secundário brasileiro.

Destacam-se a *Gramática da língua portuguesa*, publicada pelo Ministério da Educação (1ª edição Rio, 1972), a *Gramática do Português Contemporâneo* (1ª edição Belo Horizonte, 1970), de que emanaria a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, escrita em colaboração com Lindley Cintra e publicada simultaneamente em Lisboa e no Rio, em 1984, e ainda uma colaboração com Wilton Cardoso: *Estilística e Gramática Histórica* (Rio, 1978).

Todos estes trabalhos são percorridos por algumas idéias comuns, robustamente definidoras do pensamento de Celso Cunha, tal como provalmente sobreviverá.

Uma delas é a do condomínio da língua: "Podemos dizer que dos portugueses dos séculos XVI e XVII uma parte ficou em Portugal e outra se foi para longes terras, entre elas as receptivas terras da América. Logo, os portugueses que nos cederam o idioma foram os que para cá se transportaram. Teriam os colonizadores perdido a propriedade da língua por se haverem expatriado? Ou por acaso seus filhos, nascidos em terra americana, falavam uma língua que, sendo a de seus pais e a que haviam aprendido com o leite das suas mães, não lhes era mais própria porque a sua propriedade a tiveram registrada os que permaneceram em Portugal? E os filhos dos primeiros crioulos não falavam também uma língua própria, pois que falavam a língua de seus pais? Chega-se assim à evidência de que para a geração actual de brasileiros, de guineenses, de cabo-verdianos, angolanos, moçambicanos, etc., o português é uma língua tão própria, exactamente tão própria, como para os portugueses" (*Uma política do idioma*, p. 43).

Este condomínio não implica a igualização forçada das partes, mas antes a preservação de uma "unidade superior da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade". Tal deverá ser buscado através de instrumentos de harmonização, como um acordo ortográfico de unificação moderada segundo o modelo de 1975 (retomado no acordo de 1991) e um vocabulário científico e técnico comuns, mas sobretudo deverá ser procurado através da investigação e do ensino.

A investigação linguística deverá determinar "o que, no domínio de uma língua ou de uma área dela, é de emprego obrigatório, o que é facultativo, o que é tolerável, o que é grosseiro, o que é inadmissível" (*Língua portuguesa e realidade brasileira*, p.39). Ou seja, deverá enfrentar o problema da correcção, e portanto, o problema da estruturação e da inter-relação de níveis dentro das várias sociedades, já que Celso Cunha nunca cometeria o anacronismo de sentar "correcção" e "purismo" à mesma mesa.

Por outro lado, importa que "o ensino da língua comum se torne eficaz em todos os graus e, assim, possamos um dia traçar em bases exequíveis, porque científicas, o plano de trazer à plenitude produtiva esta imensa população de analfabetos que ainda povoam o vasto domínio territorial de Portugal e do Brasil".

Para isso, já sabemos, a arma preferida de Celso Cunha foi a montanha de gramáticas que escreveu, no cume da qual se acha instalada a *Nova gramática do português contemporâneo*. Esta gramática é normativa, isto é, procura não deixar qualquer dúvida ao leitor sobre o grau de obrigatoriedade, facultatividade ou inadmissibilidade de determinada forma ou construção. Mas não toma para critério desses juízos nem a norma padrão brasileira, como acontecia nas gramáticas anteriores, nem a norma padrão portuguesa: em vez disso, toma por campo *todas* as variantes da língua portuguesa, o que obriga a ter especial cuidado com os pontos em que entre elas se registram divergências, preceituando diversamente para cada variedade. São para isso determinantes as exemplificações, recolhidas em escritores brasileiros, portugueses e africanos, pois elas fornecem o principal critério da aceitação de determinada forma. Contra certos receios, verificou-se na prática que pouca ou nenhuma dificuldade resulta de uma gramática normativa que promove, ao mesmo tempo e em igualdade, normas relativamente diversas e que se acham em processo normal de diversificação. Se considerarmos, em termos tradicionais, que uma gramática normativa emite directivas unidireccionais, então esta será uma não-gramática.

Não vai isso a carácter com o que sabemos de Celso Cunha? Esta "não-gramática" foi, há tempos, protagonista de um episódio significativo. Um escritor português, que andava com dúvidas quanto à correcção de uma construção sintáctica, resolveu consultar a *Nova Gramática*, a qual o tranquilizou, pois registrava e aceitava exactamente a forma em dúvida. Com o pequeno senão de o fazer apoiada em autoridade única: uma citação do próprio autor que a consultava.

Esta história de aceitabilidade tangencial, que Celso Cunha não chegou a ouvir, ter-lhe-ia certamente dado tanto prazer quanto as "infringências" de Codax.

A arte e a vida "que merece ser vivida" podem balançar-se sobre os limites da norma, e ganhar com isso.

Afinal, Celso Cunha tornou-se linguista por desvio: destinado a advogado, interessou-se por certos aspectos do viver marginal e escreveu, a propósito, o artigo intitulado. "Em torno dos conceitos de gíria e de calão". Foi o seu primeiro artigo. Era 1941. Depois, sabemos como passou a vida.

ARTIGOS

DO SENTIDO DO ENSINO DA LÍNGUA LITERÁRIA¹

Eugenio Coseriu
Universidade de Tübingen

Ensino conjunto da Língua e da Literatura

Por muitas razões, incluindo razões de concepção da linguagem e da lingüística, lhes direi coisas que já sabem. Com efeito, a lingüística, em seu sentido mais autêntico, não é senão trasladar ao plano da reflexão e do conhecimento justificado aquilo que os falantes já sabem de algum modo enquanto falantes, enquanto sujeitos dessa atividade que é a linguagem. Não quer isto dizer que haja identidade entre o falante e o lingüista. O que importa é que o lingüista não fala de outra coisa, de coisa diferente do saber do falante. É isto o que eu quero dizer com a frase: **a linguagem funciona pelo e para os falantes, não pelo e para os lingüistas.** A base de referência constante do lingüista deve ser precisamente o falante, o que o falante sabe, e as atitudes efetivas do falante diante da linguagem. Também pode tomar como ponto de referência suas próprias atitudes como sujeito desta mesma atividade.

Rogo-lhes, portanto, se lhes digo coisas que já sabem, que as queiram considerar como justificadas dentro desta premissa do saber intuitivo dos falantes, e como caminho à reflexão.

Outro aspecto que gostaria de assinalar desde o início: meu ponto de partida ao tratar deste tema, em particular do ensino conjunto da língua e da literatura, diz respeito a uma situação que conheço de outro país hispânico, do Uruguai. Refiro-me a como se ensina ou a como se ensinava no Uruguai há uns 20 ou 25 anos. Não sei se isto vale também para a Espanha, embora, sim, seja válido para outros países hispânicos, isto é, o ensino separado, o ensino totalmente autônomo da língua e da

literatura, pelo qual o ensino do idioma se faz com freqüência só mediante o ensino da gramática ou, melhor dizendo, de uma terminologia gramatical. O ensino da literatura se faz por meio de conteúdos materiais da obra literária, das condições históricas da obra, do ideário contido nas obras, ideário de todo o tipo, desde o ético-moral até o religioso ou político. Faz-se, também, interpretação do que chamaremos aqui **sentido**, mas interpretação intuitiva, que o crítico ou o professor de literatura leva a termo sem a base necessária da análise da obra literária precisamente como obra de linguagem, obra que não utiliza simplesmente a linguagem, mas que constrói linguagem, desenvolve, realiza virtualidades já contidas na linguagem. É precisamente a partir desta situação, ou de uma situação deste tipo, que me permito advogar este ensino conjunto da língua e da literatura, isto é, numa direção totalmente contrária à direção que acabo de referir.

Podem realmente ser ensinadas separadamente?

Trato do problema como se me pedissem de início uma justificação para tal ensino conjunto. Pergunta-se: por que se devem ensinar em conjunto a língua e a literatura?

Em minha opinião, a pergunta seria mais bem formulada se fosse feita assim: podem a língua e a literatura ser ensinadas racionalmente em separado? A tese fundamental desta declaração é que não, porque língua e literatura constituem uma forma conjunta, na realidade uma forma unitária de cultura com dois pólos diferentes, ou seja, não se podem ensinar separadamente porque: não se trata de língua e de sistema lingüístico particular, de sistema lingüístico gramatical em sentido restrito, e, sim, de linguagem, de um saber lingüístico ou daquilo que, segundo fórmulas recentes da lingüística não limitada à competência idiomática, ao conhecer um sistema lingüístico, mas competência lingüística, que engloba todas as formas do saber lingüístico. E a literatura, neste sentido, representa a plenitude funcional da linguagem, é a realização de suas virtualidades permanentes, dentro deste nível de perspectiva. Esta é a tese: não se podem separar os ensinamentos da linguagem e da literatura porque a linguagem e a literatura constituem, no sentido que veremos, uma forma única da cultura, embora como dois pólos diferentes desta forma.

O certo é que estas relações ou esta unidade entre linguagem e literatura pode tornar implícita no nível de especialização técnica da ciência, isto é, a ciência lingüística já se faz como ciência autônoma sem referência constante à literatura; de igual modo, a ciência literária pode fazer-se como ciência autônoma sem referência constante à linguagem, precisamente porque estas referências já se levam em conta como fundamento das duas disciplinas. Efetivamente, no nível universitário, vale dizer, no nível de especialização técnica das disciplinas, é possível distingui-las, cultivá-las em separado, mas isto não cabe no ensino médio, no ensino secundário; muito pelo contrário, estas relações devem constituir a própria base do ensino.

Que quero dizer com **finalidades**? Quero dizer que o ensino universitário prepara efetivamente especialistas, propõe-se preparar especialistas, técnicos em diferentes disciplinas, incluindo técnicos do ensino, técnicos da linguagem, técnicos da ciência literária. A finalidade, entretanto, do ensino médio é a de preparar cidadãos cultos, ainda não especialistas, capazes de reatar e continuar de forma criativa as tradições de sua comunidade.

Tanto os técnicos quanto estes cidadãos cultos, capazes de continuar de forma criativa suas tradições, são necessários à comunidade. A comunidade necessita de técnicos para a organização da vida que o Estado deve assegurar aos cidadãos. Todavia as nações necessitam, para afirmar-se como individualidades, pessoas cultas que assegurem esta continuidade das suas tradições. A tradição básica é precisamente a tradição lingüística, que se manifesta em sua mais alta forma nos monumentos literários, nas obras de arte literárias. E quando digo **nação** refiro-me neste caso às nações hispânicas unidas precisamente por este vínculo da língua espanhola e por sua literatura, que há de considerar-se como uma literatura única, como literatura de língua espanhola, não literatura espanhola, americana, etc. Como na realidade os próprios cidadãos e as próprias pessoas cultas destes países as consideram. O fato de que na Espanha os escritores americanos das últimas gerações tenham logrado talvez mais êxito – às vezes pelo menos tanto quanto em seus próprios países – e de que da Espanha o conhecimento destes autores se tenha difundido também aos demais países sul-americanos, me parece sintomático de uma consciência de unidade hispânica, não só na língua, mas também na literatura.

Linguagem, Literatura, Ciência Lingüística e Ciência Literária

Tudo isto serve como ponto de partida do que passo a dizer em seguida. Falei até aqui, e ainda sem fixar posições concretas, de linguagem e de literatura. Porém como em geral nas ciências da cultura, melhor dizendo, no campo da cultura, onde constituem cultura não só as disciplinas, mas também os objetos mesmos, onde os objetos são fatos de cultura e, portanto, os próprios fatos são também objeto de ensino, os termos de nossa problemática não são dois, mas quatro.

Não é a mesma coisa considerar uma disciplina como a Física, por exemplo, ou como a Filologia, onde os objetos estudados não pertencem à cultura, mas apenas seu estudo pertence à cultura e este pode chegar a constituir-se em tradição. Em nosso caso, como em geral no campo da cultura, teremos, por um lado, o objeto da disciplina – a linguagem ou a literatura –, que já é forma da cultura, e a disciplina correspondente, isto é, a ciência lingüística para a linguagem, a ciência literária para a literatura, o que significa que, para nós, o problema da unidade, ou da desejável unificação, deve ser posto duas vezes. Deve ser posto para a linguagem e a literatura, por um lado, e para a gramática, ou, melhor lingüística, e a ciência literária, por outro.

Unidade entre linguagem e literatura

Começo pelo primeiro problema: linguagem e literatura, e partindo do ponto de vista da língua ou da linguagem. Isto é, onde e como se dá esta unidade entre linguagem e literatura que, assim, impõe que elas se ensinem também conjuntamente; como isto se dá do ponto de vista da linguagem.

Do ponto de vista da linguagem, convém focalizar este problema partindo dos níveis do saber lingüístico, do que sabe o falante, daqueles saberes que manipula ao falar, saberes intuitivos, é bem verdade, porque o falante, enquanto falante, não é nem lingüista nem gramático.

Os três níveis do saber lingüístico

Como dizia aqui no ano passado, em outra palestra acerca do ensino do idioma nacional, pondo de lado a capacidade biológica, a capacidade psicológica do falar, as condições psicofísicas do falar, no quadro cultural, naquilo que é saber cultural, que se aprende intuitivamente e que se pode transmitir, temos de distinguir três degraus, três níveis do saber lingüístico: **saber elocucional**, **saber idiomático** e **saber expressivo** (tais denominações são em parte convencionais). Estes saberes ocorrem conjuntamente no falar, nos discursos, ou seja, nos diferentes atos lingüísticos e nas séries conexas de atos lingüísticos.

Saber elocucional

Que se entende por saber elocucional? Entendo que todos os falantes em qualquer língua, independentemente da língua, isto é, da tradição específica de sua comunidade, possuem um saber falar válido para todas as línguas, porque se refere a um conjunto de princípios gerais do pensar, inclusive do pensar lingüístico, que se manifesta na linguagem, que se refere a um conhecimento geral humano das coisas, isto é, da realidade extralingüística da qual se fala. Princípios gerais do pensar, por exemplo (e os melhores exemplos são sempre negativos, isto é, os possíveis desvios com relação à realização normal deste saber): "Os cinco continentes são quatro: Europa, Ásia e África"². Não cometi aqui, na realidade, nenhum erro de português, porque se quero dizer isto (e esse é o critério para o português), tenho de dizê-lo desta maneira em português, se quero afirmar justamente algo absurdo. Porém, evidentemente, nesta expressão, há algo que não bate, que destoa, algo que continuaria igualmente absurdo em qualquer língua. O efeito particular de incoerência que oferece minha frase, esse efeito se apresentaria em qualquer língua, porque em nenhuma delas cinco é igual a quatro, e quatro igual a três. Em outras palavras, se há aqui desvio, este não se refere às normas da língua portuguesa ou às tradições

próprias da língua portuguesa, mas a algo que pertence, que constitui fundamento do falar em qualquer língua.

Saber idiomático

Diz-se com frequência que se fala mal no mundo hispânico, que se escreve mal. Américo Castro, em uns escritos célebres em seu tempo, ligados precisamente ao problema do ensino, assinalava que na Espanha se escrevia mal, que até professores de Universidades escreviam mal, que as faculdades de Letras eram faculdades ágrafas, incapazes de escrever; todavia, Américo Castro não identificava exatamente o nível deste escrever mal, que, por certo, não era e não é, na maior parte dos casos, no nível idiomático. Em alguns casos pode até sê-lo, mas em geral este escrever mal, este expressar-se mal do mundo hispânico se refere ao plano do saber elocucional, isto é, do saber falar com coerência, saber falar de maneira congruente.

Cito alguns exemplos de incongruência para que vejam que se trata de erros ou desvios elocucionais, não de erros numa língua em particular. Num jornal leio em manchete: "Confundiéndolo con un ladrón, fue repelido a balazos". Evidentemente aqui se trata de uma incoerência; o que o falante, ou quem escreve, quer dizer é: "Porque fue confundido con un ladrón, alguien fue repelido a balazos", e não que a mesma pessoa que confundiu outra com um ladrão foi repelida à bala. Também de outro jornal: "Un rancho fue el escenario del crimen y ocurrió hace tres meses". Ter-se-ia a impressão, apesar de que se entende que não pode ser assim, que o sítio ocorreu há três meses. Alguém dirá: mas isto é uma norma da língua espanhola, não se pode usar uma conjunção copulativa em casos diferentes como esses, que não se encontra no mesmo nível. Esta norma, na realidade, é uma norma elocucional; em nenhuma língua poderia dar-se esta identificação, independentemente do procedimento idiomático com o que se expresse. Outro exemplo: "El héroe de la película es un joven profesor en un colegio cuyo padre dirige".

O saber elocucional também se refere àquele outro fundamento do falar, que é o conhecimento geral das coisas, que se manifesta tanto no que se diz e como se diz, quanto no que não se diz e como não se diz. Para nós todos, o sol é uma referência inteiramente determinada e não indagamos qual sol ou que sol. Não o indagamos porque, em nosso conceito natural, no mundo natural que conhecemos, há um único sol; se houvesse mais de um, então teríamos de indagar de qual deles estávamos falando, de sorte que o substantivo, na realidade um substantivo comum, adquire o valor de designação única (não é um nome próprio, mas é uma designação única, porque se refere a uma só coisa no universo conhecido) e então expressões do tipo "qual sol?" ou "que sol?", que são, sem dúvida, possíveis, são automaticamente interpretadas, de maneira diferente de "qual árvore?" ou "que árvore". Se digo, "qual sol?" ou "que sol?", entendo de que sol se está falando, que está tudo nublado e não

há nenhum sol à vista, não se vê nenhum sol. Se, ao contrário, pergunto: "que árvore?", então pergunto a qual das árvores eventualmente presentes se refere o falante, as expressões adquirem valor significativo diferente, precisamente com base neste conhecimento que temos das coisas.

Naquela outra palestra fazia eu referência às discussões sobre a "sintaxe", como se tem dito, das partes do corpo. Tem-se dito mal, porque só se trata dos nomes das partes do corpo, a rigor, nem sequer desses nomes e, sim, de outra coisa bem diferente. Referia-se a discussão sobretudo ao fato de não costumarem os nomes das partes do corpo ser empregados, em determinados contextos, sem um adjetivo, isto é, por exemplo: não se diz "um menino de olhos", mas "um menino de olhos azuis", ou "de olhos negros", etc. Não se diz: "Uma mulher com pernas" e, sim, "uma mulher com pernas bonitas". Em tais discussões, apresentou-se este fato como idiomático, como fato de uma língua determinada. Não se trata de um fato idiomático; trata-se de uma norma geral de falar, portanto, elocucional; aquilo que já se entende por antecipação, que representa a normalidade das coisas conhecidas, não se diz. Diz-se apenas aquilo que, ou especifica ulteriormente esta normalidade das coisas, isto é, indica qual das variantes possíveis se apresenta, ou afirma uma não anormalidade, isto é, aquilo que indica um desviar-se dessa anormalidade. Não dizemos "uma mulher com pernas", porque em nosso mundo conhecido todas têm pernas; ao contrário, dizemos "uma mulher com pernas bonitas", porque nem todas as têm bonitas. Não dizemos "um menino de olhos", porque isso está dado pelo conhecimento que temos dos meninos; ao contrário, não está dado o específico, por exemplo, "de olhos azuis". Do mesmo modo, não dizemos "um rio com água", mas "um rio com águas limpas", etc. Dizemos o que especifica ulteriormente o já implícito. Basta que se suspenda este conhecimento da realidade para que estas expressões, que pareciam impossíveis, se tornem perfeitamente possíveis. Se um menino diz à sua mãe: "veja, mamãe, esta senhora não tem pernas", negando a realidade, a mãe dirá: "sim, meu filho, esta senhora tem pernas". Em nosso mundo, não dizemos "uma mulher sem barba", porque isto não tem nada de novo; normalmente, em nosso mundo, as mulheres não têm barba, e as que a têm, não as trazem à mostra. Ao contrário, no mundo das mulheres barbadas, diríamos sem nenhuma dificuldade: "vi hoje uma mulher sem barba", porque isto seria o excepcional, o inesperado, aquilo que para esse mundo constituiria informação nova. É um expediente típico, por exemplo, da literatura de ficção científica, precisamente esse de imaginar nosso mundo partindo do ponto de vista de outros mundos, e aí verão quantas coisas se podem dizer que, na realidade, em nosso mundo não dizemos, porque nesta situação não nos surpreendem. Ao adotar o escritor esta perspectiva, do ponto de vista de outro mundo, passa o nosso mundo a ser o mundo inesperado, o mundo diferente.

Que entendo, então, por saber elocucional? Por exemplo, se alguém leva livros numa determinada direção (comprovei isso na Alemanha com um menino espanhol que já possuía este saber espanhol) e se alguém diz: "este señor trae libros", então, nesse caso, o tal menino dirá: "no, no los trae sino que los lleva". Porque não os trazia em direção ao lugar em que se encontrava o falante. Se estou falando ao telefone com um amigo, digo-lhe: "Pues bien, mañana vengo a verte". Este é um erro

de espanhol, porque neste caso tenho de dizer "voy". Estes fatos que, no espanhol, constituem incorreções, são fatos absolutamente corretos em, por exemplo, catalão ou italiano. Em catalão não se faz a distinção entre "trazer" e "levar", já que o verbo corrente (existe também outro verbo, mas diferente, não em sentido semântico) é "portar" para qualquer direção, isto é, não se faz diferença entre o movimento em direção ao falante e o movimento em direção a qualquer outro sítio, que pode ser também aquele onde está a 2ª pessoa ou a terceira. Em italiano ou em catalão se empregará apenas o verbo **venire/venir** (respectivamente) para este traslado em direção ao lugar da 2ª pessoa porque a distinção que se faz nessas duas línguas não é como a que se dá em espanhol. Em espanhol se faz a distinção para os verbos "venir" e "ir", entre o lugar da primeira pessoa (**venir**), e todo o resto do espaço (**ir**). Em troca, em italiano e em catalão, se faz a distinção entre lugares da primeira e da segunda pessoa conjuntamente; o resto do espaço é o lugar da terceira pessoa, de sorte que, por exemplo, se a alguém que está em um ponto, lhe quero indicar que vou caminhar para perto dele, digo-lhe em espanhol "ahí voy", em italiano, ao contrário, direi "vengo", porque para o lugar da segunda pessoa se emprega "venire".

No nível do saber idiomático, temos tudo aquilo que constitui uma regra, uma função própria de uma língua e onde o desvio é uma incorreção nessa língua, podendo perfeitamente não o ser em outra língua. Todas as interferências lingüísticas, em falantes bilingües, são deste tipo, isto é, empregam numa língua regras da outra.

Saber expressivo

Por saber expressivo entendo o saber que é próprio do nível do texto, do nível do discurso, já dentro de uma língua determinada. O saber estruturar textos, o saber falar em situações determinadas de acordo com os tipos de fatores da situação em que se fala, com a pessoa ou as pessoas a quem se fala, de acordo com as coisas de que se fala e com as circunstâncias em que se fala. Nesse caso, os desvios da realização normal deste saber constituem o inapropriado, sem que constituam incorreções idiomáticas. Por exemplo, se digo a alguém: "intei-rei-me que seu velho está com câncer e que rápido vai bater as botas", isto não encerra nenhuma incorreção de língua portuguesa; quando muito, se o quiserem, contém uma incorreção social ou ético-social, isto é, não se costuma falar assim, e não cabe falar assim da enfermidade do pai, por exemplo, de um amigo ou de uma pessoa a quem se estima; dir-se-á, por exemplo: "intei-rei-me de que seu pai não está muito bem de saúde".

Da mesma maneira, não caberá, como dizia na outra palestra, falar com entusiasmo lírico do cultivo da batata na província de Badajoz, mas se poderá dizer que as batatas constituem um elemento absolutamente essencial na vida dessa província e que os habitantes nutrem pela batata relações de muito particular afeição.

Saber estruturar textos, o saber produzir discursos se mede por opiniões do tipo: "Esteve bem, é verdade, mas eu o diria de outro modo", ou ainda, "na realidade

não foi uma conferência científica, foi mais uma conversa superficial", isto é, não correspondeu às normas de estruturação do tipo de texto-conferência. Ocorre ainda o mesmo quando dizemos que alguém não sabe falar com as mulheres ou não sabe escrever uma carta de pêsames, etc. Pode-se conhecer perfeitamente um idioma e ser incapaz de construir tal ou qual texto específico nesse idioma.

O saber falar é um saber por demais complexo, embora ele seja tido como instintivo nos falantes (isto é, intuitivamente adquirido), ainda que os falantes, enquanto falantes, não se dêem conta desses vários empregos. Percebem, sim, primeiramente os aspectos negativos: isso não está bem ou isso não se diz assim; eu não o diria assim, se se trata, por exemplo, do saber expressivo.

Diferença entre o coerente, o correto e o apropriado

A estes três saberes correspondem três tipos de julgamento. O saber elocucional, nós o consideramos **coerente** ou **incoerente** ou **congruente** com estes princípios do pensar ou com o conhecimento geral das coisas. O saber idiomático, se tiver sido realizado em conformidade com as regras da língua, dizemos que está **correto**. Para o saber expressivo, aplicamos desde a antigüidade, desde Aristóteles, em sua **Retórica**, com exemplos em parte análogos aos que acabo de dar, o julgamento **apropriado**.

Também os conteúdos implicados por estes saberes – e com isto nos aproximamos da literatura – são diferentes, embora se dêem simultaneamente.

O saber elocucional, cujas condições são os tais princípios do pensar e do conhecimento das coisas, diz respeito ao conteúdo de referência, ao extralingüístico, ao conteúdo que chamaremos **designação**.

Refere-se o saber idiomático a um conteúdo dado neste idioma, isto é, a uma organização particular da designação, organização própria realizada por este idioma. Assim, por exemplo, "venir" em catalão e "venir" em espanhol-castelhano podem significar o mesmo fato em muitos casos, porém nos limites da designação são diferentes. Isto é, o conteúdo mediante o qual designamos esses fatos extralingüísticos do ponto de vista de nossa língua em cada caso, é um conteúdo diferente. "Venir" significa transladar-se para o lugar da primeira pessoa; claro está que o falante o emprega de maneira intuitiva e não diz: "vamos a ver: trata-se da primeira pessoa ou não, e então vou dizê-lo dessa forma"; o que se dá é que ele conhece as distinções que sua língua faz, conhece os significados, possui esse saber intuitivo.

Designação, significado e sentido

Ao contrário, o conteúdo próprio de um texto, o conteúdo a que se refere o saber expressivo é o conteúdo a que chamamos **sentido**, isto é, aquilo que se diz e se entende além do significado e da designação, enquanto atitude do falante, intenção do falante, maneira própria de apresentar as coisas próprias do falante, mediante a expressão verbal como tal. Vejamos casos muito elementares: o fato de uma expressão constituir uma saudação. Isto não é um fato de significado da língua, e, sim, um sentido expressivo do texto. O fato de que "que fazes?" ("quid agis?") constitua em latim um tipo de cumprimento que corresponde em espanhol a "¿qué tal?" ou "¿cómo te va?", "¿cómo va eso?", isto é, expressões que têm na realidade outro significado de língua. Se se tratasse de "how do you do?" significaria "¿qué hacéis vosotros hacer?". Porém que esta fórmula constitua uma saudação é um fato de sentido. Podemos ver isso melhor com outros exemplos: no ensino tradicional dizia-se com frequência que o imperativo poderia ser expresso numa língua de várias maneiras. Com o imperativo pode-se dizer, por exemplo: "Fecha a porta"; porém se poderia dizer com uma oração interrogativa: "Não fechas a porta?", e também com um futuro: "Fecharás a porta". Poder-se-ia dizer de muitíssimas maneiras mais, por exemplo: "A porta!" e ainda "Será que não tens porta em tua casa?", ou "Há corrente!" e até só com o dedo se poderia apontar para a porta, e tudo isto seria imperativo, que é um fato idiomático; todos esses modos de dizer que têm, cada um, seu significado próprio, neste caso têm a função de sentido que poderíamos chamar de mandato, isto é, há uma função de sentido que é comum, mas não é função de significado. Outro exemplo: um lingüista alemão que se ocupou precisamente da lingüística do texto, disse em certo lugar: se uma senhora diz a um senhor "faz frio aqui", pode isso significar muitas coisas: que baixou a temperatura exterior, está abaixo do normal ou do esperado, como se pode comprovar com um termômetro; mas também pode significar: "Por favor, feche a janela" ou poderia entender-se: "Há necessidade de ligar a calefação", ou "agasalhe-me, por favor, com um abrigo" ou "não seja tolo, aproxime-se um pouco mais". Vale dizer que se poderia entender toda uma série de coisas, e isto é efetivamente certo; porém se entendem – se se entendem – como sentido, e não como significado, porque "faz frio" não significa senão "faz frio". Portanto, este fato, referido à temperatura, deve ser separado dos outros que se podem entender, porque em todos estes casos, independentemente de se faz ou não frio, devem ser entendidos assim: "faz frio e portanto... feche a janela", isto é, "faça algo precisamente relacionado com o fato de fazer frio". Em todos esses casos temos um "faz frio" em conexões que se referem à maneira de apresentar o fazer as coisas, à sua intenção. Por exemplo, se a senhora diz isso ao senhor enquanto estão passeando por um bosque, jamais ocorrerá a ele dizer que a senhora pretendeu referir-se à necessidade de fechar a janela. Se a senhora o disse onde não existe calefação, não poderá ocorrer ao senhor a interpretação que antes lhe atribuímos. Isto significa que para que o senhor detecte o sentido, tem de saber não só qual é o significado e qual é a designação, mas ainda que tem de conhecer a situação da designação ou alguma coisa da situação da designação; por exemplo, para entender que a senhora quis dizer "aproxime-se um pouco mais", terá que ter alguma informação acerca do caráter, dos

costumes, das atitudes da senhora, ou ela tem de acrescentar algo ao idiomático, por exemplo, um tom de voz que dê a entender do que na realidade se trata.

Sendo assim, todo discurso, tudo o que se diz, tem não só designação e significado, tem também sentido. Diz-se algo com uma intenção, com conexões para apresentar as coisas de certo modo, para pedir algo, para manifestar uma atitude, para estabelecer relações particulares com o interlocutor, e assim por diante.

A simples referência às coisas, a prescindir de atitudes, isto também é uma atitude; é a atitude de apresentar as coisas objetivamente, como são. O sentido não falta nunca. Porém, deste sentido objetivo, que coincide com o significado e com a designação, normalmente não nos damos conta, porque não encerra nenhum sentido particular, apenas se limita a isto mesmo. Nós o percebemos quando pedimos mais informação, ou quando supomos outro sentido além deste sentido objetivo que coincide com o designado e com o significado. Em uma novela de Agatha Christie, um senhor se apresenta a um comissário de polícia e lhe diz que durante a noite lhe roubaram o carro. Aí o comissário olha para ele e diz-lhe: "Que quer o senhor dizer com isso?". Agatha Christie acrescenta que com isso o senhor entendia que durante a noite lhe haviam roubado o carro. Isto é, exatamente o que havia dito. O comissário indagava não pelo significado e pela designação, as quais havia entendido perfeitamente, mas pelo sentido, por intenções, por eventuais implicações, etc. Segundo o falante, não existiam essas coisas, apenas fazia uma simples comunicação sobre os fatos.

Deve-se estudar a língua em relação com a literatura

Se é certo que todos os textos têm sentido, os literários são aqueles textos que se apresentam como construção de sentido. O que indagamos na análise, na interpretação de uma obra, é uma indagação pelo sentido; não pelo significado nem pela designação, mas, sim, por este nível superior de conteúdo que só se dá nos textos. Perguntamos, por exemplo, qual é a visão, que simboliza tudo isto, depois de ter entendido, perfeitamente até, o significado e a designação. Assim, se D. Quixote luta contra os moinhos de vento e depois de termos entendido o relato objetivo dos feitos, nos indagamos "e isto que significa?"; este segundo indagar, que é o que fazemos ao interpretar uma obra literária, é o indagar pelo sentido. E o Quixote, com tudo o que lhe sucede, que sentido tem? ou que quis dizer o autor com isso? Poderíamos dizer que Cervantes não fala do Quixote simplesmente, não conta simplesmente o que se passou com ele, mas que fala, por meio do que se passa com D. Quixote, de outra coisa, do sentido, de uma visão do mundo e de uma visão também da posição e da situação do homem no mundo. A universalidade não está dada pelo que havia sucedido a uma personagem particular. Há toda uma série de sinais no Quixote, como, por exemplo, a incerteza e a liberdade dos nomes de seus protagonistas, apontada por Leo Spitzer, há o fato do que faz o Quixote, como é o caso de uma de suas ocupações preferidas ser a de libertar, por exemplo, presos e condenados, etc; temos

o próprio discurso em que fala da liberdade, no qual D. Quixote de maneira nenhuma se apresenta como um louco, e, sim, com "boníssimo entendimiento", conforme se diz na obra; temos a alegoria do Governo de Sancho na ilha da Baratária, e outros sinais mais que articulam um sentido, precisamente o sentido de que o tema da obra é a liberdade do homem, e que a obra como tal é uma tragédia da liberdade. Isto é, o fato de que, na luta pela liberdade, o indivíduo acaba vencido, e tão vencido que ele próprio considera a luta pela liberdade uma loucura, e o não mais lutar, o reduzir-se a comer aos domingos grão de bico e umas pombinhas, isto é, reduzir-se a uma vida vazia de aspirações, considera isto uma prova de juízo; uma derrota total, e disto precisamente dimana o sabor amargo que nos deixa a leitura do Quixote. Todos nós sentimos que existe um ideal por que este homem luta, identificamo-nos melhor com o louco, nutrimos simpatia por ele, até o sensato Sancho chega a entusiasmar-se pelo louco, por isso nos decepciona profundamente a sensatez de Dom Quixote.

Com este exemplo, que não posso desenvolver, quero indicar que o sentido deve ser entendido como um nível de conteúdo superior, com relação ao qual a designação, isto é, as coisas designadas, os fatos, e os significados de língua funcionam como signos apenas significantes. É a mesma relação que temos entre a palavra material e seu conteúdo, este significante e significado, que repetem a designação e o significado, se comportam como se fossem signos materiais que, por sua vez, significam algo. Os designados é a maneira de dizê-lo em uma língua significam, por sua vez, algo, exatamente a designação e o significado, porque esses são, precisamente, os signos que têm sentido. Por exemplo, temos de entender exatamente o que Cervantes diz de D. Quixote, entender os significados e entender estas coisas para podermos propor a pergunta "e que significa isso?", "que sentido tem?", pergunta que fazemos precisamente na interpretação da obra literária.

A literatura, plena funcionalidade da linguagem

Em umas teses que se publicaram (e por outro lado, de acordo com outros autores), sustento que constitui um erro considerar a literatura, e, em particular a poesia, e, assim, a língua em que está vazada, como um uso da linguagem igual a tantos outros.

O emprego da linguagem na vida prática é, efetivamente, um uso. Também podemos dizer que o emprego da linguagem na ciência é um uso. Porém não o emprego da linguagem na literatura, que não é um uso particular, mas, sim, representa a plena funcionalidade da linguagem ou a realização de suas possibilidades, de suas virtualidades. Portanto, longe de ser a linguagem da literatura uma forma especial que se afasta de uma norma, coincide com estas possibilidades virtuais da linguagem, e qualquer outro uso, sendo precisamente uso, é uma redução das possibilidades da linguagem, é uma redução da linguagem tal como se apresenta na literatura com o desdobramento de suas possibilidades. Ou, dito de maneira mais simples, longe de

ser a linguagem da literatura e, em particular, a da poesia, um desvio em relação à linguagem considerada objetiva, são estes tipos de linguagens objetivas, inclusive o emprego na vida prática e também o emprego nas ciências, os que emergem de uma drástica redução da plenitude funcional da linguagem.

Quando falamos em emprego na vida prática ou em emprego na ciência, ao falarmos objetivamente, reduzimos, na realidade esquecemos, estas possibilidades que a linguagem tem, não as realizamos, minimizamos a linguagem, fazendo dela apenas instrumento de uma finalidade imediata e determinada. Ao contrário, na literatura a linguagem não é apenas instrumento, mas constitui a finalidade, o objetivo, enquanto construção de sentido. E, portanto, na literatura, a linguagem não se minimiza; muito pelo contrário, determinadas possibilidades da linguagem se atualizam, se fazem reais, funcionam e, neste sentido, é necessário referir-se a elas no ensino.

A literatura deve ser estudada em relação com a língua

Quero agora tratar o assunto em outra direção, pois até aqui disse por que temos de estudar a linguagem em conjunto com a literatura. Não disse por que deveríamos estudar a literatura em relação com a linguagem. Ora, para interpretar o sentido é necessário conhecer as possibilidades de construção de sentido que se dão na linguagem. Nunca se fez uma casuística completa das possibilidades que tem a linguagem para manifestar sentido num campo determinado. Sequer conhecemos os tipos mais gerais de procedimentos, salvo de modo intuitivo e através de explicações de textos, de interpretações de textos.

Procurei identificar, pelo menos, os tipos básicos que, além da designação e do significado, podem contribuir para a estruturação de sentido.

Já que tudo o que significa, na linguagem, significa mediante uma relação, então relações não consideradas no estudo imediato da linguagem, ou seja, relações apenas entre significante e significado e, digamos, palavras e coisas. Estes tipos são:

1º) Possibilidades dadas pela relação material ou de conteúdo, ou, ao mesmo tempo, material e conteúdo de um signo lingüístico com outros signos, também considerados individualmente. Dentro dos mesmos, relação com sistemas de signos, sistemas particulares ou sistemas gerais, isto é, só grupos coerentes ou sistemas inteiros de signos.

2º) Possibilidades dadas pela relação material do signo com as coisas designadas, por exemplo, pela semelhança física, entre o signo e a coisa ou pela equivalência das sensações físicas para sentidos diferentes.

3º) Possibilidades dadas pelas relações com a experiência das coisas e com os saberes acerca das coisas, com a cultura.

4º) Possibilidades dadas pela relação com outros textos.

Possibilidades dadas pela relação material e/ou de conteúdo de uns signos com os outros

Vejam os brevemente exemplos para estes tipos, como tipos de construção de sentido. Otto Jespersen, lingüista dinamarquês que se ocupou sobretudo com o inglês, afirmou que, no livro de zoologia, a palavra inglesa "bat", que significa morcego, significa o mesmo que a palavra francesa "chauve-souris" e o mesmo que a palavra alemã "Federmaus", mas não significa propriamente o mesmo para os falantes do ponto de vista lingüístico, porque disse que a palavra inglesa é puramente designativa, que não se relaciona com nenhuma outra. Vale dizer, tem-se de saber que coisa significa, não apresenta o animal de algum modo, não constitui também uma imagem pelo seu valor, por sua relação com outras palavras; ao contrário, já a palavra francesa que designa exatamente o mesmo e que significa também morcego, se relaciona com outras palavras francesas, porque "souris" significa rato e "chauve" significa calvo, portanto esta palavra além de designar objetivamente o morcego, de ser uma palavra denominativa, como a palavra "bat", evoca de algum modo o morcego, apresenta-o de algum modo, apresenta uma imagem, isto é, se alguém se detém na palavra, diz: sim, é um rato calvo. No caso de "Federmaus", já se perdeu a relação etimológica com o verbo "flatern", que significa voar, porém a segunda parte continua significando rato, de maneira que, embora não se entenda aqui "rato que voa", percebe-se, pelo menos, que se trata de algum tipo de rato. Poderíamos acrescentar, por exemplo, o italiano e o espanhol, e veríamos que, embora se tenha perdido a relação etimológica, em italiano "pipistrallo" com vespertino, é o animal que sai ao anoitecer, há ainda na própria materialidade da palavra algo que evoca esta forma de diminutivo, ainda que não exista o "pipistro". O diminutivo dá a idéia de que se deve tratar de algo pequeno. E em espanhol talvez em "murciélago" não se possa ver nada, mas em outras formas como "murciégano" ainda temos "ciego", isto é, a alusão à cegueira do animal. Isto enquanto a relações com outros signos.

O fato de alguém empregar uma palavra só com um valor, o fato de alguém não ter presente nenhum tipo de imagem do tipo de rato calvo, não significa que utilize a linguagem com mais propriedade, senão que, ao contrário, desatualiza algo, esquece algo, reduz algo, porque o que quer é falar, por exemplo, apenas de zoologia, dos costumes e propriedades dos morcegos e a imagem como tal nada lhe interessa; ao contrário, a imagem até pode perturbá-lo. A imagem está dada, constitui uma possibilidade da linguagem, mas, em certos modos de falar, se desatualiza, se esquece, se põe entre parênteses.

Aplicar-se-á o mesmo que em relação aos três tipos restantes. No tocante à relação com sistemas inteiros de signos, todo fato lingüístico que se encontre num sistema particular, dentro de uma língua, se for empregado fora do ambiente correspondente, cria também este ambiente. Um fato americano empregado na Espanha, em contexto espanhol, embora com palavra americana, cria também este ambiente do sistema a que o signo pertence. Ou, fatos mais simples, uma palavra familiar não é familiar na família. Uma palavra familiar tem a possibilidade de criar o familiar se for empregada fora ou se for empregada conjuntamente com outros acontecimentos. A este fato se tem chamado (embora a denominação seja inadequada) **conotação**, e se tem falado inclusive de uma conotação de toda uma comunidade. É claro que o espanhol, por exemplo, evoca o espanhol fora da comunidade espanhola, da mesma maneira que para nós uma palavra japonesa – **samurai** ou **geisha** – nos evoca o japonês. Os japoneses que empregam correntemente estas palavras em sua língua não experimentam nenhum tipo de evocação, porque eles já estão dentro do japonês.

Possibilidades dadas pela relação material do signo com a coisa designada

Com respeito à possibilidade de relação material direta com as coisas, ou por semelhança ou por equivalência sinestésica dos sentidos, isto é, o agudo que se apresenta como claro, como luminoso, etc. Mallarmé disse que as palavras francesas "**jour/nuít**" não se comportam bem como palavras, porque "**jour**" deveria significar noite, isto é, algo escuro, pesado, etc. e, ao contrário, "**nuít**", palavra alegre, deveria significar dia, porque é aquela dentre as duas que dá a impressão do alegre, luminoso, etc. Claro está que o poeta não tem razão, se levarmos em conta o significado funcional; neste aspecto, sua afirmação é um paradoxo. "**Jour**" significa dia e "**nuít**" noite por motivos de tradição histórica do francês. Todavia, tem razão no que concerne à evocação, isto é, o que pode alguém imaginar sem conhecer o significado, só levando em conta a materialidade. E esta possibilidade de evocação não fica anulada porque as palavras não significam o que poderiam significar, levando em conta a evocação. Trata-se aqui de outra possibilidade da linguagem, de outra dimensão, simplesmente icástica (isto é, imitativa) e nada mais. Significado e possibilidade icástica podem coincidir ou podem não coincidir. Estas possibilidades são as que se utilizam na harmonia imitativa, sobretudo na poesia, com o descrever ao mesmo tempo por meio da palavra. Possibilidades muito complexas, mas que se dão, que atualizam possibilidades em que sequer pensamos, em qualquer momento, mas que nós podemos estabelecer ao descobrir relações; por certo que "nocturno" não se relaciona com "turba" pelo seu significado idiomático, porém esta relação pode ser estabelecida quando se descobre o valor icástico no verso de Gongora: "infame turba de nocturnas aves". Aí sentimos este "-tur-, -tur-" como se fosse um mesmo signo imitativo e já então em "turba" está a noturnidade que, como significado, está em "nocturnas".

Possibilidades dadas pela relação com a experiência

O terceiro tipo, a relação com o conhecimento das coisas, quer na experiência, quer na cultura. Karl Vossler disse em certo lugar que a palavra alemã "Pferd", cavalo, não significa o mesmo para o oficial de cavalaria, para o camponês que trabalha com cavalos e para o que joga todos os domingos nas corridas e para as crianças de Viena, para quem o cavalo se havia transformado em animal exótico, quase como o elefante que se encontra no jardim zoológico. Não tem ele razão no que toca ao significado. A palavra significa isso mesmo, isto é, a delimitação da designação é, em cada caso, "cavalo"; mas Vossler tem razão no que concerne à evocação, a como se apresenta a coisa e a como pode o falante eventualmente apresentar essa coisa em sua construção de sentido. Isto é, tratar-se-á da atitude do falante em face da coisa. Do mesmo modo, podemos dizer: a evocação dos nomes mitológicos, para referir-nos à cultura, é inteiramente diferente entre nós, que conhecemos só indiretamente a mitologia, como cultura de outros, à evocação que tais nomes podiam ter para os gregos que viviam, por assim dizer, a mitologia, viviam dentro da mitologia, para quem a mitologia era algo presente, algo imediato. Assim, quando a poetisa Safo diz: **"Oh! Crepúsculo, tudo trazes de volta, tudo aquilo que a brilhante Aurora espalhou"**, diz algo mais profundo do que podem dizer estes versos na tradução para o espanhol, porque o Crepúsculo e a Aurora são para Safo dois deuses, são duas forças rivais na natureza que estabelecem este ritmo universal do dia e da noite. Nesse movimento vem o deus Crepúsculo que traz de volta todas as coisas, traz a cabra, traz a ovelha, traz o filho à mãe; mas amanhã regressará de novo a Aurora, a outra deusa, a outra força da natureza e aí a cabra se irá de novo, se irá a ovelha e o filho se irá para longe da sua mãe... Trata-se desse ritmo universal de apaziguamento, mas que tem seus limites, já que logo ganhará a outra força da natureza, voltará o outro momento do ritmo. Aqui, de nenhum modo é indiferente como se considera a coisa, que relação se tem com a coisa, quer através da experiência efetiva das coisas, quer através da cultura.

Possibilidades dadas pela relação com outros textos

Um último exemplo para o quarto tipo. Conhecemos os signos também por seu emprego em outros textos, se se encontram em posição muito particular com esses outros textos. E é um conhecimento bastante geral, pelo menos numa cultura onde se conhecem os textos importantes e, portanto, esses signos imediatamente se relacionam com os textos conhecidos. Há uma evocação desses outros textos, também uma evocação da relação com o que está dito nesses outros textos e talvez com o sentido desses outros textos. Se, por exemplo, digo **"poderoso caballero"**, a maioria dos hispanofalantes poderá continuar: **"es don dinero"**, embora eu o diga com outra intenção, eles o relacionarão com esse texto que conhecem. Se digo **"volverán las"**, alguns continuarão: **"oscuras golondrinas"**, e eu direi: "no, no quería hablar de las golondrinas, quería hablar de otra cosa". Em seguida, porém, evocarão esse outro texto que, até se o modifico, de qualquer maneira se reportarão ao texto a que estou aludindo. Se digo, por exemplo: **"en un hotel de Madrid de**

cuyo nombre no quiero acordarme", então imediatamente se porá isto em relação com: "**En un lugar de la Mancha de cuyo nombre no quiero acordarme**", e também com este texto e com o dito neste texto, isto é, provavelmente eu fale de algo análogo com respeito a este hotel de Madrid, e, assim como Cervantes não tinha vontade de se lembrar do nome desse lugar, porque teria suas razões, também eu cá não quero lembrar-me do nome do hotel, porque tenho minhas razões. Isto é, isto contribui para o sentido.

Estes tipos, analisados e diversificados, porque há que diversificá-los, nos dizem quais são os grandes procedimentos dados na linguagem, relações dadas já na linguagem, para construir sentido.

Ora, é isto o que se há de descobrir na análise, na interpretação das obras literárias e é isto o que se faz. Quando interpretamos uma obra, tratamos de ver qual é o sentido e quais são os indícios para que esse sentido seja precisamente esse. Estamos identificando procedimentos que estão dados como possibilidades na linguagem. E uma lingüística do texto seria interpretação da obra literária com base nas possibilidades, nas virtualidades lingüísticas nela realizadas. Na realidade, não é possível estudar a obra literária no que ela é, nem apresentá-la no ensino, se não for explicada deste ponto de vista da linguagem, não simplesmente da utilização, mas, sim, da criação lingüística nesta construção do sentido através da realização de possibilidades da linguagem.

Poder-se-ia dizer: se consideramos só estes tipos de relações, não simplesmente a língua, todos poderiam ser interessantes e poderíamos estudá-los na lingüística do texto, e diríamos que a literatura e o ensino da literatura se relacionam com a análise do sentido, mas não com qualquer possibilidade da língua. Na realidade não o sabemos; tudo pode adquirir sentido num determinado texto. Os fatos mais elementares podem adquirir sentido, constituir, inclusive, a chave do sentido, a chave da obra literária. A. Pagliaro, por exemplo, comenta que no poema de S. Francisco, **O cântico do Irmão Sol**, a palavra, o instrumento que abre o mistério deste poema, o sentido todo do poema, é a preposição "per". Quem entender exatamente o valor da preposição, entende o poema. Isto é, "**Louvado seja o Senhor pelo sol, pela água...**". "Per", porém, não significa nem que estes elementos te louvem, que serias louvado pelo sol, que o sol te louve, mas, sim, significa "através de", isto é, "quando louvamos o sol, a ti, Senhor, te louvamos..."; uma espécie de atitude panteísta, através de todas as criaturas e do criado em geral, louva indiretamente a Deus. Simples partículas, então, podem adquirir um sentido inesperado.

Não se há de crer que explicar o texto do ponto de vista lingüístico implique explicar todo o sentido sem levar em conta o sentido das macroestruturas, sem levar em conta qual é o valor de cada um dos elementos, nem se há de pensar que explicar um texto seja explicar só palavras difíceis, palavras raras que eventualmente poderiam não ser entendidas pelos alunos. Há de se fazer isso também, porque a condição para interpretar o sentido é ter entendido exatamente o significado, porque essa é a parte do signo que significa o sentido. Porém, o que tem sentido e o que pode ser

eventualmente elemento essencial na construção do sentido, pode também ser o mais simples. Este é o sentido da estilística desenvolvida por A. Pagliaro: a palavra com o significado, com a função corrente que tem na língua, é palavra que adquire sentido num determinado texto.

Há conveniência cultural para aprender, senão gramática, algo mais ainda, algo de lingüística. Eu até substituiria o ensino da gramática, que seria como parte necessária, por um ensino mais amplo. Vi que isto já se faz na Espanha, já se ampliou o ensino da gramática e se aprende algo de lingüística; imagino que se fará o mesmo para a ciência literária.

O outro ponto de vista (porque este seria autônomo) são as formas tradicionais da cultura e, portanto, temos de conhecê-las. Deste ponto de vista as duas disciplinas seriam autônomas. O segundo ponto de vista, em troca, é o da sua interdependência, porque de acordo com o que foi dito, a lingüística que examina estas possibilidades da linguagem que podem ser realizadas concretamente na literatura, é necessariamente complementar da ciência da literatura como e com que está feita a obra de arte literária. Eu diria que a coincidência dos dois pontos de vista se dá na lingüística do texto, lingüística que estuda o sentido, a estruturação do sentido, sendo tal lingüística do texto a forma mais adequada de hermenêutica literária, de interpretação do texto literário. Portanto, essa unidade não só é desejável, como se manifesta efetivamente na lingüística do texto que se está desenvolvendo. Estas razões teóricas, expostas até aqui, são as que impõem um ensino conjunto de língua e de literatura, de lingüística e de ciência literária.

A estas razões se somam razões que aconselham esta unidade no ensino e que são de dois tipos: razões de política cultural hispânica e razões de oportunidade didática.

Que quero dizer com isto? Na realidade, a grande força de coesão das nações hispânicas no mundo é precisamente a que dimana da unidade da língua e por esta unidade literária. Cultivando esta língua unitária, esta unidade da literatura; considerando na Espanha, a literatura em língua espanhola escrita fora da Espanha e, ao contrário, considerando toda esta literatura desde o poema do Cid até a atualidade como uma só literatura, somente deste modo se contribui, por um lado, para a unidade da cultura hispânica, e, por outro, para a afirmação do hispânico no mundo diante das outras línguas e das outras tradições culturais. Está claro que esta unidade não é uma unidade já dada, como não o é nunca a unidade cultural. A unidade cultural é sempre uma unidade que é ao mesmo tempo tarefa, que deve fazer-se e fazer-se continuamente. De todo modo esta tarefa hispânica aconselha também o estudo conjunto da língua e da literatura, porque não se trata de aprender uma forma determinada da língua, senão as várias formas históricas da língua espanhola que se encontram em várias regiões, com diferenças mais ou menos profundas, mas que merecem estudadas. Trata-se de aprender esta língua com variedade em sua unidade, porque foi e é instrumento da cultura hispânica.

E a razão de oportunidade didática é muito simples. Todos temos a experiência, creio, que também a lingüística, ou a gramática, como, por exemplo, a história – que também pode ser aprendida deste modo – bem como em outras disciplinas, nada se conserva melhor na memória do que aquilo que exerceu sobre nós também um efeito estético importante. Frequentemente, tais efeitos ficam como textos na memória e, portanto, também são aquela informação que aprendemos relacionada com tal texto. Às vezes, e até de maneira bastante freqüente, as coisas aprendidas abstratamente ou em relação com textos não interessantes, que só se apresentam como exemplo e que não têm nenhum valor em si, são facilmente esquecidas.

Conclusão

Tudo o que dissemos diz respeito a um ideal de ensino, ao esquema dentro do qual compete ensinar. Na aplicação, no didático, deve-se levar em conta que é empiricamente impossível ensinar toda a linguagem. Pode-se ensinar, coisa que tampouco se tem feito, toda uma língua, em uma forma determinada, toda uma estrutura de uma língua. Porém é empiricamente impossível ensinar tudo aquilo que pertence ao saber elocucional, bem como tudo o que pertence ao saber expressivo e à estruturação dos textos, até porque em cada texto podem surgir novos procedimentos, dados como possibilidades na linguagem, mas não realizados até então e que, assim, tampouco poderiam ser incluídos numa lista de procedimentos já conhecidos. Até para a lingüística do texto eu tinha proposto, como tarefa modesta, mas absolutamente necessária, começar pelo registro das possibilidades realizadas até o momento, sem acreditar que com isto se esgotou a possibilidade da linguagem. Saber que tipos de procedimentos podemos esperar, com a convicção de que ainda poderão aparecer procedimentos novos, não incluídos em nossos registros. Mesmo que fosse empiricamente possível, que não o é, ensinar toda a literatura, não conviria ensiná-la toda, se necessitariam muitíssimos anos e muitíssimos conhecimentos, mas não conviria, porque o que nesta literatura sobressai, se vai perdendo, desaparece, naquilo que é mais ou menos forma de ideologia, que interessa como informação, mas que não é na realidade obra de arte ou grande obra de arte. Por isso, o ensino só pode ser ensino exemplar, isto é, o ensino deve estimular no lingüístico a reflexão lingüística, assinalar fatos que se sabe que têm tais e quais funções estruturais para que o aluno continue pensando e descubra outros fatos análogos, a fim de que tome consciência da língua e das possibilidades da linguagem e estimule, ao mesmo tempo, a criatividade lingüística. Quando se mostra como se fez algo, quais foram os procedimentos, o certo é que isto não assegura que outros poderão inventar tais procedimentos, mas poderá ser um estímulo, e, neste sentido, o exemplo bem analisado é estímulo de criatividade.

E exemplar também no que concerne à literatura, não para informar sobre toda a literatura; deveria ser dado o esquema do desenvolvimento, para que não se perca de vista a perspectiva histórica, e os conceitos históricos das obras, para não dar toda

a literatura, mas, de novo, apresentá-la em forma exemplar para estimular o interesse pela literatura e para que o aluno prossiga ele mesmo lendo outras coisas, além daquelas examinadas na escola. Recordo alguns exames no Uruguai durante os quais perguntava por Cervantes e os alunos me diziam: "Não demos Cervantes porque fizemos outras coisas". Consideravam este fato como razão suficiente para não terem lido Cervantes. Bem ao contrário, parece-me absolutamente injustificável que se possa alegar que só o teriam lido por obrigação, como dever da escola. Claro que isto depende do ensino. O ensino deveria estimular o interesse, também pelo analisado em sala de aula e indicar onde se poderia encontrar realização literária desse nível em outras obras não examinadas. Estimular o interesse pela literatura por meio da análise, sempre dentro deste marco ideal que considera todas as possibilidades.

Nota do tradutor

1. Devidamente autorizado pelo Autor, temos o prazer de apresentar aos leitores de *Confluência* a tradução de uma "ponencia" proferida no Simpósio "**Innovación en la enseñanza de la lengua y la literatura española**", realizado na Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Complutense de Madrid, entre os dias 4 e 8 de junho de 1984, e publicada em *Actas y Simposios* da Subdirección General de Formación del Profesorado (Madrid, 1987, págs. 13-32). Embora se trate de pronunciamento em relação ao espanhol, a palestra de Eugenio Coseriu, pela profundidade dos conceitos emitidos e pela grande autoridade de lingüista e filósofo da linguagem de quem os formulou, tem validade que ultrapassa o campo circunscrito do ensino secundário na Espanha e serve de guia de proposta de inovação para o ensino médio dos países de língua portuguesa. É um texto estimulante à reflexão do nosso professorado, como estimulante é o arcabouço teórico da visão lingüística desse mestre que tem já garantido seu lugar de honra na galeria dos maiores teóricos da lingüística do nosso século. O presente texto guarda o primitivo ar de naturalidade em que se desenvolveu a palestra, naturalidade que pretendemos transladar à versão em português. Não revista pelo Autor, esta versão –e suas imperfeições– ocorrem por conta do tradutor que, na oportunidade, agradece ao mestre e ao amigo a honra de poder dar maior divulgação a este seu oportuníssimo pronunciamento.
2. O exemplo no original está em espanhol. O tradutor procedeu aqui às adaptações necessárias para referir-se ao português.

Evaniildo Bechara

FONTES PARA O ESTUDO DA VIDA E OBRA DE MANUEL SAID ALI

Maximiano de Carvalho e Silva
UFF

1 – TRAÇOS BIOGRÁFICOS

Manuel Said Ali Ida nasceu na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, a 21 de outubro de 1861. Foram seus pais – Said Ali Ida, de origem turca, e Catarina Schiffler, alemã. Órfão de pai aos dois anos de idade, viveu em Petrópolis até aproximadamente os quatorze anos, e lá fez os seus primeiros estudos. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, logo se empregou na conhecida editora Laemmert & Cia., cujos proprietários eram alemães: foi a oportunidade de, no trato com os livros e com grandes figuras da vida intelectual brasileira que freqüentavam a livraria, desenvolver as suas aptidões para os estudos lingüísticos e literários. Numa época em que a inexistência de centros de estudo especializado só lhe permitia mesmo ser um autodidata, o bom conhecimento da língua alemã e de outras línguas estrangeiras facilitou-lhe o acesso às obras originais de eminentes especialistas que exerceriam marcante influência em sua formação. O notório saber e a preocupação didática abriram-lhe o caminho do magistério, que exerceu em várias instituições, a partir das duas décadas finais do século XIX: foi professor de alemão, francês, inglês e geografia, tendo integrado o corpo docente do Colégio Pedro II (ou Ginásio Nacional, nos primeiros anos da República) e da Escola Preparatória e de Tática do Realengo e posteriormente da Escola do Estado Maior do Exército (onde, extinto o ensino do alemão, passou a trabalhar como tradutor de textos militares nessa língua).

Dada a grande projeção que alcançou com os seus estudos de Lingüística Portuguesa, influenciou, através de seus discípulos, na renovação dos métodos de ensino da língua, tendo sido alguns de seus compêndios adotados no Colégio Pedro II e em ginásios equiparados. Esses estudos lhe conferem um lugar de destaque ao lado dos grandes pioneiros que, em Portugal e no Brasil, deram novos rumos às especulações lingüísticas: Francisco Adolfo Coelho, Epifânio Dias, Gonçalves Viana, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Leite de Vasconcelos, Sousa da Silveira e alguns outros (para citar apenas os principais autores de obras fundamentais que se publicaram até a terceira década do século XX). O unânime reconhecimento do seu valor fez de Said Ali um dos membros da Academia Brasileira de Filologia, quando se fundou a instituição em 1944. Said Ali casou-se no ano de 1900, em Bruxelas, com Gertrudes Gierling, de nacionalidade alemã, e ficou viúvo em 1944. Faleceu com noventa e um anos, a 27 de maio de 1953, na cidade do Rio de Janeiro.

Said Ali era um autêntico humanista: os seus amplos conhecimentos em vários campos do saber mantinham nele um constante interesse pelos problemas essenciais do homem – o que nem sempre se percebia com facilidade, pois era de pouca conversa e um tanto arredio ao convívio social. Os mais íntimos amigos – como o historiador Capistrano de Abreu – têm depoimentos que atestam alguns dos traços relevantes da sua personalidade: era dotado de uma inteligência aguda e crítica, o que, aliado à erudição de que deu tantas provas, o ajudava a colocar-se numa posição de equilíbrio na formulação de pontos de vista e julgamentos; amante da música e da pintura – a que se dedicava em horas de lazer – tinha a fina sensibilidade que o levou às sutis distinções com que se distinguem os seus estudos gramaticais do que, então, de modo geral se fazia; era um homem ponderado, modesto, avesso à promoção pessoal, sentimental, e excelente amigo – apesar de muito pouco expansivo e das raras exteriorizações dos sentimentos; distinguia-o sobremaneira a firmeza de caráter e a probidade científica, que o obrigou a fazer pronunciamentos de grande franqueza a respeito de autores que, no seu entender, não se mostravam dóceis à verdade, recusando-se a reconhecer o infundado de afirmações anteriores.

Tinha Said Ali especiais atenções com os seus ex-alunos e discípulos, a vários dos quais recebia em sua casa, para atender a consultas particulares, ministrar aulas gratuitamente, ou mesmo emprestar livros da sua biblioteca. A mais famosa turma de alunos a que se ligou estreitamente – foi aquela que teve como professores de outras disciplinas os escritores José Veríssimo, João Ribeiro e Silva Ramos, da Academia Brasileira de Letras, e da qual faziam parte três alunos que alcançariam, no setor das Letras, as culminâncias da vida intelectual, com os seus estudos lingüísticos e filológicos, ou a sua obra literária: Antenor Nascentes, Sousa da Silveira e Manuel Bandeira. Do altíssimo apreço que lhe votavam esses discípulos ilustres são provas eloqüentes: a dedicatória de Sousa da Silveira já em sua primeira edição das *Lições de Português*, 1923 ("Ao meu sábio mestre e amigo, o Ex^{mo}. Sr. Said Ali...."); a iniciativa de Antenor Nascentes de organizar a *Miscelânea de Estudos em Honra de Manuel Said Ali, Professor do Colégio Pedro II*, comemorativa do 77º aniversário do mestre, Rio de Janeiro, 1938, primeiro trabalho no gênero publicado no Brasil; e as palavras do prefácio de Manuel Bandeira à *Versificação Portuguesa*, edição da Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948. Serafim da Silva Neto (artigo "In Memoriam: Manuel Said Ali") e Joaquim Matoso Câmara Júnior (artigo "Said Ali e a Língua Portuguesa") lembraram o que foi a visita dos amigos ao mestre, em Petrópolis, para lhe apresentarem a *Miscelânea* com que o homenagearam.

2 – SAID ALI E CAPISTRANO DE ABREU

Um estudo mais completo da vida cultural brasileira nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX não pode omitir a estreita aproximação e identidade de propósitos científicos que uniu Said Ali e o grande renovador da historiografia brasileira, João Capistrano de Abreu (1853–1927), o qual, natural do Estado do Ceará, viera para o Rio de Janeiro em 1875, e aqui fixou-se definitiva-

mente, ganhando merecida notoriedade com trabalhos como *Descobrimiento do Brasil e Seu Desenvolvimento no Século XVI* (tese de concurso ao Colégio Pedro II, 1883), *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* (1889), *Capítulos de História Colonial* (1907), *Rã-txa hu-ni-ku-ĩ/A Língua dos Caxinauás do Rio Ibaçu Afluente do Muru* (1914) e tantas outras contribuições relevantes. Já na década 1881–1890, encontram-se os dois grandes mestres empenhados em buscar novos rumos para as suas especialidades. Firmando-se a amizade entre Capistrano de Abreu – que levou em outra direção a pesquisa histórica – e Said Ali – que desde logo revelou uma nova visão dos fatos lingüísticos, era natural que exercessem benéfica influência um sobre o outro. Na edição da *Correspondência de Capistrano de Abreu*, organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues, publicam-se as cartas de Said Ali ao amigo fraterno, no período de 1913 a 1927 (v. Volume III, pp.201-209). Há, em inúmeras cartas de Capistrano a outros amigos íntimos, referências que dizem bem do alto apreço em que tinha o renovador da Lingüística Portuguesa no Brasil. Ligava-os o interesse comum de conhecer bem os textos da língua, literários ou históricos, de conhecer a estrutura do português e de outros idiomas. Foi bastante amiudada a colaboração recíproca. Said Ali era o consultor a quem recorria Capistrano para resolver os seus problemas lingüísticos – o consultor de "intuição luminosa e opulento cabedal", como o classifica no agradecimento do "Prefácio" do livro *Rã-txa hu-ni-ku-ĩ/A Língua dos Caxinauás do Rio Ibaçu Afluente do Muru*, em que o historiador também se revela um lingüista e etnógrafo e pioneiro dos estudos de valor científico sobre as línguas dos grupos indígenas brasileiros. Por sua vez, teve Said Ali de Capistrano eficiente colaboração, mais de uma vez ressaltada: na 2ª edição de *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1919) se reconhece grande devedor ao "saber e dedicação" do amigo; no "Prólogo" da 1ª edição de *Lexeologia do Português Histórico* (1921) agradece as sugestões de que resultaram "proveitosos acréscimos e modificações" ao trabalho. Houve, como se pode ler em notas da *Correspondência de Capistrano de Abreu* (Volume III, pp. 201, 202, 205 e 209), referidas por Evanildo Bechara no excelente estudo *M. Said Ali e Sua Contribuição Para a Filologia Portuguesa*, um constante intercâmbio de pontos de vista entre os dois mestres – igualmente interessados em estudos de certas particularidades da língua árabe e das línguas indígenas do Brasil que Capistrano investigou: as dos caxinauás e bacairis. Em cartas de Capistrano, sobretudo ao escritor português João Lúcio de Azevedo (1855–1933) – Volume II da *Correspondência*, há freqüentes alusões ao método de trabalho de Said Ali; o historiador soube assinalar a distinção da atitude de Said Ali em relação ao que faziam o gramático português Cândido de Figueiredo (1846–1925) e de modo geral os gramáticos brasileiros de então: Said Ali era dos que estudavam a língua "pelo mero gosto de saber, e não para sair à rua de palmatória" (v. *Correspondência*, Volume I, p. 325) com a finalidade de castigar os infratores das pretensas regras da boa linguagem, formuladas aprioristicamente. Tudo isto explica o fato de, morto Capistrano de Abreu, ter integrado Said Ali o grupo dos que fundaram a 11 de setembro de 1927 a Sociedade Capistrano de Abreu; e, anos mais tarde, em 1944, ao se fundar a Academia Brasileira de Filologia, ter escolhido o historiador e pesquisador de línguas indígenas para Patrono de sua cadeira.

3 – ORIENTAÇÃO DOS SEUS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

Quando Said Ali se inclinou para as investigações lingüísticas, a Ciência da Linguagem se desenvolvia sob a influência mais antiga das formulações de Bopp, Humboldt, Schleicher – e mais proximamente de Whitney, Schuchardt, Delbrück, Hermann Paul, Osthoff, Brugmann e vários outros. A base de Lingüística Geral de que precisava para aplicar aos estudos do português, hauriu-a Said Ali na leitura meditada desses mestres, a cujas obras fundamentais teve acesso mercê do seu domínio de línguas estrangeiras, como o alemão, o inglês e o francês, principalmente. Paralelamente, tomava ele conhecimento do que se fazia em Portugal, na renovação iniciada por Francisco Adolfo Coelho (1847–1919). Na 1ª edição de *Dificuldades da Língua Portuguesa*, 1908, p. 1, já explicava: "Base das observações próprias com relação ao português, foram obras científicas importantes cujos resultados ou não são devidamente conhecidos entre nós ou se ignoram ainda". Fazendo-se um levantamento dos autores estrangeiros a que se refere ou com quem se correspondeu Said Ali, tem-se a medida da amplitude da bibliografia que dominava, e compreende-se então como pôde encontrar a solução de vários problemas da língua portuguesa, numa época em que os gramáticos viam os fatos de uma perspectiva errada e assentavam as suas conclusões em pressupostos falsos, que Said Ali mais de uma vez teve ocasião de pôr em foco. Ao longo dos anos, comprovou-se que ele estava familiarizado com obras fundamentais, de autores como Sievers, K. Brugmann, Sweet, Storm, Paul Passy, Victor Henry, Appel, Koschwitz, Sachs-Villatte, Sayce, F. Diez, Whitney, Erdmann, Vernalecken, Schuchardt, B. Delbrück, F. Bopp, Ernout, Hermann Paul, Jespersen, F. Miklosich, Schleicher, Lenz, Vossler, E. Boehmer, B. Bourdon, Michel Bréal, Friedländer, Leo Spitzer, Vendryès, Wölfflin, Saussure, Darmesteter, Havet, Wundt, Grandgent, Bourciez, Lindsay, Thomas, Kainz, Hatzfeld, Osthoff, Salvá, Greenough, Walde, Dozy, Tobler, G. Gabelentz, Nyrop, Humboldt, Meyer-Lübke, I. Carré, Löfstedt, Schmaltz, A. Meillet, Goelzer, A. Horning, Schwentner, Lang e muitos outros.

Começando a publicar seus estudos sob a influência preponderante da escola dos neogramáticos alemães, a rara inteligência e a boa formação humanística levaram-no a não seguir cegamente a rígida orientação histórico-evolutiva dos neogramáticos, cuja obra compulsou com espírito crítico, dela depreendendo "as bases doutrinárias para encetar uma sistematização nova dos fatos gramaticais portugueses" e um método de trabalho mais rigoroso (v. Matoso Câmara Júnior, artigo citado, p. 416). A posição de Said Ali era "a do que hoje chamaríamos um **estruturalista**, vendo na língua uma **estrutura**, ou rede complexa mas regularmente trançada, de fatos que se relacionam e se opõem em configurações muito nítidas que ao lingüista cabe depreender" (ibidem, p. 416). Aliás, Said Ali "conheceu bem o ponto de vista saussuriano, que ele cita com simpatia no Prefácio à 2ª edição (1919) das suas *Dificuldades da Língua Portuguesa*" (ibidem, p. 416-417). Decifra-se de certo modo, com a revelação de tudo isto, o "enigma" da superação das deficiências que Said Ali teve de enfrentar, num meio em que a inexistência de instituições universitárias consagradas ao estudo das Letras só lhe propiciava o caminho do

autodidatismo ("enigma" a que se refere I.G. Dimitriu – apud Sílvio Elia, *Ensaio de Filologia*, ed. de 1963, p. 178).

Ao tempo em que Said Ali iniciava a divulgação dos resultados das suas investigações, e nos anos subseqüentes, não eram poucos os estudiosos que se ocupavam das questões práticas da língua portuguesa – como a colocação dos pronomes pessoais átonos, o uso do infinitivo flexionado, a crase, o emprego dos estrangeirismos (especialmente galicismos), o problema ortográfico e vários outros. Já um bom número de gramáticas e de monografias, de autores brasileiros e portugueses, serviam de ponto de apoio ao ensino da língua. De modo geral, os autores desses trabalhos, desinformados ou não integrados nas novas concepções científicas dos estudos lingüísticos, partiam de pressupostos falsos, com isso contribuindo para a propagação de uma série de preconceitos gramaticais, que ainda hoje têm adeptos, mesmo nos cursos universitários, apesar de todo o esforço de esclarecimento do grupo de lingüistas em que Said Ali figura como pioneiro.

Caracterizava a época de desorientação – nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX – em que, por outro lado, já se firmavam as bases da Ciência da Linguagem, em Portugal e no Brasil:

a) a atuação desenvolvida da corrente dos chamados **puristas**, que se opunha à evolução da língua, como se esta tivesse chegado a um "tipo de perfeição modelar" que recomendasse a sua imutabilidade (v. o capítulo "O Purismo e o Progresso da Língua Portuguesa", introduzido na 2ª edição de *Dificuldades da Língua Portuguesa*, 1919);

b) uma falsa noção de "falar bem" e "escrever bem", que desconhecia na prática a diversidade dos usos lingüísticos, não estabelecendo as necessárias distinções entre língua oral e língua escrita, entre uso português e uso brasileiro da língua comum;

c) com relação à língua literária, a idéia de que os grandes modelos, através dos quais se estabeleceriam normas comuns a serem seguidas em Portugal e no Brasil, eram os escritores portugueses considerados "clássicos", cuja imitação servil, em última análise, ficava sendo a solução admitida como inquestionável;

d) como decorrência de tudo, um conceito de "certo" e "errado" em linguagem que, apoiado em pressupostos insustentáveis, deu margem à proposição de soluções personalistas e simplistas dos problemas da língua, e gerou – muito de acordo com o clima da época – as intermináveis polêmicas de gramáticos, responsáveis pelo desprestígio da Ciência da Linguagem entre os leigos e pelas conotações pejorativas da palavra **gramático**, mesmo no campo literário.

Acrescente-se ainda que também eram o mais das vezes condenáveis os processos didáticos adotados por toda a parte.

Distinguiu-se desde logo a atuação de Said Ali, como linguísta e como didata, pelos nítidos traços que lhe conferem o lugar de relevo que é forçoso reconhecer. Em 1895, já professor de línguas estrangeiras, o Governo brasileiro lhe deu a oportunidade de uma viagem à Europa para "estudar a organização do ensino secundário e particularmente o das línguas vivas" (v. Evanildo Bechara, op. cit., pp. 14-15). O relatório dessa viagem, apresentado no ano seguinte ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o artigo "Metodologia e Ensino" (na *Revista do Pedagogium*, Rio de Janeiro, Maio de 1896), e os compêndios que escreveu ou traduziu, em cujos prefácios se refere às suas experiências pedagógicas e critica os métodos então em voga – dão idéia da modernidade e da importância da ação desenvolvida por Said Ali como renovador da didática no Brasil.

4 – EXTENSÃO E IMPORTÂNCIA DA OBRA DE SAID ALI

Alguns autores se referem à escassa produção de Said Ali nos seus noventa e um anos de vida. A afirmação, todavia, não resiste a um exame mais cuidadoso, como se verá a seguir, pelo arrolamento das publicações que deixou. Pelo contrário, espantosa pelo volume e pela qualidade é a produção desse homem sem formação universitária, que trabalhou "quase sem o precioso auxílio de guias experimentados" e "sem bibliotecas públicas especializadas" (v. Serafim da Silva Neto, artigo citado, p. 109). Evanildo Bechara, na impossibilidade de assinalar com segurança a data do primeiro trabalho do mestre, cita o artigo "A Ortografia de Alexandre Herculano – Sons Nasais", estampado no jornal *Novidades* (Rio de Janeiro, 8 de Fevereiro de 1887), como o mais antigo que conseguiu localizar (v. Bechara, op. cit., p. 3).

Tentando classificar as publicações de Said Ali, com base no levantamento bibliográfico a que procedemos em 1961 para um número da *Revista Brasileira de Filologia* (Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica) que não chegou a ser publicado, e nas pesquisas de Evanildo Bechara (op. cit.), pode-se chegar ao seguinte resultado, em que o grande mestre figura como:

- a) autor de artigos em jornais e revistas – *Revista Brasileira* (1895–1898), *Anuário do Colégio Pedro II* (1914 e 1921), *Revista de Língua Portuguesa* de Laudelino Freire (1920 a 1928, números 4, 11, 54 e 55), *Revista de Filologia Portuguesa* na fase sob a direção de Mário Barreto (1925, número 13), *Revista de Filologia e de História* do Padre Augusto Magne (1931 e 1932, Tomos I, fascículo I, e II, fascículo I), *Revista de Cultura* do Padre Tomás Fontes (1932 a 1945, números 72, 74, 76, 78, 85, 105, 107-108, 118, 121, 123, 128, 131-132, 139, 141, 145, 146, 164, 175, 176, 181, 199, 200, 202, 214, 223), *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro (10/12/1933,

7/8/1938, 6/6/1948, 29/8/1948, 27/2/1949), *Boletim de Filologia* do Centro de Estudos Filológicos de Lisboa (1939, Tomo VI), *Philologica* de Evanildo Bechara (1948–1949), *Studia* – órgão cultural da Congregação do Colégio Pedro II (1951, número 2);

b) tradutor-adaptador ou autor de compêndios com que colaborou para a renovação da didática no ensino médio brasileiro (1893 – *Primeiras Noções de Gramática Francesa* de Carlos Ploetz; 1894 – *Nova Gramática Alemã*; 1895 – *Primeiras Noções Sobre as Ciências* de Th. Huxley; 1897 – *Nova Seleta Francesa* de Carlos Kühn; 1898 – *The English Student* de Emílio Hausknecht; 1899 – *Curso Prático da Língua Francesa* de Ph. Rossmann e F. Schmidt; 1905 – *Compêndio de Geografia Elementar*), alguns dos quais tiveram reedições até data recente;

c) autor de estudos prévios de edições de escritores brasileiros (1895 – *Obras Completas de Casimiro de Abreu*; 1896 – *Poesias de Gonçalves Dias*; 1898 – *Obras Completas de Castro Alves*, edições Laemmert, Rio de Janeiro);

d) autor do prefácio intitulado "Juízo Crítico" ao livro *Sintaxe da Língua Portuguesa*, de Leopoldo da Silva Pereira, Rio de Janeiro, Laemmert, 1898;

e) autor de estudos sobre a renovação da ortografia portuguesa (como os do livro *Vocabulário Ortográfico*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1905);

f) autor de miscelâneas de estudos, muitos dos quais antes publicados em jornais e revistas e refeitos para a reedição em livro (1908 – *Dificuldades da Língua Portuguesa*, que teve acréscimo de capítulos e alterações na 2ª edição de 1919; 1930 – *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*);

g) autor de tentativas de sistematização, à luz das novas doutrinas, dos estudos de lingüística sincrônica e diacrônica do português (1921 – *Lexeologia do Português Histórico*; 1923 – *Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico/ Gramática Elementar da Língua Portuguesa/ Gramática Secundária da Língua Portuguesa*; 1931 – *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, 2ª edição da *Lexeologia* e da *Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*);

h) autor de estudos de versificação – uma série de artigos depois reunidos em livros (1948 – *Versificação Portuguesa*; 1957 – *Acentuação e Versificação Latinas*).

5 – VALOR DA SUA CONTRIBUIÇÃO À LINGÜÍSTICA PORTUGUESA

Compreendeu bem o que representa a contribuição de Said Ali à Lingüística Portuguesa, cuja importância ressaltou como de interesse não restrito ao Brasil e a Portugal, o lingüista Zdenek Hampejs, que em artigo no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro (8 de abril de 1961) recomendou vivamente a reedição dos trabalhos do mestre como a melhor forma de homenageá-lo por ocasião das comemorações do centenário do seu nascimento. Dão a medida do valor de Said Ali como estudioso dos problemas de Lingüística Geral: a capacidade de distinguir o lado positivo da contribuição dos grandes mestres do século XIX, como os neogramáticos, pondo de lado os seus excessos e a visão unilateral dos fatos da evolução lingüística; a percepção dos dois planos dos estudos – o sincrônico e o diacrônico, de que é exemplo a *Gramática Secundária*, apresentada no capítulo inicial como exposição dos "fatos da língua atual"; a noção de como se estabelecem cientificamente as normas do uso culto da língua, fazendo-se o registro fiel dos fatos da língua padrão e observando-se os hábitos de pronúncia da mesma época (que, variando em países ou regiões de língua comum – como frisou nos estudos sobre a colocação do pronome pessoal átono em Portugal e no Brasil, levam a um conceito flexível de correção gramatical, dentro do qual se prevêem as variantes como usos nacionais e regionais legítimos e incontestáveis); as luminosas considerações do ensaio "O Purismo e o Progresso da Língua Portuguesa", que data de 1914, sobre a característica de mutabilidade das línguas como expressões de culturas que se intercomunicam, e sobre os empréstimos lingüísticos como fatos inelutáveis; a compreensão da existência de outros fatores, como o psicológico, nas alterações de linguagem; a distinção que faz, em diferentes oportunidades, como ao estudar o emprego da forma flexionada do infinitivo em português, entre os usos gramatical e estilístico dos recursos de comunicação e expressão da língua; o exato conceito de **idiotismo** ou **idiomatismo**, que ele não caracteriza como fato exclusivo de uma determinada língua; a valorização, na justa medida, da questão ortográfica, que o fez pugnar pela simplificação e uniformização das grafias do português sem no entanto admitir rigidez de soluções para todos os casos (como já lembra na "Introdução" do *Vocabulário Ortográfico* e exemplifica largamente ao analisar a reforma proposta por Gonçalves Viana, no capítulo "Nomes Próprios Geográficos", já na edição de 1908 de *Dificuldades da Língua Portuguesa*); a boa utilização do método estatístico para comprovar afirmações referentes a problemas da língua portuguesa; uma permanente preocupação de não sobrecarregar a nomenclatura com denominações novas e desnecessárias, e de evitar "a terminologia abstrusa e inútil" (v. "Prólogo" da *Gramática Secundária*).

Como especialista em Lingüística Portuguesa, revelam as suas obras uma leitura meditada e atenta de muitos dos grandes autores portugueses, da época medieval ao século XIX, cujos exemplos tinha o costume de fichar e classificar, para mais facilmente organizar a matéria dos artigos e livros que publicou. Said Ali tinha noção exata do papel que cabe aos escritores de registrar os neologismos e as novas formas de expressão já consagradas pelo falar comum (v. o "Prólogo" da *Lexeologia*, 1921). Quanto ao fato de ter citado tão pouco os autores brasileiros em suas obras,

esclarece ele próprio, em carta a propósito da publicação das *Lições de Português* de seu discípulo Sousa da Silveira, em 1923: "Aplaudo e muito, o citar trechos de autores brasileiros, autores a que os gramáticos da antiga escola negavam o direito de votar. Eu pessoalmente não há dúvida que pouco os tenho citado em meus trabalhos; mas é claro que estudando, como estudo, os fatos historicamente, se não tratei desenvolvidamente do falar brasileiro, é que ainda não cheguei a esta fase mais moderna da linguagem" (v. obra citada, 8ª edição, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1972, p. 311). É pena, todavia, que, sendo preponderantemente de base filológica as investigações lingüísticas de Said Ali, e tendo ele noção da necessidade das edições críticas e empenho de identificar as fontes de que se servia, se verifiquem com freqüência as seguintes falhas nas suas citações: indicações incompletas, ou às vezes demasiadamente abreviadas, limitando-se até, como por exemplo na *Gramática Secundária*, aos nomes dos autores alegados; utilização de fontes não fidedignas (como a edição de 1852 das *Obras* de Gil Vicente, mesmo depois de em 1928 ter sido publicado o fac-símile da edição príncipe de 1562 pela Biblioteca Nacional de Lisboa). A esse propósito, leiam-se a "Advertência aos leitores da sexta edição" das *Dificuldades da Língua Portuguesa* e a "Apresentação" da 3ª edição da *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* – reedições póstumas das duas obras, sob os cuidados de Maximiano de Carvalho e Silva. Também é lamentável o fato de ter Said Ali associado o seu nome ao das edições Laemmert das poesias de Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias e Castro Alves, atrás citadas, cujos textos não merecem confiança: à falta de indicações relativas à preparação desses textos, ficaram como da responsabilidade do mestre, autor dos prefácios, as falhas graves de um trabalho em que não tomou parte – o do estabelecimento do texto de cada edição.

No campo da Lingüística Diacrônica Portuguesa, como viu muito bem Capistrano de Abreu, em cuja *Correspondência* (Volume I: pp. 253, 314, 325; Volume II: pp. 85, 121-122, 131, 153, 159, 160, 172, 177, 189, 193, 196, 198, 207, 211, 212, 245, 284, 334) se tem notícia do andamento dos estudos históricos e das publicações respectivas, bem como dos processos de investigação de Said Ali, a atenção maior do linguista se voltou para a língua já formada – o que o levou a não aprofundar o estudo dos antecedentes, do latim ao português. Por isso, deu com razão às obras fundamentais de 1921 e 1923 os títulos de *Lexeologia do Português Histórico* e de *Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*. Ao se reunirem estes livros para compor a *Gramática Histórica*, Said Ali transpôs para o início do volume os apêndices do segundo: "História Resumida da Língua Portuguesa" (6 páginas) e "Alterações Fonéticas do Latim Vulgar" (13 páginas); continuava a ser a obra acima de tudo uma revisão do português histórico. No "Prólogo" da *Lexeologia*, tratando dos períodos que distingue no português histórico, reconhece logo a impossibilidade de traçar com rigor limites entre as fases da evolução da língua: opunha-se assim às classificações rígidas que na época muitos estudiosos propunham, resolvendo com simplismo o complexo problema. Comparando os estudos de Said Ali com os de Epifânio Dias – na *Sintaxe Histórica Portuguesa* (obra póstuma, Lisboa, 1918) – e os de José Joaquim Nunes no *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)* (1ª edição: Lisboa, 1919), autores a que Said Ali se refere com o merecido respeito, vê-se perfeitamente que aí se

realizaram trabalhos de orientação ou de métodos diferentes: Nunes dá grande desenvolvimento à "Fonética ou Estudo dos Sons", o que não acontece com Said Ali; por outro lado, além das demais diferenças, há no estudo dos vocábulos e da formação de palavras de Said Ali uma preocupação de documentar através dos textos a ocorrência dos fatos que analisa, não observada em Nunes (na segunda parte de sua obra – "Morfologia ou Estudo das Formas"). Quanto à Sintaxe – ponto alto da contribuição de Said Ali – lembre-se que dela não se ocupou o autor do *Compêndio*, embora tivesse intenção de fazê-lo, como declara no prefácio da 2ª edição, de 1930. No que diz respeito à *Sintaxe Histórica Portuguesa*, de Epifânio Dias – obra a que o autor não pôde dar "a última demão", e cuja publicação procurou apressar, com a idéia fixa da morte próxima, como de fato ocorreu – a comparação não deixa dúvida de que Said Ali teve oportunidade de aprofundar muito mais as suas investigações e de dar-lhes o caráter interpretativo que, no entender do lingüista português Manuel de Paiva Boléo, permitem que ele seja considerado "o maior sintaxista da língua portuguesa" (v. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 1º Volume, Lisboa, 1963, col. 1248, artigo "ALI, Manuel Said"). O próprio método de pesquisas etimológicas de que se valeu Said Ali também trazia uma nova marca: a do "método de investigação inaugurado por R. Meringer e conhecido por *Wörter und Sachen* (Vocábulos e Coisas)" – o que significa que o mestre não dissociava "da preocupação etimológica a história mesma do vocábulo" (v. Evanildo Bechara, op. cit., pp. 62-63).

Com a formação lingüística que teve, e a visão da evolução da língua, pôde Said Ali resolver, ou abrir caminhos para a solução de questões que eram o prato preferido nas intermináveis polêmicas dos gramáticos desorientados. No campo da Lingüística Sincrônica, se por um lado pouco expressivo é o que dedicou à Fonologia, no entanto forçoso é reconhecer o seu interesse pela língua falada, do que é exemplo o estudo pioneiro sobre fenômenos de entoação, cuja primeira versão data de 1895. Foram esses estudos e outras especulações fonológicas que o levaram à compreensão de que a colocação habitual das palavras na frase "não se explica satisfatoriamente pela seqüência lógica das idéias", mas está fundada "na intonação oracional própria de uma língua ou de um grupo de línguas" (v. *Gramática Secundária*, 4ª edição, p. 270). No caso específico da colocação dos pronomes pessoais átonos – matéria de dois capítulos de *Dificuldades da Língua Portuguesa*, deslocando-se do plano sintático para o fonológico e vendo "condições de pronúncia" que não são as mesmas em Portugal e no Brasil, concluiu ele, com a lucidez de sempre: "a liberdade de colocação é correta no Brasil, conforme já está sancionada na linguagem literária pelos escritores brasileiros. Ocioso seria um povo querer imitar o outro, e tanto custa ao brasileiro imitar o português, quanto é difícil a este o acompanhar-nos a nós. O que num país parece brotar espontâneo ao ar livre, noutro só se conseguiria a poder de cultura em atmosfera artificial" (v. edição de 1908 da obra citada, p. 59). Muitos outros aspectos da contribuição de Said Ali ainda poderiam ser postos em evidência, mas já foram devidamente focalizados pelos autores que se têm ocupado da análise da sua obra – que, como já se disse, o coloca entre os grandes pioneiros da renovação dos estudos de Lingüística Portuguesa.

6 – OBRAS PRINCIPAIS

Nos domínios da Lingüística, da Estilística e da Versificação Portuguesa, publicou Said Ali as seguintes obras:

- Dificuldades da Língua Portuguesa – Estudos e Observações*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1908 [2ª edição, aumentada e melhorada: 1919; 3ª edição, com pequenos retoques de redação e doutrina: 1930 (texto definitivo); 4ª edição, acrescida de notas adicionais e índice alfabético e remissivo, preparada por Evanildo Bechara: 1950; 5ª edição, póstuma, com prefácio de Serafim da Silva Neto, e estabelecimento do texto, revisão, notas e índices por Maximiano de Carvalho e Silva: 1957; 6ª edição, com base na anterior. 1966].
- Gramática Elementar da Língua Portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1923 [8ª edição, atualizada por Adriano da Gama Kury: 1965].
- Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1923 [nova edição, revista e comentada por Evanildo Bechara: 1964].
- Meios de Expressão e Alterações Semânticas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1930 [2ª edição, anotada: 1951].
- Lexeologia do Português Histórico*. São Paulo, Melhoramentos, 1921.
- Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*. São Paulo, Melhoramentos, 1923.
- Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo, Melhoramentos, 1931 [obra que reúne a *Lexeologia do Português Histórico* e a *Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*; reedição, com estabelecimento do texto, notas e índices por Maximiano de Carvalho e Silva: 1964].
- Versificação Portuguesa*, prefácio de Manuel Bandeira. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.
- Acentuação e Versificação Latinas (Observações e Estudos)*. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1956.

Os mais importantes estudos dispersos de Said Ali foram reunidos, com um estudo prévio, por Evanildo Bechara no livro *Investigações Filológicas* (Rio de Janeiro, Grifo/MEC, 1975; 2ª edição: 1976).

7 – ESTUDOS BIOBIBLIOGRÁFICOS SOBRE SAID ALI

- BANDEIRA, Manuel. "Prefácio". In M. Said Ali, *Versificação Portuguesa*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948, p.IX-XII.
- BECHARA, Evanildo. *Primeiros Ensaios Sobre a Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 1954, p. 165-175.
- IDEM. "Manuel Said Ali Ida". In *Letras*, revista dos Cursos de Letras, Curitiba, Universidade do Paraná, n. 5-6, dez. 1956, p. 167-182.
- IDEM. *M. Said Ali e Sua Contribuição Para a Filologia Portuguesa* [tese de concurso, policopiada]. Rio de Janeiro, 1962.
- IDEM. "Prefácio"/"A Contribuição de M. Said Ali à Lingüística Portuguesa". In M. Said Ali, *Investigações Filológicas*, Rio de Janeiro, Grifo/MEC, 1975, p. 9-28.

- IDEM, *A Contribuição de M. Said Ali à Lingüística Portuguesa*. Porto Alegre, Instituto Cultural Brasileiro-Árabe, 1970.
- BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. 6º volume. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, p. 193-194.
- BOLÉO, Manuel de Paiva. "Ali (Manuel Said)". In *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, volume 1º, Lisboa, 1963, coluna 1248.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso. "Said Ali e a Língua Portuguesa". In *Vozes*, Petrópolis, ano 55, junho de 1961, p. 415-419.
- COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J. Galante de. "Ali, M. Said". In *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, volume I, Rio de Janeiro, Ministério da Educação/FAE, 1990, p. 179.
- DIMITRIU, I. G. In *Orbis*, tomo VIII, nº 2, 1959, p. 578-582.
- ELIA, Sílvio. *Ensaio de Filologia e Lingüística*, 2ª edição refundida e aumentada, Rio de Janeiro, Grifo/MEC, 1975, p. 129-133.
- ESCOREL, Sílvia & HOUAISS, Antônio. "Said Ali". In *Enciclopédia Mirador Internacional*, volume 18, p. 10148, Rio de Janeiro – São Paulo, Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1975.
- FIGUEIREDO, Antônio Joaquim de. *Resenha Breve das Idéias Gramaticais dos Gregos aos Nossos Dias e Outros Ensaio*, Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1957, p. 104-107.
- HAMPEJS, Zdenek. "M. Said Ali". In *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, nº de 8 de abril de 1961.
- IDEM. "Centenário de Said Ali". In *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, Figueira da Foz (Portugal), Edição do Doutor Manuel Montezuma de Carvalho, 1962, p. 867-872.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*, 6ª edição, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1981, p. 31-32.
- MENESES, Raimundo. "Said Ali (Manuel...Ida)". In *Dicionário Literário Brasileiro*, 2ª edição, Livros Técnicos e Científicos, 1978, p. 602-603.
- NASCENTES, Antenor. *Estudos Filológicos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939, p. 38-45.
- RODRIGUES, José Honório [organizador]. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, 3 volumes, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-1956.
- SILVA, Maximiano de Carvalho e. "Advertência aos Leitores da Sexta Edição". In *Said Ali, Dificuldades da Língua Portuguesa*, 6ª edição, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1966, p. 9-11.
- IDEM. "Apresentação" / "Nota". In *Said Ali, Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Melhoramentos, 1964, p. 5-6 e 364.
- IDEM. "Influência de Silva Ramos e Said Ali". In *Sousa da Silveira / O Homem e a Obra / Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil*, Rio de Janeiro, Presença, 1984, p. 11-14.
- SILVA NETO, Serafim da. "In Memoriam – Manuel Said Ali". In *Revista Brasileira de Filologia*, volume I – tomo I, junho – 1955, Rio de Janeiro, Acadêmica, p. 109-112.
- IDEM. "Prefácio". In *M. Said Ali, Dificuldades da Língua Portuguesa*, 6ª edição, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1966, p. 6-7.

COMPLEMENTO NOMINAL: PROBLEMAS DE CARACTERIZAÇÃO

Valter Kehdi
USP

O Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira procurou caracterizar o complemento nominal com base em critérios formais explícitos: termo integrante da oração, antecedido de preposição, completa o sentido de substantivos, adjetivos e advérbios relacionados a verbos. A especificação de que esse complemento integra a significação de palavras relacionadas a verbos remete, automaticamente, aos processos de nominalização e, portanto, ao relacionamento entre frases, o que torna muito limitada uma análise exclusivamente sintagmática desse termo oracional; acrescente-se que os vínculos existentes entre adjetivos e verbos e a heterogeneidade da classe dos advérbios constituem fatores que dificultam a caracterização do termo em questão. Nas considerações que tecemos a seguir, tentaremos levantar alguns véus do problema, que, na realidade, é bastante complexo.

Examinemos, inicialmente, o complemento nominal de substantivos. Partiremos da proposta apresentada por Rocha Lima na 16ª edição de sua *Gramática normativa da língua portuguesa*. Segundo o autor, em uma construção como "a invenção **de palavras**", por seu valor de objeto **de palavras** é complemento nominal; já em "a invenção **de Santos Dumont**", considerando-se que **Santos Dumont** não é o objeto, e sim o agente, trata-se de adjunto adnominal¹. Traduzindo essa observação em termos sintáticos, teríamos que, quando na frase verbal correspondente o termo é objeto ("alguém inventa **palavras**"), devemos classificá-lo como complemento nominal; se, na frase verbal correspondente, o termo é sujeito ("**Santos Dumont** inventou algo"), estamos diante de um adjunto adnominal. Em outras palavras, o sujeito teria um estatuto especial que o distinguiria dos complementos.

Ora, se reconhecermos no sujeito um termo sintático subordinado ao verbo como os demais complementos, o argumento que alicerça a diferenciação estabelecida por Rocha Lima cai por terra, apesar de seu caráter operatório e prático. Com efeito, já a sintaxe estrutural de L. Tesnière procura caracterizar o sujeito de um ponto de vista sintático (e não lógico-aristotélico), vendo nele um subordinado ao verbo, como os demais complementos². Esse traço de subordinação é perceptível quando o sujeito é oracional; em uma frase como "É necessário **que chova**", a oração em destaque é **subordinada** substantiva subjetiva³. Em algumas estruturas nominalizadas, o sujeito sempre aparece antecedido de preposição, portanto subordinado ao antecedente; comparem-se: "**o navio** chegou" / "a chegada **do navio**"⁴. Podemos

afirmar, por conseguinte, que em "a invenção **de palavras**" e "a invenção **de Santos Dumont**", os sintagmas preposicionados (SP) são complementos nominais. De fato, uma frase como "Admiro a **invenção**" contém um substantivo de sentido incompleto, que exige um termo antecedido de preposição; esse complemento é integrante nos dois exemplos acima. Acrescente-se que essa análise, além de mais coerente, é mais simples, pois não estabelece distinções sutis.

Cumpre, todavia, observar que os processos de nominalização desses dois exemplos são diferentes. Com relação a "a invenção **de Santos Dumont**", a frase verbal correspondente é "Santos Dumont inventou algo"; a frase verbal que corresponde a "a invenção **de palavras**" não é "alguém inventa **palavras**", e sim "**palavras** são inventadas" (construção passiva). É preciso salientar que, aqui, a frase verbal deve estar na voz passiva, para podermos explicar a possibilidade de acrescentar um complemento agente, como em: "a invenção **de palavras pelos poetas**". Note-se, porém, que a diferença entre as construções subjacentes à nominalização não impede que as estruturas superficiais obtidas sejam iguais; como a designação de "complemento nominal" se aplica à construção nominalizada resultante – e, nos exemplos em questão, não há distinção entre elas –, não se justifica a insistência em rotulações diferentes.

Retomando a expressão "a invenção **de palavras pelos poetas**", observa-se, ainda, que um substantivo deverbal pode vir seguido de dois ou mais SP. Cabe esclarecer se esses complementos desempenham ou não as mesmas funções, problema que está estreitamente relacionado com as construções verbais correspondentes. Em nossa tradição gramatical, esse fato não passou totalmente despercebido; assim, em seu *Manual de Análise*, José Oiticica arrola dez tipos de complementos de substantivos, dos quais citamos alguns: complemento subjetivo, complemento subjetivo passivo, complemento objetivo, complemento terminativo, etc.⁵. Embora não aprofunde o estudo da relação entre eles e os complementos verbais a que correspondem, J. Oiticica é, pelo que sabemos, o primeiro a dar-se conta do fato sintático que aqui examinamos. Merece comentário um dos exemplos propostos pelo autor: "Nossa ida **amanhã, a Petrópolis, de ônibus**, vai ser encantadora" (p. 225, §6). Considera Oiticica que os termos sublinhados correspondem a adjuntos adverbiais e denomina-os "complementos circunstanciais" do substantivo **ida**; convém, entretanto, assinalar que **amanhã** e **de ônibus** são elementos facultativos, enquanto **a Petrópolis** é obrigatório. Na realidade, **a Petrópolis** é o verdadeiro complemento nominal, ao passo que **amanhã** e **de ônibus** são adjuntos adverbiais presos ao deverbal **ida**, que tem em seus traços sintáticos os do verbo correspondente⁶. (Recoloca-se, aqui, a necessidade de distinguir entre adjunto adverbial (facultativo) e complemento circunstancial (obrigatório), para o que remetemos à *Gramática Normativa* de Rocha Lima (p. 222-3)).

Não menos problemático é o complemento nominal de adjetivos, devido, em parte, à existência de relações entre adjetivos e verbos, como apontamos acima. Com efeito, ambos têm em comum a função de predicado, característica já reconhecida por Platão e Aristóteles, que consideraram o adjetivo como uma subclasse dos verbos.

Observem-se, ainda, as correspondências **desejar / estar desejoso – hesitar / estar hesitante**, praticamente com as mesmas construções sintáticas: "Ele **deseja** sair / Ele está **desejoso** de sair". Como conseqüência direta dessas observações, somos obrigados a reconhecer que as fronteiras entre complemento nominal, adjunto adverbial e objeto indireto não são tão nítidas quanto poderíamos pensar. É inegável que, em "orgulhoso **de seus resultados**", a expressão sublinhada tem forte valor causal.

Acrescente-se, também, que muitos adjetivos, empregados em sentido genérico, não pedem complemento, o que não ocorre quando o sentido é particular ou figurado. Comparem-se: "homem **rico** / homem **rico em virtudes**". Os vínculos entre sintaxe e semântica, já valorizados por L. Tesnière (*op. cit.*, p. 19-20) e, posteriormente, explorados pela gramática gerativa, passam a ter, aqui, uma importância especial.

Examinemos, agora, a construção com adjetivos deslocados, que passam a pedir complemento, o que não se verifica na estrutura básica, subjacente. A gramática gerativa, no modelo padrão, deu particular atenção às transformações de alçamento, que implicavam a deslocamento de certos termos para níveis mais elevados da oração. Interessa-nos, no momento, o alçamento do objeto da subordinada substantiva, a partir de frases como: "Resolver **este problema** é difícil", que passa a "É difícil resolver **este problema**" e, finalmente, "**Este problema** é difícil **de resolver**" (onde o adjetivo predicativo rege o infinitivo da substantiva, cujo objeto se alçou a sujeito da principal). Como, na teoria padrão, as funções gramaticais são determinadas em nível de estrutura profunda, só podemos identificar um complemento nominal (**de resolver**) na frase acima, se nos ativermos à construção resultante (ou seja, mais uma vez verificamos que o complemento nominal é termo oracional da estrutura de superfície, o que não exclui a necessidade de estabelecer e explicitar relações entre os níveis subjacente e superficial).

Outro fato, digno de nota, são os casos de adjetivos seguidos de dois SP. A título de ilustração, tomemos um exemplo como "Este livro é útil **ao aluno para suas pesquisas**". Aparentemente, teríamos, aqui, dois complementos nominais do adjetivo **útil**. No entanto, é preciso assinalar que há diferenças entre eles. O segundo complemento é permutável, o que não ocorre com o primeiro: "**Para suas pesquisas**, este livro é útil ao aluno". Outro aspecto – ainda mais importante – a observar é que os dois complementos não podem estar coordenados, o que mostra que sua função não é a mesma: * "Este livro é útil **ao aluno e para suas pesquisas**".

Esses traços revelam que **ao aluno** é complemento nominal, ao passo que **para suas pesquisas** é, na verdade, um complemento de frase⁷.

Cabe destacar, aqui, o paralelismo que se estabelece com certos complementos verbais integrados ao sintagma verbal (SV) e outros integrados à frase; comparem-se: "Ele **ralha com a mulher**" (SP de SV, complemento verbal) e "As crianças são mais livres **no campo**" (SP de frase, complemento de frase, considerando-se as possibilidades: "**No campo**, as crianças são mais livres" e "As crianças são mais

livres (no campo)". Ressalte-se, mais uma vez, pelos exemplos apresentados, as semelhanças entre o comportamento sintático de verbos e adjetivos.

Acrescente-se que os complementos de frase (designação inexistente na NGB) nos permitem destacar dois fatos de capital importância em sintaxe: a existência, na frase, de um núcleo coeso, ao qual se anexam elementos periféricos (o que explicaria a mobilidade e a possibilidade de exclusão de determinados termos oracionais), e o papel da coesão como critério caracterizador de certos complementos ⁸.

Os participios passados, por sua característica verbal e adjetival, não devem ser arrolados, em bloco, entre os adjetivos que pedem complemento nominal, salvo nos casos em que o caráter adjetival é evidente. Nossa tradição gramatical já discutiu esse problema, em função de outra preocupação: a de determinar os casos em que o participio constitui ou não oração reduzida.

Embora as considerações sobre esse assunto sejam lacunosas e nem sempre convincentes, parece-nos que o estabelecimento de critérios sintáticos representa um ponto de apoio mais confiável. Em seus esquemas de decomposição e recomposição de textos (com vistas à gramática textual, e, infelizmente, não publicados), o professor Dr. Isaac N. Salum (ex-titular de Filologia Românica na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) considera que o participio passado é forma verbal sempre que vier seguido de complemento, visto que, normalmente, esse complemento é circunstancial, agente da passiva, etc., e deve, portanto, prender-se a uma forma verbal. Nos casos em que o participio figura desacompanhado de expansões, seu valor, verbal ou não, depende do sentido em que é utilizado; como o critério sintático não é invocado por exclusividade, recaímos, novamente, no problema da distinção entre os dois traços (verbal e nominal) das formas verbo-nominais ⁹.

Resta examinar os advérbios que regem complemento preposicionado. Um ponto de partida indispensável são as reflexões que J. Mattoso Câmara Jr. tece sobre os advérbios, na *História e estrutura da língua portuguesa* (cf. p. 117-25), agrupando-os em dois blocos: os de natureza nominal e os de natureza pronominal. Embora o autor não aborde o tema que nos ocupa, cumpre esclarecer que apenas os de base nominal podem pedir complemento nominal (o que, aliás, é sugerido pela designação desse termo sintático). E, ainda aqui, seria necessário selecionar os advérbios modais formados com o sufixo **-mente**, por serem mais estáveis que os demais, dos pontos de vista sintático e semântico; sua base adjetiva associa-se naturalmente ao adjetivo isolado correspondente: "**referentemente a / referente a**" (lembre-se, também, "**referência a**").

Não nos parece possível aceitar, para advérbios como **longe** e **perto**, complementos nominais introduzidos por **de**. Em construções como **longe de** e **perto de**, temos, na verdade, locuções prepositivas. Se invocarmos a explicação diacrônica da formação dessas locuções, que surgiram do acréscimo de uma preposição (geralmente **de**, mais raramente **a**) a um advérbio, seremos obrigados a reconhecer, por uma questão de coerência, que muitos complementos nominais de adjetivos são, a

rigor, adjuntos/complementos adverbiais, porque correspondem a ablativos latinos, regidos ou não de preposição. Ressalte-se, ainda, que advérbios como **longe e perto**, entre outros, têm base nominal muito menos perceptível que a dos advérbios em **-mente**. Seríamos, também, levados a decompor outras locuções prepositivas, como **em consequência de, por causa de**, visto que, aí, o elemento nuclear é um substantivo de sentido incompleto (e, no entanto, trata-se de lexias já petrificadas).

Procuramos destacar, ao longo deste ensaio, alguns aspectos fundamentais relacionados à caracterização do complemento nominal, tais como o estabelecimento de estruturas subjacentes (indispensáveis para a compreensão dos processos de nominalização) e o paralelismo de construções (comparem-se, p. ex.: "referência **a** / referente **a** / referentemente **a**"). Relativamente aos nomes acompanhados de dois ou mais SP, tivemos ocasião de salientar a importância dos graus de coesão, traço ainda não suficientemente explorado nos estudos sintáticos. Não deixamos, contudo, de apontar problemas para os quais não vemos, ainda, soluções claras (lembre-se a necessidade de distinguir, com rigor, no particípio passado, as funções verbal e adjetival). A elucidação de casos complexos de regência nominal pressupõe, necessariamente, uma (re)conceituação do complemento nominal, a partir dos problemas aqui discutidos e, provavelmente, de outros elementos que nos tenham passado despercebidos.

NOTAS

1. Cf. **op. cit.**, p. 211-2. O mesmo ponto de vista é mantido pelo autor na 31ª edição de sua *Gramática* (cf. p. 241-2). Citamo-lo por ter sido membro da comissão encarregada da elaboração do Anteprojeto, embora este apresente outra posição relativamente ao assunto (cf. *Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração* (org. por A.J. Chediak), p. 34).
2. Cf. *Éléments de syntaxe structurale*, p. 103-5.
3. Lembre-se que as subordinadas substantivas eram designadas como **completivas** (terminologia que ainda se mantém na gramática francesa).
4. Ressalte-se que a interpretação do sujeito como elemento subordinado também é aceita por A. Martinet (em sua *sintaxe funcional*), entre outros. A questão é, contudo, polêmica. Apoiamo-nos na *sintaxe estrutural* de L. Tesnière, que privilegia o verbo no estudo da frase, levando em conta que, no exame da regência, o verbo é sempre o elemento central.
5. Cf. **op. cit.**, p. 223-7.
6. Em seu recente *Dicionário prático de regência nominal*, Celso P. Luft discute a questão da combinatória e da ordem dos complementos nominais ligados a um mesmo núcleo (cf. "Introdução", p. 13-4).

7. Designação proposta por J.M. Casteleiro, na *Sintaxe transformacional do adjetivo*, onde são apresentadas várias técnicas para a distinção entre os complementos de adjetivo e os complementos de frase (cf. p. 220-33).
8. Note-se, contudo, que há graus de coesão, ainda não suficientemente explorados nas pesquisas em sintaxe. Os sintagmas intervirgulados, p. ex., são elementos mais desligados do núcleo e, por isso mesmo, apresentam maior mobilidade.
9. Encontram-se algumas sugestões interessantes em M. Riegel – *L'adjectif attribut* (cf. p. 183-91).

BIBLIOGRAFIA

- CÂMARA Jr., J. Mattoso – *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão, 1975.
- CASTELEIRO, J. Malaca – *Sintaxe transformacional do adjetivo*. Lisboa, INIC, 1981.
- CHEDIAK, Antônio J. (Org.) – *Nomenclatura Gramatical Brasileira e sua elaboração*. Rio de Janeiro, MEC-DES, 1960.
- LUFT, Celso P. – *Dicionário prático de regência nominal*. São Paulo, Ática, 1992.
- OITICICA, José – *Manual de análise*. 9ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1950.
- RIEGEL, Martin – *L'adjectif attribut*. Paris, P.U.F., 1985.
- ROCHA LIMA, Carlos H. da – *Gramática normativa da língua portuguesa*. 16ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- TESNIÈRE, Lucien – *Éléments de syntaxe structurale*. 2ª éd. Paris, Klincksieck, 1969.

UMA INTERJEIÇÃO SINGULAR

Vittorio Bergo
Colégio Pedro II

Entre as interjeições que em português contribuem para maior realce da linguagem afetiva há de ser considerada a dissílaba **uai!**, cuja origem não foi ainda bem definida.

Registrada se acha ela em dicionários como o de Cândido de Figueiredo, que a tem por termo da ilha das Flores, "equivalente de **ah!** ou **oh!**". O *Novo Dicionário Aurélio* consigna-a como denotativa de surpresa e espanto. Outros apenas a inscrevem e definem. O *Meu Dicionário de Cousas da Amazônia*, de Raimundo Moraes, averba-o com dois exemplos. O *Vocabulário Sul-Riograndense*, em que se fundiram obras de quatro autores, consigna-a como "onomatopéia designativa da voz do guaxaim". Vocabulários da Academia Brasileira de Letras limitam-se a ortografá-la.

Que nos conste, de gramáticos apenas Celso Cunha teve o cuidado de arrolá-la, declarando todavia não incluir a interjeição (em geral) entre as classes de palavras por entender que gritos instintivos equivalem a frases emocionais. (Pág. 547 da *Gramática da Língua Portuguesa*.)

Certo é que não se definiu ainda a origem de **uai**, que se contém por inteiro na forma **guai**. E segundo João Ribeiro, "sob o ponto de vista da etimologia latina **guai** tem sido derivado de **vai**, **vae**". (*Estudos Filológicos*, p. 176.)

Lembre-se, porém, que em latim a forma **uae** precedeu **vae**, e não é nem mais nem menos que reprodução do grego **ouai**. (Quicherat, *Dictionnaire-Latin-Français*, s. v.)

Seria dispensável ir mais longe para certificar-nos de que **uai** tem sua origem remota na língua grega, cujos gramáticos, ciosos da linguagem racional, se desinteressaram de classificar expressões de sentimento.

Registrando **ouai** no seu *Dictionnaire Grec-Français*, indica Bailly diversas obras cujos autores se serviram desta interjeição, entre elas a *Septuaginta* e livros do *Novo Testamento Grego*. Identificamos as passagens por ele apontadas e desvendamos outras tantas. Só no capítulo 23 de *Kata Maththaion* ela figura oito vezes. Em sete passagens se lamenta a insinceridade dos escribas e fariseus, que impedem aos homens a entrada nos Céus, e uma vez alude a eles como a guias de cegos.

São Jerônimo passou para o latim **uae** o grego **ouai**. (*Jesu Christi Evangelium Secundum Mathaeum*, XXIII, 13, 14, 15, 23, 25, 27, 29.)

Do grego se transpôs a interjeição ao francês com a forma **ouais** e pronúncia naturalmente alterada, além de sentido um tanto agravado. A ela se refere Dauzat:

"**Ouais**, qui a vieilli (pron. wè), exprime l'incrédulité, le doute. Remplacé généralement par **ouiche!** (familier)."
(*Grammaire Raisonnée de la Langue Française*, p. 406.)

Por outra obra de Dauzat vemos que **ouai** (**ouais**) se introduziu também no inglês, aqui com a forma **houai**, que Cotgrave teve por onomatopéia sem explicar de quê. (*Dictionnaire Etymologique*, s. v.)

Com denotação mais atual registra a forma francesa a *Grammaire Larousse du XX^e Siècle*: "**Ouais** marque la surprise." (P. 402)

João Ribeiro salta de uma dúvida a uma probabilidade quando diz em seus *Estudos Filológicos*, p. 176:

"A interj. **uê!** parece ser um brasileirismo e dizem ser própria das línguas africanas. O certo é que existe em francês sob a forma **ouais!** um designativo de surpresa ou admiração."
(Stappers, *Dict. Etymolog.*, 513).

Parece irrecusável ser a forma francesa a fonte de **uê** ou **ué**, geralmente utilizada em vez de **uai**.

A singularidade de **uai!**, mais freqüente em diálogos, está em que suplanta qualquer outra congênera na extensão da gama expressiva, pois acrescenta à significação fundamental de surpresa variadas inflexões afetivas. Vejamo-lo através de lanços coligidos:

Adoção: "– **Uai!** gente, olha a idéia." (Pedro Nava, *Beira-Mar*, p. 20);

Afirmação: "– Isto é assunto da tua Secretaria, homem! **Uai!**..." (Idem, *Galo das Trevas*, p. 430);

Aprensão: "Olhei a frente da casa, pus a mira no alpendre e não vi ninguém.

– **Uai**, Joaquim, aí tem coisa!

Entre bem sutil, reparando numa banda e outra." (Afonso Arinos, *Pelo Sertão*, 33, MG)

Assentimento: "– **Uai**, dona! Que é que vancê me dá se eu apartar os bezerros?" (Veiga Miranda, *Pássaros que fogem*, 80 – MG.)

Censura: "– Segur' essa vela direito, **uai!** pra num derramá esse despropósito de cera pra todo lado." (Pedro Nava, *Galo das Trevas*, 430.)

Certificação: "– 'Vivo em ti minha tímida ternura' – citou Hugo. – De quem é esse verso? – Meu, **uai.**" (Fernando Sabino, *O Encontro Marcado*, p. 20.)

Conclusão: "De repente, peguei a ouvir galo cantar. **Uai!** era bem o canto do galo." (Afonso Arinos, *Histórias e Paisagens*, p. 19.)

Confirmação: "– Você tem pai? – Tenho, **uai!** Tenho até muitos..." (Aníbal Machado, Tati a Garota, *Vida Feliz*, 116 – MG.)

Convicção: "– Você tem boca de luar, disse o rapaz para a namorada. // Ela não entendeu bem e tornou a perguntar, desta vez que lua correspondia à sua boca, se era crescente, minguante, cheia ou nova. Ao que o rapaz disse que minguante não podia ser, nem crescente, nem nova, só podia ser lua cheia, **uai!**" (C. Drummond, *Boca de Luar*, p. 53.)

Desagrado: "– **Uai!** Não é que me esqueci! murmurou ele." (Godofredo Rangel, O Legado, *Os Humildes*, p. 93 – MG.)

Espanto – Atendendo ao telefone: "– Olá, Marieta! Como vai? O Andrônico está bem. Não li ainda não!... **Uai!**... Não sei disso! Ele não me disse nada... Vou ver o jornal... Adeus!" (Moacir Andrade, O Senhor Secretário, *Hora para o Sono*, p. 155 – MG.)

Incerteza: "**Uai!** por onde você entrou, será? **Uai!** não é que tem cobra aqui dentro; senti uma cousa mole passar no meu pé." (Raimundo Morais, *O Meu Dicionário de Cousas da Amazônia*, II, 157)

Estranheza: "– Vai chamar mamãe, disse-lhe uma freguesa ao chegar à porta. – Não posso. – **Uai!** Você é tão boazinha! Vai." (Aníbal Machado, obra citada, 118.)

Pasmo: "– Mas que foi, que foi que aconteceu? Ele caiu do cavalo? – **Uai!**... Pois vancê não sabia? Nós nem chegamos a dançar." (Veiga Miranda, Romão da Januária, *Pássaros que fogem*, p. 80 – MG.)

Permissão: "– Seu Nonda, eu desejo um particular com o senhor. – **Uai**, pois não; pode saltar o balcão e me esperar no reservado." (Antônio Versiani, *Viola de Queluz*, p. 104 – MG.)

Transigência: "– E o mundo mesmo, onde é que fica? – **Uai**, bobinha, o mundo é isto tudo?..." (Aníbal Machado, obra citada, 121.)

Réplica: "– Vamos matar o bicho, conhecido?! – Não, senhor, eu não tenho costume, respondeu o outro. – Uai! Costume a gente pega." (Amadeu de Queirós, *Os Casos do Carimbamba*, p. 119.)

Contestação: "– Que é que você vai fazer? – Uai! Que é que vou fazer? // Vou dormir, pois então?" (Coelho Neto, *Sertão*, p. 34.)

Desculpa: "– Querias encontrar-me ainda de vestido curto, brincando com bonecas? – Uai, Nhazinha, a gente fica com as pessoas no coração. Eu, quando falava em vosmecê, só via a menina que conheci no tempo do velho." (Idem, *ibidem*, 347)

Reivindicação: "– Olha o vovô pensando que isso aqui é recepção na Corte da Inglaterra. – Ele está com a razão. Menos carimbo e mais carinho para quem pagou, **uai!**" (Carlos Drummond, *O Poder Jovem*, p. 42.)

Anuência: "– Você quer peru, Joãozinho? – Quero, **uai!**" (Aníbal Machado, *João Ternura*, p. 23.)

Restrição: "– Mauro, nós somos sábios pra burro. Se Platão ressuscitasse, sabia muito menos coisas que a gente, havia de ficar besta. – Ele não sabia que a terra é redonda, **uai.**" (Fernando Sabino, *O Encontro Marcado*, p. 20).

Pelos exemplos aduzidos verifica-se que, proferida em cada caso com entonação especial, a interjeição **uai** se amolda de certa maneira ao motivo da surpresa expressa pela frase.

Acrescente-se, por fim, não restar dúvida de que seu berço é a lendária Grécia. E, quanto ao seu uso, embora historicamente restrito, é certo que se vai restabelecendo, e transindo do linguajar do povo para o domínio da literatura.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

ROCHA LIMA. *Dois momentos da poesia de Manuel Bandeira*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1992.

Esta elegante **plaquette**, de 64 págs., prefaciada por Antônio Houaiss, é dedicada à **sua** querida Maria de Lourdes, a Mariota do seu coração. Os "dois momentos" são: a) "Canção de muitas Marias"; b) "Os sapos" (uma interpretação). O prefácio de Antônio Houaiss tem o sugestivo título "Águas claras e cantantes". A ele se segue o "Pórtico", do próprio Prof. Rocha Lima, legado exemplar e comovente de toda uma vida dedicada ao magistério, ao magistério apaixonante da língua portuguesa.

"Canção de muitas Marias" é o título da poesia de Bandeira que Rocha Lima estuda no primeiro "momento". Surgiu da pungente saudade que lhe ficou de sua irmã "encantada", Maria Cândida. Em "Os sapos", outro poema do grande Bandeira, faz Rocha Lima uma (re) interpretação do que lhe pareceu o verdadeiro sentido dos seus versos. E, nessa reinterpretação, discorda frontalmente da convicção generalizada "de esta sátira representar simples crítica demolidora ao modelo bilauiano – repudiado como símbolo do passadismo", pois acredita encerrar ela "significação muito mais ampla e profunda" (p. 38). E essa significação iria deparar-se-nos na p. 51, quando Manuel Bandeira "retorna à autenticidade do seu lirismo inato, ao descrever, nas três estrofes finais, o agudo desalento do sapo-cururu, 'transido de frio', 'sem glória, sem fé', a soluçar solitário, à beira do rio: a imagem da alta e pura poesia". **E aí encontramos a verdade do poema**, conclui singelamente Rocha Lima.

Nesses dois estudos se revelam a competência e a sensibilidade de mestre Rocha Lima. Em "Canções", é o filólogo que se alteia à Estilística e à análise literária; em "Os sapos", o intérprete se envolve diretamente na magia estilístico-literária do poema.

Ao virarmos a última página da **plaquette**, o Pórtico não se fecha. A lição e o exemplo do Mestre continuam a ressoar na mensagem que o Tempo irá entregar às novas gerações. Disse-o muito bem Antônio Houaiss: "Carlos Henrique da Rocha Lima – por seu magistério, por suas aulas, por sua devoção à nossa língua (e o que ela encerra como elixir de nossa sobrevivência coletiva), pela legião de seus ex-alunos gratos, pelas obras que nos deu – é (e não precisará jamais morrer para sê-lo) alguém cuja vida é de si um documento, um monumento e um sacramento".

S. E.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de et alii. *O conto popular na Paraíba* (um estudo lingüístico-gramatical), João Pessoa, UFPb, 1992, 139 p.

As colaboradoras do presente estudo, a cuja frente se encontra a Prof. Adj. da Universidade Federal da Paraíba Maria do Socorro Silva de Aragão, são, em ordem alfabética: Cleusa Palmeira Bezerra de Menezes, Francisca Neuma Fachine Borges e Geralda Soares Lucena. A estrutura do trabalho é a seguinte: 1 – Apresentação; 2 – Introdução, subdividida em Considerações gerais sobre o conto popular, Objetivos, Metodologia; 3 – Elenco dos contos; 4 – Análise lingüístico-gramatical dos contos, subdividida em Comentários gerais e Comentários específicos; 5 – Glossário; 6 – Bibliografia. No final encontram-se os dados biográficos das quatro co-autoras.

O conto popular na Paraíba integra-se num projeto maior voltado para o estudo de "A cultura popular nas escolas rurais paraibanas". O objetivo principal desse Projeto "é a recolha, análise, reelaboração e aproveitamento das manifestações artístico-culturais usadas como formas de comunicação e expressão daquelas comunidades [rurais], tais como: contos populares, usos e costumes, crenças, lendas e mitos, música, danças, teatro, artesanato, cozinha, medicina e meteorologia popular" (p. 2). É de ressaltar o interesse que os estudos de cultura popular vêm despertando na Paraíba. Na "Apresentação", as autoras chegam a escrever: "a Paraíba converteu-se no mais importante centro de estudos da literatura popular no Brasil". Quanto, mais especificamente, ao aspecto da língua popular, de grande valia e interesse têm sido os trabalhos da Profª Drª Maria do Socorro Silva de Aragão.

Neste breve registro, limitamo-nos a sublinhar a excelente contribuição que, no estudo do conto paraibano, as ilustres mestras universitárias vieram trazer para o melhor conhecimento da fala popular brasileira. Contudo não podemos evitar a observação, que confirma o que venho dizendo a respeito, da unidade notável da língua portuguesa no Brasil, quer ao nível culto, quer ao popular. Alguns rápidos exemplos comprobatórios, colhidos exatamente nos "Comentários específicos": **ade pois** (a + depois), **adivinhano** (-ndo > -no), **agasaíá** (agasalhar; -lh- > -y-), **alpende** (alpendre; oclus. + r > oclus. + φ), **armoçá** (almoçar; l pós-vocálico + cons. > r), **comero** (comeram; ditongo nasal átono final passando a õ e depois a o, desnasalizando-se); **cumo** (= como) e várias outras formas bastante generalizadas e conhecidas da fala interiorana de nossa gente.

S.E.

MONTERO SANTALHA, José-Martinho. *A cantiga "Dissérom-m' hoj', ai amiga, que nom"*.

Trata-se de uma separata da revista *Agália*, nº 29, de 1992.

A cantiga em apreço pertence ao trovador Paai Gómez Charinho, assassinado a punhal em 1295. Após a edição crítica do texto da cantiga, cujas fontes manuscritas estão nos Cancioneiros da Biblioteca Nacional de Lisboa (antigo Colocci-Brancuti) e da Vaticana, segue-se um estudo sobre a expressão **jogar bem/mal (a alguém)**. O editor alinha também as edições precedentes e outras formas de reprodução da cantiga. Dentre as edições precedentes inclui a do nosso pranteado Celso Ferreira da Cunha, Rio de Janeiro, 1945. Contudo, a esse respeito, diz em nota:

A edição de Celso Cunha deve de ser exclusivamente escolar; o autor nom chegou, ao que parece, a prepará-la para publicação aberta. Tavani observa ao respeito que, de tal edição "non ho potuto prendere visione neppure rivolgendomi all' autore" (*Repertorio metrico*, [citado na nota 25], p. 474).

Na referida nota, observa ainda Tavani que se trata de edição poligrafada.

A edição do Prof. Montero Santalha é criteriosa e obedece aos rigores dos padrões ecdóticos. Na fixação do texto crítico, atendeu aos trabalhos anteriores de Teófilo Braga, Carolina Michaëlis e José Joaquim Nunes. A respeito da edição de T. Braga, faz o seguinte comentário:

A pesar de esta edição pertencer ao que podemos chamar "a etapa pré-científica" dos estudos sobre o nosso trovadorismo medieval, é grande o peso que, mais bem por inércia, segue a exercer nas edições mais recentes (mesmo de grandes filólogos como Carolina Michaëlis, Nunes ou Rodrigues Lapa), como teremos ocasiom de verificar na presente cantiga.

Quanto à expressão **jogar bem/mal (a alguém)**, só a primeira ocorre na cantiga estudada: "ca jogou / mui bem a mim". O A. não conseguiu documentar tal expressão em outro texto medieval, mas acredita na sua existência, porque: a) existia a expressão antitética **jogar mal / lai (a alguém)**; b) em espanhol medieval está documentada a expressão **jogar bien**. O sentido de **jogar mal** é o de "pregar uma peça de mau gosto, comportar-se mal, fazer maldade". A expressão tem origem provençal (cfr. **jogar lai**, provençalismo, como pensa Montero Santalha) e nos deve haver chegado através da Espanha; não esqueçamos que Charinho era galego.

Os manuscritos medievais, nascidos da pena de copistas tantas vezes desatentos, dá margem a reiteradas conjecturas. A esse propósito, transcreve M. Santalha uma

declaração de Rodrigues Lapa na 1ª ed. das suas *Cantigas d'escarnho e de mal dizer*, referente a seus recursos a "calafetações" (na 2ª ed. suprimiu-se o Prefácio):

Cada um faça o caso que quiser dessas interpolações, que valem como exercícios de intuição literária e estilística, acaso admissíveis, uma ou outra vez.

As páginas finais da *Separata* são ocupadas por longa e pormenorizada *Corrigenda*, o que demonstra a preocupação do A. com a seriedade e rigor do seu trabalho.

S.E.

Estudos universitários de língua e literatura. Homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.

É com particular júbilo que *Confluência* registra o aparecimento desta miscelânea de estudos em homenagem ao Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho. Professor de raça e de vocação, tem Mestre Leodegário atrás de si (e ainda há muito que percorrer) uma brilhante trajetória de estudos dedicada ao melhor conhecimento e aprofundamento da língua e da literatura portuguesa. Professor Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Titular de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, docente em Universidades européias, especialmente na Alemanha (Colônia) e em Portugal (Coimbra), a sua atividade como professor e pesquisador tem sido das mais proficuas. Vale ressaltar o estudo crítico que vem fazendo da obra lírica de Camões (do qual já saíram três dos provavelmente dez volumes que a Imprensa Nacional/Casa da Moeda, de Lisboa, terá de editar), trabalho de excepcional relevância, tanto no que diz respeito à delimitação do *corpus*, como no tocante ao estabelecimento do texto crítico. Para quem conhece os percalços postos no caminho que leva à decifração do problema do cânone lírico do Poeta (na verdade, toda a sua obra lírica é de publicação póstuma, sem apoio em qualquer original conhecido), pode avaliar o amor, ou antes, a paixão filológica que arrastou a inteligência e saber de mestre Leodegário para tarefa de toda uma vida.

A presente Homenagem desdobra-se em quatro partes: I – Colaboração Nacional, II – Colaboração Internacional, III – Documentário, IV – Tábula Gratulatória. Na parte "Nacional", são quarenta os colaboradores e, na "Internacional", vinte e dois. Os colaboradores nacionais são todos nomes dos mais categorizados e respeitados na área de estudos humanísticos. Dispensamo-nos de exemplificar. No tocante, porém, à parte internacional, não podemos esquivar-nos à menção de

certos nomes, tais as ligações estreitas e eminentes que têm mantido com a cultura luso-brasileira: Albano Martins, Alfredo Margarido, Ana Hatherly, Antônio Quadros, Arnaldo Saraiva, Eduardo Lourenço, Emanuel Paulo Ramos, José Pedro Machado, Vasco Graça Moura (Portugal), Arthur Lee-Francis, Fred M. Clark (Estados Unidos), Barbara Spaggiari, Giulia Lanciani, Giuseppe Tavani (Itália), Bernard Pottier, Paul Teyssier (França), Pavla Lidmilova (Tchecoslováquia).

Com este Registro, *Confluência* se associa prazerosamente à justa e alta homenagem que, nesses *Estudos*, se presta a um mestre competente, dedicado e amigo, e, sublinhemos, na atualidade, um dos mais eminentes cultores dos estudos lingüísticos e literários portugueses e brasileiros.

S. E.

GALVÃO, Jesus Bello. *Apontamentos de leituras*: I – Lendo João Ribeiro, Curitiba, 1991; II – Lendo João Ribeiro (Páginas de Estética), Curitiba, 1992.

O Prof. Jesus Bello Galvão, Titular aposentado da Universidade Federal Fluminense, continua, para o bem das letras pátrias, a dar o seu valioso contributo à área de estudos que elegeu. Na acolhedora Curitiba, que se vai convertendo na cidade-modelo do Brasil e para onde se transferiu, emprega proveitosamente o tempo dito de lazer na leitura e releitura de obras que concorreram lapidarmente para a formação do seu espírito. É o que está acontecendo com a produção de João Ribeiro, um dos grandes mestres que fizeram avançar a ciência no Brasil, juntamente com Said Ali, Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Rodolfo Garcia, só para lembrar alguns paradigmas.

No vol. I, coligiu J.B. Galvão fatos e opiniões críticas de João Ribeiro sobre onze filólogos brasileiros (nos quais incluiu o espanhol Américo Castro que viu a luz do dia em terras brasileiras), colhidos no vol. V, *Filólogos*, das *Obras de João Ribeiro*, editadas por Múcio Leão (1961). No vol. II, o alvo da releitura crítica de JBG são as *Páginas de Estética*, na 2a. ed., 1963, da Livraria São José. Há, em Apêndice, um soneto, *Deus*, de Gilka Machado, dedicado a João Ribeiro, e outro do próprio Jesus Bello Galvão, também dirigido ao Mestre, vibrantemente intitulado **João! João!! Ó João!!!**

Antecede o volume dedicatória a uma plêiade de brilhantes e notáveis amigos, entre os quais Jesus generosamente quis me colocar.

S.E.

LIMA, Sônia Maria van Dijk. *Lendo Hermilo Borba Filho* (Fisionomia e Espírito de uma Literatura), São Paulo, Atual, 1986.

A autora integra o corpo docente da Universidade Federal da Paraíba, área de estudos lingüísticos e literários. Os seus interesses maiores são a língua portuguesa e a teoria literária. Ainda recentemente (15 a 18 de outubro de 1991) coordenou o III Encontro de Ecdótica e Crítica Genética, realizado com pleno êxito em João Pessoa. O autor estudado, Hermilo Borba Carvalho Filho, nasceu em 1917, no município de Palmares, PE, e faleceu, em 1976, no Recife, quando ainda não completara 60 anos de idade. Embora não tivesse vivido muito, trabalhou com afinco, no jornalismo, no teatro (a sua primeira e duradoura paixão), no ensino, na direção de instituições oficiais, na vida pública em geral. Escreveu peças de teatro (algumas em verso, como *A Donzela Joana*), romances, obras de análise e crítica. Foi condecorado pelo Governo Francês com o título de Chevalier de l'Ordre des Arts et des Lettres. Casou-se em segundas núpcias com Leda Alves, católica convicta, que o reconduziu à fé cristã.

Esses dados, e muitos outros, estão no trabalho da Profª van Dijk, que, evidentemente, os traz como introdução ao seu trabalho. A obra do pernambucano Hermilo Borba Filho está inteiramente embebida na seiva cultural da terra nordestina, alma de toda a sua produção literária. É o sentido e a natureza dessa contribuição original que a Profª van Dijk Lima estuda neste opúsculo de setenta páginas, mas denso de felizes e atiladas interpretações. De fato, como diz o subtítulo de *Lendo Hermilo Borba Filho*, o seu estudo nos devolve, com argúcia e perícia, a fisionomia e o espírito de uma literatura.

S. E.

SPAGGIARI, Barbara et alii. *O Renascimento italiano e a poesia lírica de Camões*, Niterói, EDUFF / Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1992.

Os outros colaboradores desta pequena miscelânea (93 p.) são os professores José Antonio Sabio Pinilla e Leodegário A. de Azevedo Filho.

Consta a edição de: Apresentação, Prólogo, Conferências de Barbara Spaggiari, Intervenções de Leodegário A. de Azevedo Filho e Conclusão. O Prólogo é da autoria do Prof. José Sabio Pinilla, da Universidade de Granada, Espanha. Nele se faz excelente resumo da questão da lírica de Camões, desde Faria e Sousa a

Leodegário A. de Azevedo Filho. E a sua conclusão é a seguinte: "Superando as bases metodológicas da crítica anterior pela atenção prestada aos manuscritos, pela precisão da argumentação e pelo aprofundamento na questão textual, o Prof. Leodegário. A. de Azevedo Filho inaugurou um novo método de trabalho nas questões de autoria e, sobretudo, nos problemas de Crítica Textual" (p. 14). A Prof. Barbara Spaggiari pertence à Universidade de Perugia, Itália. As conferências incluídas no presente trabalho são as seguintes: "O Renascimento italiano e a lírica de Camões" (que dá título ao volume). "A obra lírica de Camões e seus problemas", "A ode IX de Camões: Fixação do texto e apreciação literária" e "A lírica de Camões: estado atual da questão". Como se vê, temas do maior interesse, tratados com a competência de uma universitária européia, o que torna indispensável este pequeno livro numa selecionada bibliografia crítica camoniana. As duas intervenções do Prof. Leodegário ("A teoria do cânone mínimo na lírica de Camões" e "A lírica de Camões e o possível modelo genético-crítico") reforçam o caráter deste volume como contribuição imprescindível para o deslindamento da complexa questão da lírica de Camões. De passagem e em relação à fixação do texto do Ode IX, deixo posta aqui minha desvaliosa opinião a favor das interpretações *Pasitea* e *Oriente*, como está em Faria e Sousa e no ms. Juromenha, e não *Panopea* e *Horizonte*, como se lê em MA e RI, no que sigo o ponto de vista do Prof. Leodegário. Na Conclusão, redigida certamente pelo Prof. Leodegário, são fundamentais, na qualidade de ponto de partida para futuras investigações, as conclusões de número 1 a 6, pp. 90-91.

S. E.

ARAÚJO, Antônio Martins de. *A Jornada do Maranhão* (Ortografia, Morfossintaxe, Estilo e Léxico), Academia Maranhense de Letras, 1992.

Trata-se de Separata da Revista Academia Maranhense de Letras, v. 73, nº 17, de maio de 1992. O autor é doutor em Letras Vernáculas e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesta cidade, onde reside, pertence aos quadros efetivos da Academia Brasileira de Filologia e do Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro. Mestre da língua, no sentido teórico e prático, distingue-se também pelas qualidades de conferencista e casticismo de linguagem.

O presente artigo-ensaio ocupa-se com o estudo do texto *A Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614*, da autoria de Diogo de Campos Moreno, a quem o Prof. Martins de Araújo chama "deslembrado" e de quem diz apenas ter sido "braço direito do de Albuquerque e cronista da guerra santa nossa". A primeira edição é de 1812, pela Academia Real das Ciências, em Lisboa. A 1a. ed.

brasileira é de 1874 e foi inserta por Cândido Mendes de Almeida em suas *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão*. Há 2a. ed. bras., às expensas do Consórcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR, 1984. No presente estudo, o Prof. Martins de Araújo não reedita o texto da *Jornada*; o seu objetivo foi apreciar-lhe as características regionais e clássicas, assim distribuídas: alguns casos de fonética sintática, morfossintaxe, recursos estilísticos, glossário (ao qual dedica o maior número de páginas do artigo). Existe ainda uma "Bibliografia de Apoio", necessária para a elaboração do glossário. A parte semântica fundamenta-se principalmente em Bluteau e Morais Silva.

A linguagem do autor da *Jornada* é tipicamente clássica; os regionalismos que ocorrem, se regionalismos são, não passam de nomes tópicos de coisas da natureza ou próprios da cultura indígena. Mais interessantes são as formas clássicas conservadas no falar do povo maranhense, testemunhos, ainda uma vez, da reconhecida "arcaicidade" do português do Brasil. Alguns exemplos: **ajuntar, amoestar, avoar, brabo, contia, corage, devação, entoncos, liança, (aliança), pertender, salvage, sujigar** (var. de **sujugar** por **subjugar**). Curioso o hibridismo **sexágono**, hoje substituído por **hexágono**. O Prof. Martins de Araújo julga necessária e urgente uma nova edição da *Jornada*. Porque, diz, impõe-se.

Agora, com a fixação do texto à vista das edições oitocentistas, glossário de nomes próprios e comuns, e tudo o mais que a torne uma bela edição crítica da obra, incluindo-se nela, é claro, as duas introduções preparadas pelos acadêmicos José Sarney e Josué Montello. (p. 159, numeração da RAML)

S. E.

BARCELOS, Álvaro. *A linguagem da Baixada Goitacá*, Rio de Janeiro, Lucerna, 1992.

O autor é professor de Lingüística da Faculdade de Filosofia de Campos, Estado do Rio de Janeiro. A Baixada Goitacá, ou Baixada Campista, pertence ao município de Campos e conta com 75000 habitantes. Com o nome de Campos dos Goitacases, chegou a Capitania da Coroa. Os índios goitacases a princípio reagiram valentemente contra a invasão de suas terras, mas acabaram por compor-se com a superioridade tecnológica do colonizador. A principal riqueza da região é a agro-indústria açucareira.

O pequeno estudo do Prof. A. Barcelos (48 p.) está assim estruturado: Perspectiva histórica, Corpus (a escola das "palavras e coisas", a linguagem da Baixada Goitacá, glossário), Apêndice: o romance *O coronel e o lobisomem*, Conclusão, Notas, Bibliografia.

Ao procurar definir os caracteres gerais da escola das palavras e coisas, o professor Barcelos deixa-se tomar pelo entusiasmo de jovem lingüista e fala-nos de um "genial" Charles Bally e de um "imenso austríaco", Hugo Schuchardt, que, embora tivesse ensinado em Graz, era alemão.

No estudo da linguagem da Baixada Goitacá, deteve-se o A. particularmente no léxico. E faz a respeito a seguinte advertência: "procuramos registrar no glossário apenas palavras não dicionarizadas ou umas poucas dicionarizadas com outros significados" (18). Critério louvável, pois é muito comum os léxicos regionais alinhar palavras de cunho geral no país e, portanto, já constantes de outros léxicos. Ficamos assim conhecendo que, na Baixada, **agicar** quer dizer "apertar, incomodar", **benevana** é "égua", **canzoada**, metaforicamente, designa "grande porção de alguma coisa": **canzoada de filhos**; **catiço** é "esperto, malandro", "grampo de cabelo" é **friso**, **furfurar** (bela onomatopéia) é "soprar", **horinstante** é "repentinamente", **lambreta** designa a "sandália de borracha", **suficiente** diz-se da "moça virgem", **zampar** vale por "empurrar". Lembro aqui que **chuisco**, espécie de doce de ovos e farinha, é guloseima que já se vai generalizando no Rio; conheço até uma doçaria no Leme cujo nome é **Chuisco**. Quanto a **pinguela** "pequena ponte de tábua ou vara de bambu", é termo bastante conhecido e já dicionarizado; veio-nos de Portugal, onde tem o sentido, próximo do nosso, de "vareta, pauzinho". Se brasileirismo é, trata-se de brasileirismo semântico.

Além do léxico, reporta-se o A. a brevíssimos fatos sintáticos. De ressaltar o uso modal da preposição **de**: "Aquele moço gosta de passear **de** sozinho".

O opúsculo traz ainda um Apêndice, onde o A. estuda algumas particularidades de linguagem do saudoso romancista José Cândido de Carvalho – "campista exaltado, amava sua terra e tinha pela Baixada um carinho especial" – em sua obra de maior divulgação, *O coronel e o lobisomem*.

O livrinho do Prof. Álvaro Barcelos distingue-se pela contribuição original para melhor conhecimento da "realidade lingüística brasileira", em especial de uma região que, pela sua proximidade de um grande centro urbano como é a cidade do Rio de Janeiro, poderia parecer não apresentar grande interesse para uma pesquisa de cunho dialetológico.

S.E.

MELO, Gladstone Chaves de. *A excelência vernácula de Gonçalves Dias*, Niterói, EDUFF, Rio de Janeiro, PRESENÇA, 1992, 225 p.

O Prof. Gladstone Chaves de Melo é nome que dispensa adjetivos e apresentações, pelo prestígio de que goza entre os que conhecem o significado autêntico da palavra "cultura".

O trabalho foi inicialmente apresentado como tese de concurso para a cadeira de Língua Portuguesa, tendo sido unanimemente aprovado pela Banca Examinadora. Convertido em livro, passa a beneficiar alunos e professores de nossas Faculdades de Letras. O objetivo do estudo está nestas palavras do A.:

Mas o essencial é mostrar, com dados concretos e sobejos, a perfeita ortodoxia gramatical de Gonçalves Dias e seu vasto conhecimento da língua: sistema, norma, virtualidades e vocabulário (p. 11).

Trata-se, como se vê, de pesquisa na linha da língua literária, o que tem grande oportunidade. A distorção que vem atingindo os estudos lingüísticos no Brasil procura apontar a língua literária, mormente quando obedece aos padrões cultos, como instrumento faccioso das classes dominantes. Então passa-se a estudar quase que exclusivamente os falares regionais, ou antes, as falas populares, em nome de uma cultura popular, a cultura oprimida das classes exploradas, que viria, mais cedo ou mais tarde, a ser a cultura da nova classe dominante, graças à vitória do processo revolucionário comandado pelas elites esclarecidas...

O estudo das línguas em sua feição oral não constitui nenhuma novidade para os lingüistas. Investigações geolingüísticas de ontem, complementadas pelas de natureza sociolingüística de hoje estão aí para prová-lo. O que há de novo é o vírus ideológico que destorce essas pesquisas, colocando-as sob o signo da irremediável diversidade e apresentando a língua culta literária como contrafação da autêntica realidade lingüística do povo brasileiro, o que ofende a objetividade dos fatos.

A língua literária, na sua manifestação escrita (*littera* "letra") é o mais sólido elo da cultura ocidental (outra expressão execranda). Vem dos gregos, vem dos latinos, vem da ebulição filosófico-teológica das "trevas" medievais. Deságua no mundo moderno, racionalista, cientifizante, tecnologicamente miraculoso. Pois, como diz Gilbert Highet:

Sem ela [a impulsão greco-romana], nossa civilização não seria meramente diferente. Seria muito menos densa, mais fragmentária, menos intelectualizada mais materialista – de fato, o que quer que de riqueza que possa ter sido acumulada, quaisquer que tenham sido as guerras que hajam sido travadas, quaisquer que tenham sido as invenções que possam ter sido feitas, [o mundo moderno] seria menos digno de ser chamado uma civilização, porque suas rea-

lizações espirituais teriam sido menores. (*The classical tradition*, 1959:1)

E faltou a Idade Média...

Este livro do Prof. Gladstone merece maior atenção. Por enquanto ficamos neste registro.

S.E.

LÍNGUA PORTUGUESA, publicação da Academia Brasileira da Língua Portuguesa, direção de Romeu Ritter dos Reis, Anos VII a XIII, Porto Alegre, novembro de 1992, n° 5.

O Prof. Romeu Ritter dos Reis, que acabamos de perder (v. *Noticiário*), vinha se destacando como um dos mais estrênuos defensores da genuidade da língua que de Portugal recebemos. Esta publicação é disso claro exemplo. Nela colaboram Vittorio Bergo "Hierarquia de valores na concordância do verbo ser"; Leodegário Amarante de Azevedo Filho "Fundamentos básicos da edição da lírica de Camões"; Maria Aparecida Barbosa "A Lingüística como ciência básica, seu desenvolvimento e aplicações"; Epitácio Torres, "Para uma política do idioma". Seguem-se os currículos dos professores Nereu Corrêa de Sousa, Celestino Sachet e João Nicolau Carvalho, registro do falecimento dos professores Celso Ferreira da Cunha, Carlos Henrique da Rocha Lima (1991), José Rebouças Macambira (1992), Enéas Martins de Barros (1992), José de Arimatéia Tito Filho e Itamar Santiago Espíndola. Por fim, a Tábua dos membros efetivos da Academia de Língua Portuguesa.

A fundação da Academia e a publicação de sua Revista são dívidas que a língua portuguesa contraiu com os ideais de amor ao patrimônio cultural luso-brasileiro que vinham guiando ultimamente as atividades desinteressadas do Dr. Romeu Ritter dos Reis.

S.E.

ELIA, Sílvio. *El Portugués en Brasil. História Cultural*. Madrid, Editorial MAPFRE, 1992, 330 p.

Este livro se insere no ciclo das comemorações ocorridas na Espanha, por motivo da passagem dos 500 anos do Descobrimento da América.

As "Colecciones MAPFRE 1492" compreendem mais de 250 livros, para cuja elaboração foram convocados mais de 300 especialistas. As *Colecciones* estão distribuídas de acordo com os seguintes temas gerais: **América 92, Índios de América, Mar y América, Idioma e Iberoamérica** (no qual se inclui o livro do Prof. Sílvio Elia), **Lenguas y Literaturas Indígenas, Iglesia Católica en el Nuevo Mundo, Realidades Americanas, Ciudades de Iberoamérica, Portugal y el Mundo, Las Españas y América, Relaciones entre España y América, España y Estados Unidos, Armas y América, Independencia de Iberoamérica, Europa y América, América, Crisol, Sefarad, Al-Andalus, El Magreb.**

Os capítulos do presente livro (ao todo vinte), estão agrupados nas duas partes em que a obra se divide, a saber: **Configuración histórico-social e Configuración lingüística**. Seguem-se "Apêndices", em número de quatro: **Bibliografía, Suplemento bibliográfico, Índice onomástico e Índice toponímico.**

O texto original do trabalho está em português, mas aparece na Coleção em versão espanhola, que é, a língua oficial da Coleção.

E.B.

MONGELLI, Lênia Márcia de Medeiros *et alii*. *A Literatura Portuguesa em perspectiva*, vol. 1, Trovadorismo Humanismo, São Paulo, Atlas, 1992.

O livro tem mais duas co-autoras: Maria do Amparo Tavares Maleval e Yara Frateschi Vieira. Lênia Márcia é professora-associada de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de S. Paulo (USP); Maria do Amparo é professora-adjunta de Literatura Portuguesa da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Yara Frateschi é professora titular de Literatura Portuguesa da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

A parte dedicada ao Trovadorismo foi escrita pelo Prof^ª Lênia Márcia, a quem se devem os seguintes capítulos: **Preliminares, A novela de cavalaria: A Demanda do Santo Graal, A prosa historiográfica e Hagiografias**, e pela Prof^ª Yara, que

redigiu o capítulo **A poesia lírica galego-portuguesa**. Da responsabilidade da Profª Maria do Amparo é toda a parte consagrada ao Humanismo. Aí se estuda a **prosa historiográfica, a pr. doutrinária, a pr. de ficção, o Cancioneiro Geral, Gil Vicente e o teatro**.

Precede os trabalhos uma **Nota prévia**, do Prof. Dr. Massaud Moisés, titular de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e diretor da série. **Completa o volume Bibliografia e Índice de nomes**.

Trata-se de obra de inestimável valor para os estudantes de Letras e desde já introdução necessária a quantos procurem ter uma idéia segura e concisa do que há de fundamental na literatura portuguesa pré-clássica.

S.E.

FERRONHA, António Luís et alii. *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda – Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses – União Latina, 1992.

Oportuna idéia do Coordenador desta publicação e da equipe que preparou o presente *Atlas da Língua Portuguesa*, publicação que contou com o apoio do Programa de Investigação da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, da Direcção-Geral da Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Fundação Oriente e do Instituto Luís de Camões. Conforme acentua o Coordenador desta obra coletiva, o "*Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo* não é um atlas lingüístico, pretende ser apenas um esboço de futuros estudos mais exaustivos, variados e globalizantes da Diáspora Portuguesa (...). A língua não tem fronteiras como visão peculiar do Mundo e, esbatidas as fronteiras políticas, a língua torna-se um facto cultural – porque captação da realidade, área de uma acção, definição e a espera de um possível". E conclui: "Como escreveu Heidegger, a linguagem é a morada do Ser". A Língua Portuguesa é hoje a morada de cerca de 200 milhões de seres espalhados pelo Mundo, e, justamente porque pessoa eu e pessoa os outros, respeitemos a língua em que ontologicamente nos foi dado morar".

Integram a obra, além da excelente Apresentação do Secretário Geral da União Latina, Philippe Rossillon, seis partes, cada uma das quais dotada de breves estudos, assinados por especialistas do mais alto nível e acompanhada de riquíssimo acervo de mapas e outras ilustrações magnificamente apresentado. A primeira parte – **Limite da Língua, Limite do Mundo** – oferece-nos os seguintes estudos: *A Chama Plural*,

págs. 12-13 (Eduardo Lourenço), *A Formação da Cultura Portuguesa*, 14-18 (José Mattoso), *Difusão Geográfica da Língua Portuguesa*, 19-23 (Carlos Alberto Medeiros), *Constituição e Elaboração da Língua Portuguesa*, 24-29 (Rita Marquilhas), *Dialectologia da Área Galego-Português*, 30-37 (Manuela Barros Ferreira).

A segunda parte – **África** – compõe-se dos estudos: *A Língua Portuguesa à Procura do Sul*, com informações histórico-lingüísticas acerca de Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola (com o breve comentário *As Línguas Nacionais no Contexto Lingüístico Angolano*, de autoria de Vatomene Kukanda), Moçambique, Senegal, África do Sul, 40-71 (António Luís Ferronha).

A terceira parte – **Brasil** – está integrada pelo estudo *A Via Láctea da Lusofonia*, 72-90, devido a António Luís Ferronha e Mariana Bettencourt.

A quarta parte – **Ásia** – contém as colaborações intituladas *Expansão Portuguesa e Línguas Asiáticas (Séc. XVI - XVII)*, 92-104 e *A Língua Portuguesa no Oriente (Sec. XVI - XVII)*, 105-118, ambas de autoria de Rui Manuel Loureiro.

A quinta parte – **Línguas de Comunicação, Línguas da Necessidade** – está representada pelo estudo *Crioulos de Base Portuguesa*, 120-125, de Dulce Pereira.

A sexta parte – **O Mundo da Lusofonia** – encerra os estudos *A presença da Língua Portuguesa nos Estados Unidos da América*, 128-129 e *Os Números da Lusofonia*, ambos de António Luís Ferronha, a que se acrescenta a relação das *Principais Datas da História da Língua Portuguesa*, 133, transcrito de colaboração de Ivo Castro às Seleções do Reader's Digest, que leva o título *Falar Melhor, Escrever Melhor*.

Conclui a obra seleta *Bibliografia*, 134, pertinente à rica temática deste *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, que oferece ao leitor uma substancial e atualizada discussão acerca da história externa do nosso idioma, capaz, conforme as palavras introdutórias de Philippe Rossillon, "de dar a conhecer melhor no estrangeiro as dimensões reais e as perspectivas do mundo lusófono de hoje em dia, e as extraordinárias virtudes dos homens e dos povos que o construíram".

E.B.

RESENHAS CRÍTICAS

CAMINHA, Pero Vaz de (1992). *Lettera sulla scoperta del Brasile*, edição italiana de Vera Lúcia de Mello Rodrigues, Palermo, Sellerio, 82 p.

Trata-se de versão italiana da famosa carta de Pero Vaz de Caminha, cidadão do Porto e escrivão da frota cabralina, dirigida a el-rei, D. Manuel I. Anterior à presente versão, temos outra, do Prof. Sílvio de Castro, catedrático da Universidade de Pádua, a primeira em data. De assinalar o interesse de universitários europeus por um documento que o competente Jaime Cortesão chamou "o auto do descobrimento do Brasil e da sua posse em nome de Cristo, pela Coroa Portuguesa".

O trabalho consta de três partes: a) a tradução italiana; b) notas ao texto; c) leitura interpretativa da Carta.

Quanto ao item "a" não nos pronunciaremos, pois damos como pacífica a excelência da tradução da Profª Vera Lúcia. O texto português que lhe serviu de base foi o da edição em fac-simile de Jaime Cortesão, Rio de Janeiro (e não S. Paulo), Livros de Portugal, 1943. Na realidade, essa edição consta não só da reprodução fac-similada da Carta, mas ainda da sua leitura semidiplomática e de um texto adaptado à linguagem atual. De qualquer forma, ter partido do texto de Cortesão foi, sem dúvida, a melhor opção.

As notas são curtas, precisas, informativas. Para redigi-las, diz-nos ter-se abeberado em Leonardo Arroyo, Damião Peres, Antônio Baião e Jaime Cortesão. A A. selecionou algumas palavras, expressões ou passagens que lhe pareceram de maior urgência para entendimento do texto, tendo evitado digressões de caráter lexicológico ou filológico. Sobre os itens "b" e "c" faremos pequenas observações.

Na nota 52, p. 53, a A., reportando-se ao trecho da *Carta* onde Caminha fala em "papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos", comenta: "l'uccello rosso in questione non è un pappagallo, bensì una **arara**". Parece-me que sim, hoje fazemos essa distinção, o que não ocorria na época de Caminha. **Papagaio** era palavra genérica, designava psitacídio que se destacava pelas cores da plumagem. Morais (1813) assim define PAPAGAIO: "Ave vulgar de bico revoltado; verde, ou cinzenta; arremeda a fala humana". A não referência à cor vermelha reforça a idéia de se tratar de "arara". Contudo este termo, de origem tímica, ainda obviamente não o conheciam os portugueses. Quanto aos papagaios verdes pe-

queninos, deviam ser periquitos, palavra que, segundo A. G. Cunha, só se documenta em português a partir do séc. XVII.

Vimos que Morais atribui também cor cinzenta às penas do papagaio. Em outro passo da *Carta* (p. 228, ed. Cort.), fala Caminha de novo em **papagaios** "deles verdes e outros pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece haver muitos nesta terra".

Olivério Pinto estranhou a cor parda em papagaios, pois, diz, "nenhuma espécie de psitácido (sic) conheço na região baiana capaz de admitir semelhante informe descritivo". A propósito informa Cortesão que "**papagaios pardos** são mais que uma vez mencionados nas descrições contemporâneas das costas da Guiné" (p. 318). Note-se que Morais dá também ao papagaio coloração cinzenta. O papagaio devia de ter para os portugueses algo de exótico; a ave falante que lhes era mais familiar era a **pega**, que, aliás, não tem bico revoltoso.

Na tradução do texto onde se lê (p. 223, Cort.) "são como aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas", a Prof^a Vera Lúcia traduziu **cabelo** como **pelo**, pois julga tratar-se de um lapso de Caminha (p. 52). Cortesão, é claro, manteve "cabelo" e, em italiano, compreende-se a tradução como **pelo**. O que se pode pôr em dúvida é o pretendido "lapso" de Caminha; **capillus**, em latim, podia também usar-se em referência aos fios mais ou menos espessos que cobrem a pele dos animais. Não creio que **cabelo** no sentido de **pelo** seja um hápax de Caminha.

A leitura semântico-cultural do texto traz como epígrafe estas palavras retiradas à *Carta*: "... questa è gente bestiale... Eppure, sono molto sani e moto puliti...". O lançamento em Cortesão é o seguinte: "... do que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva. Porém e com tudo isto andam muito bem curados e muito limpos" (p. 222).

Esta observação cresce de importância quando se topa, na leitura interpretativa do texto, a respeito de **pelo/cabelo**, com este comentário: "L'etnologo non riesce a classificarli e questo lapsus flagrante denota l'incertezza di Caminha: non sa se sono uomini (e hanno capelli) oppure se sono animali (e hanno piume)". (p. 63)

Ora, Caminha sabe muito bem que os indígenas são seres humanos, **gente**. Para o escrivão, viviam ainda em estado de inocência e chegou a compará-los a Adão: "Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto a vergonha" (239). Ou ainda: "Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos" (233). Por isso termina fazendo este pedido a El-Rei: "se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar". (238)

Em relação às indígenas, vê-se de imediato que Caminha se deixou por elas encantar. "Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas" (210). E, mais adiante: "E

uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela" (211-212).

Na verdade, nem eles nem elas poderiam parecer a Caminha "Un ibrido che la natura non aveva ancora prodotto" (63).

O que causou espécie à Profª Vera Lúcia foi o adjetivo **bestial** aplicado ao silvícola. O mesmo aconteceu ao Prof. Silvio Castro, que, contudo, ponderou: "L'uso di questo aggettivo "bestial", apparentemente in contrasto con la costante simpatia dimostrata da Caminha in relazione alla gente della nuova terra, non deve essere preso alla lettera, in quanto esso rientra nel particolare spirito semantico del portoghese arcaico" (1984:112).

Alla lettera, quer dizer no sentido corrente, atual, aquele com que a palavra é usada entre nós. **Bestial** pode ter ainda o sentido atenuado de "rude", "grosseiro". Lembrem-se os **Bestiários** medievais, que "procuravam acrescentar uma dimensão mística à visão do mundo material dos naturalistas", como se lê na Introdução ao *Livro das Aves*, editado sob a orientação de Nelson Rossi, Rio de Janeiro, MEC/INL, 1965. O adjetivo não pode, pois, ser interpretado isoladamente, fora do contexto geral da *Carta*.

Para a Profª Vera Lúcia, "Caminha non riesce ad uscire da sé per capire l'indiano o per riconoscere in lui un soggetto avente diritto di scelta. L'alterità è rivelata e rifiutata allo stesso tempo" (60).

Ultimamente vem-se usando e abusando do conceito de "cultura", em sentido antropológico ou mesmo cosmológico. Na esteira de Spengler, que não é citado, as culturas são apresentadas como algo de estereotipado, mônadas fechadas, com dinamismo próprio mas limitado. Tal cultura, tal homem.

Ora essa doutrina leva inevitavelmente a uma aporia. Se as culturas são incomunicáveis, como poderei eu **riuscire** a sair daquela a que pertença? Nada de espantar, portanto, que Caminha não **riesca** a **uscire da sé**. Mas, se ele pode transgredir a sua cultura, por que o índio também não poderá fazê-lo? A verdade é que a alteridade existe, mas em relação à pessoa humana (porque o **outro** é **outro eu**), e não em relação à cultura, onde a alteridade é relativa. A realidade é que as culturas (antropológicas) são permeáveis e que existem culturas superiores e inferiores. E o prisma que as distingue é o de **outro** tipo de cultura, ou seja, a do saber adquirido e não a do saber transmitido. O problema da "sabedoria", p.ex., se coloca em outro plano, e Bergson (*Les deux sources*) pôs em evidência a superiordade do misticismo cristão sobre as demais formas de experiência mística. A pretensão de Caminha de "inculturar" o indígena era, pois, legítima. A inculturação não se discute, os seus métodos, sim.

Outro ponto em que a Prof^a Vera Lúcia vê distorção na pretendida objetividade de Caminha está no julgamento da mulher indígena, no qual descobre traços de "machismo", como hoje é moda dizer. Salienta, p. ex., que "Più della metà delle parole che compogono la Lettera (circa 5.500) verrà usata per descrivere l' uomo che abita la terra appena scoperta, e solo cinquecento circa per descrivere la donna" (58).

Mais adiante (p. 64) será mais incisiva: "La donna tupiniquim, oltre a essere indiana, è innanzitutto donna e, come tale, ancora di più inferiore. Solo a lei non è concesso di stare nuda. Sulla sua nudità vengono fatti apprezzamenti di natura allusiva, oltre che erotica. L' unico riferimento alla nudità dei maschi, invece, riguarda il fatto che non sono circoncisi, bensì erano tutti come noi".

Não sei por que a reivindicação da nudez seja mais um avanço do progresso do feminismo. A preocupação dos portugueses de cobrirem o nu feminino parece-me antes manifestação de respeito pelo corpo da mulher (o que, infelizmente, hoje não se dá, e é mais um triste sinal da decadência deste dissoluto final de século). E, quanto ao fato do escrivão se sentir mais atraído pelos encantos corporais das indígenas do que pelos do sexo oposto, **nil admirari**.

Em relação aos meios de comunicação entre os ádvenas e os nativos, muito pouco se poderia realmente ter conseguido nos dez dias de permanência nas costas das novas terras. A bordo não havia lingüistas, e a presença de um intérprete de nada adiantaria, pois a língua dos silvícolas não mostrava a menor afinidade com as do mundo de onde provinham. O contacto tinha de fazer-se, e de fato assim ocorreu, por meio de sinais. Entenderam-se um pouco. E isso, naturalmente, o reconheceu a Prof^a Vera Lúcia: "Se il tentativo de comunicazione verbale è frustrante o vano, con l' altra forma di linguaggio, quello dei segni – e, più precisamente quello dei segni riconosciuti in ambito portoghese come espressione di uno status sociale o, comunque, gerarchico –, le cose non vanno meglio" (69-70).

Mas de todos os sinais que ficaram documentados dessa breve passagem dos navegadores portugueses em terra futuramente brasileira, nenhum se elevou mais que a cruz chantada de frente para o mar. "Infatti, in Brasile, al posto della pietra, dovettero costruire e lasciare una **cruz-padrão**, sulla quale croce fissarono le insegne di **El-Rei** portoghese, in un luogo dove **potesse esser vista meglio**" (47). Nascia a **Terra da Vera Cruz**.

Como dissemos, a edição da *Carta* preparada pela Prof^a Vera Lúcia de Mello Rodrigues consta de três partes. Sobre a primeira, a versão italiana, não nos manifestamos, pois a temos como de melhor qualidade. A segunda, são as notas, breves mas seguras, muito elucidativas. Se o trabalho tiver nova edição, o que merece, talvez possam ser ampliadas. A terceira parte, exegese do relato, pretende-se uma leitura não superficial, mas interpretativa, a nível mais profundo, do autêntico sentido cultural do texto. É natural que a Prof^a Vera Lúcia tenha empregado, para fazê-lo, as lentes de seu equipamento intelectual, o que gera controvérsias em torno desta sua versão não idiomática, mas ideológica do documento. Por isso suscitará críticas e

reflexões, como as que ora fazemos, que só poderão concorrer para a valorização do seu estudo. Assim o esperamos.

Sílvio Elia

CASTILHO, Ataliba T. de (1992). *O Português do Brasil*. Apêndice ao livro de Ilari, Rodolfo *Linguística Românica*, São Paulo, Ática.

Este apêndice compreende as trinta páginas finais do livro em epígrafe do Prof. Ilari (285 páginas). É, pois, uma síntese, um resumo interpretativo da situação atual da língua portuguesa no Brasil.

Para historiar a questão, parte o Prof. Castilho do texto que o Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Barros, escreveu sobre a língua portuguesa no Brasil, na *Introduction à l'Atlas Ethnographique du Globe*, organizado em Paris por Adrien Balbi. Texto, aliás divulgado entre nós por João Ribeiro, em *A língua nacional* (1ª. ed. 1921).

Em três direções construiu o Prof. Cast. a sua exposição: a) o problema da implantação do português do Brasil (PB), b) as variedades do PB; c) o PB e a sociedade nacional (p. 237).

Retomando o tema da implantação da língua portuguesa no Brasil que, segundo o Prof. Cast., já produziu "vasta literatura", faz o referido mestre a seguinte reflexão:

É, justamente a ênfase em certos aspectos [do citado problema], com prejuízo de outros, acaso mais centrais, que tem enviesado a discussão, fazendo ressaltar o que é periférico e comprometendo a percepção do conjunto. (237-238).

Para corrigir tais desvios e assim "dar uma visão equilibrada sobre os problemas de importância maior para o PB", oferece o Prof. Cast.

um contraponto aos trabalhos de síntese de Elia (1940 e 1979), Chaves de Melo (1946), Silva Neto (1951), Fortes (1957), Lima Sobrinho (1958), Ribeiro (1959), Houaiss (1960 e 1985), Cunha (1964 e 1968). (238).

Nessa relação aparece o sobrenome **Ribeiro**, com data de 1959. Indo-se à bibliografia, verifica-se tratar-se de **Joaquim Ribeiro**, filho do grande e saudoso filólogo **João Ribeiro** (por sinal, ambos **Ribeiro, J.**).

João Ribeiro, pioneiro do estudo da língua portuguesa no Brasil, não está incluído na bibliografia, o que é injustificável. E o filho aparece referenciado de maneira equívoca. Também conviria incluir na "vasta literatura" o historiador José Honório Rodrigues, autor de importante trabalho, ora integrando a sua *História Viva* (São Paulo, Global, 1985), com o título "A vitória da língua portuguesa no Brasil Colonial". E, embora discordemos frontalmente da tese nele apresentada e defendida, não podemos deixar de registrar a ausência do estudo "Formação e desenvolvimento da língua nacional brasileira", da lavra do Prof. José Ariel de Castro, cento e vinte e oito páginas (258-385) do vol. 1, da 3a. ed. da *A Literatura no Brasil*, direção de Afrânio Coutinho.

No item respeitante à implantação do PB, vê Cast. três aspectos: a lusitanização do Brasil, a mudança do PB, as hipóteses interpretativas do PB.

No tocante ao primeiro aspecto, parte o Prof. Cast. do ano de 1532, quando, diz, se deu a ocupação efetiva do Brasil, com a distribuição de quinze capitânias hereditárias (238). Adota assim a mesma data já preconizada pelo saudoso Silva Neto em sua *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, 2a. ed., 1963:73. Na verdade, 1532 foi o ano em que D. João III comunicou em carta a Martim Afonso o seu intento de repartir terras do Brasil entre homens de prol, para a empresa do povoamento e da colonização (v. Viana, Hélio, *História do Brasil I*, São Paulo, Melhoramentos, 8a. ed., 1970: 62).

Ocupa-se a seguir o Prof. Cast. com a debatida questão da proveniência dos colonos portugueses vindos à época para o Brasil. A questão, como se sabe, é um tanto enigmática, pois, apesar dos fortes contingentes migratórios do Norte de Portugal (Minho, Trás-os-Montes), a pronúncia brasileira se aproxima antes da do Sul que da do Norte, fato já salientado por Franco de Sá (1915). Pelos motivos demográficos acima referidos, Oliveira Viana, em *Evolução do povo brasileiro*, pendia para a proveniência nortenha; Antenor Nascentes, filólogo e linguísta, apoiando-se em realidades do plano fônico, inclinou-se para a origem sulista. Também neste sentido manifestou-se o romanista W.J. Entwistle em *The Spanish Language*.

Serafim da Silva Neto, que trouxe tais elementos para a sua já citada *Introdução*, assumiu uma **terza via**: os colonos teriam chegado de todas as partes da metrópole e, pelo contato e interação, se teria formado uma espécie de **koiné**, onde se diluiriam os tipicisms regionais. Tipicisms do Norte de Portugal são, p. ex., a pronúncia africada do fonema normalmente transcrito como **ch**, a existência de sibilantes áptico-alveolares, um fonema de articulação intermediária entre /b/ e /v/. De fato, com exceção da africada **ch**, ocorrente em zona caipira do Brasil, tais pronúncias não se ouvem em boca de brasileiros. A esse propósito, na mesma p. 238, escreve o Prof. Cast.:

Apesar dessas correspondências [isto é, das correspondências entre a pronúncia dos falares meridionais de Portugal e a brasileira], a constatação de que se processa em Portugal uma irradiação das peculiaridades dos falares meridionais tem sido invocada para rejeitar a hipótese meridionalista (Lindley Cintra, 1958).

O nome de Cintra é lembrado a propósito de comunicação apresentada pelo saudoso mestre português ao Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro. Contudo não se percebe por que "a constatação de que se processa em Portugal uma irradiação das peculiaridades dos falares meridionais" pudesse ser invocada como argumento "para rejeitar a hipótese meridionalista". O contrário é que seria de esperar. Cintra, p. ex., declara ser "impossível prescindir dos falares meridionais portugueses para explicar certos aspectos do português do Brasil" (p. 195 dos *Anais do Congresso*).

Julgando insuficiente a tese de Silva Neto – nivelação dos falares nas zonas de colonização – Cintra introduz novo fator explicativo: a maior "força expansiva" dos falares do Sul, fator que teria atuado tanto em Portugal quanto no Brasil. Mas do fato de que "se processa em Portugal uma irradiação das peculiaridades dos falares meridionais", não se pode tirar a conclusão de que há em tal constatação elementos "para rejeitar a hipótese meridionalista". Ao revés, sai reforçada.

De passagem, declaro minha maior simpatia pela tese de Serafim da Silva Neto.

Na p. 239, diz o Prof. Cast.: "À chegada dos portugueses, pouco mais de um milhão de indígenas, distribuídos por cerca de 300 línguas diferentes, povoavam o território".

Ora, o cálculo de povoadores indígenas à época do Descobrimento é bastante aleatório. Não havia "Brasil", não havia fronteiras territoriais e muito menos estatísticas. Puras especulações. Antônio Houaiss, que gosta de trabalhar com estatísticas, observa em *O Português no Brasil*:

As retrojeções que têm sido feitas das populações indígenas brasileiras vão de 4,5 milhões a 10 milhões de habitantes. (1985:50)

Um milhão, quatro milhões, dez milhões..., eis um terreno que deve ser pisado com bastante cautela. Por isso preferimos a posição prudente de Júlio César Melatti: "Não se sabe quantos grupos indígenas existiam no Brasil [entenda-se, no território que hoje chamamos Brasil] quando se iniciou a conquista européia" (*Índios do Brasil*, 4a. ed., São Paulo, 1983:29).

Na p. 239 lê-se: "Designados genericamente Tupinambás por nossos primeiros cronistas – que se referiam com certeza às tribos que habitavam o litoral – os índios" etc.

Não me parece tranqüila a afirmação de que os nossos primeiros cronistas designassem genericamente **tupinambás** os índios da costa. O que é comum entre os mais antigos informantes a respeito das línguas indígenas é ressaltar a relativa unidade dos falares indígenas do litoral, "a língua mais usada na costa do Brasil", segundo o padre jesuíta José de Anchieta, que dela fez uma gramática (1595). O nosso primeiro grande lingüista, Joaquim Mattoso Câmara Jr., em *História e estrutura da língua portuguesa*, declara:

Os dialetos que falavam [os indígenas], foram aprendidos pelos brancos, e daí se desenvolveu uma língua geral de intercurso, que era fundamentalmente o dialeto tupinambá, de um dos grupos mais importantes e mais em contacto com os Portugueses. (Rio de Janeiro, Padrão, 1975: 29)

No mesmo sentido se pronuncia o Prof. Aryon D. Rodrigues:

A língua indígena tradicionalmente mais conhecida dos brasileiros – conquanto esse conhecimento se limite em regra só a um de seus nomes, Tupi – é justamente o Tupinambá. Esta foi a língua predominante nos contatos entre portugueses e índios nos séculos XVI e XVII e tornou-se a língua da expansão bandeirante no sul e da ocupação da Amazônia ao norte. (*Línguas brasileiras*, São Paulo, Loyola, 1986: 21)

Não estou em condições de afirmar que a variante tupinambá do tupi tenha sido realmente a língua que serviu de base para a língua geral brasílica. Mas daí não se pode inferir que os nossos primeiros cronistas designassem genericamente, como tupinambás os indígenas do litoral. Cito em contrário apenas um autor, o Pe. Fernão Cardim (1548–1625), em seu trabalho conhecido como *Tratados da terra e gente do Brasil*, na ed. Itatiaia / EDUSP, 1980. Nas págs. 101-103, que iremos resumir, referindo-se à língua mais geral da costa (que podemos chamar o tupi), alinha as dez nações que a falam. Os primeiros são os **potiguaras**, senhores da Paraíba, 30 léguas de Pernambuco; vêm a seguir os **tupinabas** (tupinambás), que habitam do rio Real até junto dos Ilhéus; por uma corda do rio de São Francisco vivia outra nação a que chamavam **caaeté** (caeté); dos Ilhéus, Porto Seguro até Espírito Santo, habitava outra nação, que chamavam **tupinaquim** (tupiniquim); outra nação, a que chamam **tegmegminó** (temininó), mora no Espírito Santo; outra nação se chama **tamuia** (tamoio) e se encontra no Rio de Janeiro; segue-se a nação **carijó**, para além de São Vicente (seleccionamos as que nos pareceram mais importantes). Adverte ainda o consciencioso jesuíta que há outras nações contrárias e inimigas destas, de diferentes línguas, conhecidas em geral por **tapuias**. Portanto nenhuma designação **genérica** para todas essas nações.

Diz ainda o Prof. Castilho:

Duas línguas foram descritas durante o Brasil-Colônia: o tupinambá ou tupi antigo (documentado na gramática do Padre Anchieta, falado no litoral, de São Paulo ao Maranhão, donde sua designação de "língua geral" ou "língua brasilica") e o Kariri, do tronco Macro-Jê, falado no Sergipe e em partes da Bahia e de Pernambuco. (239)

A sistematização do tupi por Anchieta é bastante conhecida e tem um peso histórico que o cariri está longe de alcançar. Demais o Prof. Castilho nada nos diz quanto ao autor e à obra referentes ao cariri. Creio que se trata do Pe. Luis Vincencio Mamiani, que escreveu uma *Arte de gramática da língua brasilica da naçam Kiriri*, Lisboa, 1699, reeditada em 1877 no Rio de Janeiro, reprodução facsimilada por iniciativa de Rodolfo Garcia em 1943 (data provável).

Passa a seguir o Prof. Castilho da apreciação das línguas indígenas para as africanas e declara que "de 1538 a 1855 foram trazidos 18 milhões de escravos negros" para o Brasil (239). Ora, esse número é exagerado e já foi solidamente contestado. Leia-se, p. ex., o que escreveu Renato Mendonça em *A influência africana no português do Brasil*, onde, após a análise de várias estatísticas e documentos, chega à seguinte conclusão:

Eis por que reduzimos a 7 milhões o número global de africanos entrados no Brasil, quer passados pelas nossas Alfândegas, quer produtos de contrabando. (p. 34 da 4ª. ed., MEC/Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1973).

Esse número ainda me parece alto, pois o crescimento da população negra no Brasil não decorreu somente da migração forçada, mas também, é óbvio, da proliferação nativa. Luiz Viana Filho foi mais comedido: "Conhecida, pois, a importação da Bahia – 1.067.080 –, teríamos para todo o Brasil um total de 4.268.320 escravos, até 1830. 4.300.000 para arredondar." (*O negro na Bahia*, 2a. ed., Rio de Janeiro, Martins/INL, 1976:89).

O notável antropólogo patricio Castro Barreto, em livro de 1951, *Povoamento e população*, traz a seguinte importante informação:

O primeiro censo feito com boa organização só veio porém em 1819, por ordem do Conselheiro Veloso de Oliveira e dá-nos uma população de 4.396.231 habitantes, onde se incluíam 800.000 índios bravios (sic). (Rio de Janeiro, José Olympio, p. 104)

Por estimativa, na mesma página, chega Castro Barreto ao cômputo de 7.677.800 h. em 1856, para todo o Brasil. Onde encaixar, pois, os 18 milhões de escravos negros?

Cita o Prof. Cast. o trabalho realmente meritório da Prof. Yeda Pessoa de Castro sobre a interação social dos falares africanos no Brasil Colônia, assunto de

que tratou excelentemente no Primeiro Congresso Nacional de Sócio e Etnolinguística, realizado em 1978 em João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba (e cujas atas, com valiosas comunicações, até hoje infelizmente e surpreendentemente não foram publicadas) com a colaboração do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro. Na opinião, transcrita, da eminente professora (que, a nosso pesar, não consta ter prosseguido em seus estudos), as semelhanças fonológicas entre as línguas do grupo banto e o português (mesmo número de vogais, os vocábulos terminam em vogal, as sílabas normalmente são abertas) poderiam explicar a não emergência no Brasil de um falar crioulo de base africana. Isto é, teria sido relativamente fácil aos negros africanos assimilar a fonologia do português, o que os levaria à mais rápida assimilação dessa língua em detrimento de seus falares nativos.

A hipótese é aceitável, mas contestável. As línguas do grupo banto têm uma estrutura morfológica bem distinta da do português, com seus prefixos, infixos e sufixos, que as aproximam do tipo aglutinante, ao passo que o português, como se sabe, é uma língua flexiva. Demais o sistema fônico apresenta vários pontos de ruptura em relação ao português, como as consoantes nasaladas, a inexistência de ditongos, a duração vocálica. Mais razoável supor a influência dos falares africanos na queda das consoantes finais, particularmente /l/ e /r/, no português do Brasil, dado que os vocábulos do banto terminam sempre em vogal. A apócope do /r/ atinge mesmo a fala de pessoas cultas do Centro e do Norte do país, onde as formas verbais infinitivas soam normalmente, p. ex., **amá, fazê, partí**. O /l/ cai nas falas populares do interior (capitá federá, bala de mé); em grande parte do território nacional se vocaliza, como no Rio de Janeiro (carnavau); no Extremo Sul, mantém-se. Mas, de fato, não se criou nenhum falar crioulo de base africana.

Ao se ocupar com "A mudança do PB", identifica o Prof. Cast. três posições interpretativas: a) a hipótese evolucionista; b) a h. crioulista; c) a h. internalista (ou antes, estruturalista).

A hipótese evolucionista, que teve eco na fase romântica de nossa literatura, contemporânea dos rescaldos da Independência, é a que pode ser simbolizada no dito famoso de Monteiro Lobato de que, assim como o português saiu do latim, o brasileiro está saindo do português. É uma interpretação de cunho naturalista, ainda confusamente entendida pelos "teóricos" do momento. A h. crioulista, segundo o Prof. Cast., "fundamenta-se na fase do bilinguismo que ocorreu nos primeiros tempos da implantação do PB" (242). No decorrer da caracterização da h. crioulista, aparecem os nomes dos professores Serafim da Silva Neto e Gladstone Chaves de Melo. Quanto ao primeiro se diz afirmar que as diferenças entre o PB e o PP (português de Portugal), surgidas a partir da segunda metade do séc. XVII, "se devem precisamente à base crioula de nossa língua" (243); voltaremos adiante a este ponto. E, em relação a Chaves de Melo, ressalta a explicação de que "a notável uniformidade do português brasileiro se deve à difusão dos falares crioulos gerados na costa, e levados ao interior pelas bandeiras paulistas" (243). A referência é ao livro *A língua do Brasil*, 1946.

Mais especificamente refere-se o Prof. Chaves de Melo ao **dialeto caipira**, falar crioulo do tipo tupi-quimbundo, posteriormente intensamente lusitanizado, que, em virtude das Bandeiras e dos movimentos de população por elas determinados, teriam ampliado sua área geográfica (1971:77). Portanto não se trata de "falares crioulos gerados na costa" e sim de um tipo particular desses falares, o **caipira**. Esclarece, ainda, o Prof. Ch. de Melo que "Só isto pode explicar... a notável unidade relativa da nossa linguagem popular do interior", afirmação na qual o adjetivo **popular** é de presença indispensável.

A h. internalista, de fundo estruturalista, se vale da economia interna do sistema para dar conta das transformações que as línguas vão sofrendo ao longo de sua vida histórica. O desequilíbrio do sistema favoreceria a realização de certas tendências que lhe seriam inerentes. É a **deriva (drift)** de Sapir. O Prof. Cast. exemplifica com a razão buscada por Mattoso Câmara Jr. para elucidar o uso, tão freqüente no português do Brasil, de **ele** em função de objeto direto. É mais uma explicação (pouco satisfatória, aliás), para se contrapor quer à hipótese crioulista quer à da conservação de um arcaísmo.

No tocante a essa visão interpretativa do Prof. Cast. e, em especial, no referente à hipótese crioulista, teço breves considerações.

Historicamente, em relação ao problema, quatro respostas sucessivas se levantaram: **naturalista, culturalista, estruturalista, sociolingüística**.

A primeira, inspirada no biologismo dominante na época, não encontrou padrinho de seu, porque os litigantes de então, quer brasileiros quer portugueses, não tinham ciência nem consciência dos fundamentos teorizantes a que pretendiam arrimar-se. Essa conscientização só veio a emergir muito mais tarde, na pena de Monteiro Lobato, aliás excelente escritor em língua portuguesa. Está nesta frase, muito repetida, que transcrevo **apud** Pinto, Edith Pimentel, *O português do Brasil* 2, São Paulo, EDUSP, 1981:58:

Assim como o português saiu do latim, pela corrupção popular desta língua, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua-mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corromper ao que os biólogos chamam evoluir.

O texto é de 1922.

Essa posição naturalista-evolucionista-biologista não se manteve, porém. Pode-se dizer que deixou de existir a partir do livro inaugural de um novo ciclo, o **culturalista**, da autoria de um então jovem e já valoroso filólogo, o Prof. Serafim da Silva Neto. Trata-se da *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, 1ª. ed. 1950. Nele se vê que o epíteto "crioulista" não se ajusta às idéias sobre o tema de S.S. Neto; mais abrangente e mais exato é "culturalista".

Vimos há pouco que a Prof^a Yeda Pessoa de Castro não lobrigara no Brasil uma língua ppte. crioula. O mesmo se deu com o Prof. Silva Neto, que preferia aludir a um **semicrioulo**. Temo-lo nestas palavras:

É natural, portanto, que no decorrer deste primeiro século de colonização, se tenha formado entre estes índios, negros e mestiços, uma linguagem rude de gente inculta, denominada **crioulo**, ou **semicrioulo** pela lingüística moderna. (*Introdução*, 2^a. ed. 1963: 127)

O momento estruturalista não alterou essencialmente tal panorama; limitou-se, como, em sua seqüela, o **gerativismo**, a tentar, com maior ou menor êxito, descrever a fala brasileira. Ainda recentemente (1974), Ada Natal Rodrigues valeu-se do método gerativo-transformacional para descrever o falar caipira da região de Piracicaba. Atualmente vivemos a fase sociolingüística.

Na realidade, na perspectiva interpretativa, só temos dois momentos capitais: o **naturalista** e o **culturalista**, que acabou dominando. As correntes estruturalista e gerativista são, por natureza, sincrônicas e descritivistas, pois ambas se apóiam na noção de estrutura, fruto, pelo lado europeu, da idéia de **sistema**, haurida em Saussure. Sem dúvida, tem o estruturalismo a sua face diacrônica, mas que, aplicada ortodoxamente, iria apenas refinar o velho evolucionismo. O que encontramos, portanto, no momento culturalista é uma visão histórica das línguas que incorpora fatores estruturais e sociolingüísticos. Silva Neto, p. ex., que parece pretende o Prof. Castilho situar na hipótese crioulista, teria rejeitado essa classificação. Em sua *Introdução*, procurou enfocar a história da língua portuguesa no Brasil do ponto de vista histórico-social, onde colocou os contactos de língua (estrato, adstrato, superestrato), fatores políticos (a transmigração da família real), socioeconômicos (a urbanização). Mesmo quando apelou para a influência dos aloglotas conjugou-a com os dados da metodologia estruturalista ínsitos no sistema, como neste passo:

Postas assim as premissas, vemos claramente que certas mudanças verificadas na linguagem rural ou dialetal do Brasil se explicam, não pela interferência de qualquer substrato ou adstrato, mas por uma rápida evolução, apressada por aloglotas.

O papel destes consistiu, aqui, como alhures, em realizar de imediato o que, em condições normais, levaria séculos para completar-se. (1963:130)

Na p. 208 irá dizer que os novos desenvolvimentos "operam-se rigorosamente no sentido da **deriva**."

Também o Prof. Chaves de Melo, que aparece no item relativo à hipótese crioulista, mostra-se várias vezes mais inclinado a explicar certas particularidades do PB por meio da **deriva** do que pelo contacto de línguas. Assim em *A língua do Brasil*:

A análise dos nossos dialetos revela-nos a existência de muitos fatos que se devem interpretar como o desenvolvimento ou a realização de tendências latentes, embrionárias ou incipientes na língua-tronco. (1971:103) Grifo do Autor.

Passa a seguir o Prof. Castilho a ocupar-se com hipóteses interpretativas do PB. Reconhece que fatos inicialmente apontados como prova de brasilidade foram posteriormente reestudados, tendo-se comprovado que se tratava de fenômenos do português quinhentista (244). A seguir faz um elenco de características fonéticas e gramaticais que fundamentariam essa interpretação; ou seja, fatos da fala culta ou popular do Brasil que conservam fenômenos do português europeu quinhentista. Vejamos primeiramente as características fonéticas:

a) fechamento da vogal média (e, o) átona final (**fali** por **fale**, **falu** por **falo**), pronúncia que foi corrente em Portugal até o séc. XVIII; (p. 245).

Note-se, desde logo, que a pronúncia **falu** (forma gráfica **falo**) ainda é a corrente hoje, séc. XX, em Portugal. Quanto ao e átono final, a sua real pronúncia no séc. XVI é controvertida. A pronúncia como **i**, afirmada pelo Prof. Castilho é defendida por Thomas R. Hart Jr. e Herculano de Carvalho, embora este com menos radicalismo; a pronúncia como -ê e -ô é a que parece verdadeira aos professores Révah e Teyssier (e não **Tessyer**, como está nas págs. 245, 246 e também na Bibliografia). Este último, p. ex., assevera em sua *Histoire de la langue portugaise*:

Il faut attendre le XVIIIe. siècle pour voir apparaître les premières indications attestant qu' à cette époque -e est prononcé [i] et que -o est prononcé [u]. (Paris, PUF, 1980:71)

Sobre o assunto, cfr. Carvalho, J. G. Herculano de, "Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas E e O em sílaba átona", *Estudos linguísticos*, Coimbra, Atlântida, 1969, págs. 77-103.

b) rotacismo de l travador de sílaba (**marvado** por **malvado**) na variedade de sujeitos não-escolarizados;

c) supressão de -r final de sílaba: **falá**, **comê**;

d) iodização da palatal [λ] (**muié**, **fiyo**) na variedade não-escolarizada.

Temo não ter entendido bem. Pronúncias como **marvado**, **falá**, **muié** no português quinhentista? Onde a documentação? Nem no português arcaico, nem no português quinhentista, que já é clássico. Tomei o excelente livro de Paul Teyssier *La langue de Gil Vicente*(as datas extremas da cronologia das obras do Plauto português são 1502-1536) e lá realmente encontrei formas como **oyo** (olho), **dormi**

(dormir), **morê** (morrer); mas no item referente a **Caractéristiques de la langue des nègres de Gil Vicente**.

Dentre as características morfológicas do português quinhentista, aponta o Prof. Cast.:

e) emprego de **ter** por **haver** nas construções existenciais: **hoje tem aula**;

f) colocação do pronome pessoal átono em posição predominantemente proclítica: **me empresta dinheiro, vou lhe falar**.

Como se sabe, a descrição do português quinhentista ainda está por fazer; alguma coisa, sempre de primeira qualidade, trouxe o nunca esquecido Serafim da Silva Neto em sua *História da Língua Portuguesa*, cap. "O século XVI", que é de ler e rereer. Mas daí a fazer-se certas afirmações, como as das letras "b" e "c" é algo bastante temerário. **Ter** por **haver** com sentido existencial no português quinhentista, onde a documentação? O mesmo se dirá para construções do tipo **me empresta dinheiro** ou **vou lhe falar**.

A tese da "arcaicidade" do PB tem sido apresentada e defendida por filólogos brasileiros de alto porte, como Serafim da Silva Neto e Gladstone Chaves de Melo. Fixemo-nos nas palavras deste último:

Realmente, atentando-se à morfologia e à sintaxe do português popular do Brasil, chega-se à conclusão de que ele coincide, nas grandes linhas, com a língua do século de quatrocentos. (1971:97)

Essa língua, do final do século XV, é que deve de ter vindo às plagas brasilíndias nas primeiras décadas do séc. XVI. Mas nada nos autoriza a dar guarida quinhentista às formas das alíneas "b" e "d".

No tocante às inovações do PB, faz o Prof. Cast. uma seleção dos brasileirismos alinhados por Teyssier em sua HLP (146). Todavia, a contingência em que se encontrou de simplificar o conteúdo da exposição do mestre francês, dada a limitação do espaço de que poderia dispor no compêndio, levou-o a certas generalizações indevidas. Assim, p. ex., quando diz que no PB ocorreu a semivocalização do -l (**animau** por **animal**). Ressalva de Teyssier: "Seul l'extrême sud du pays maintient régulièrement l'ancienne distinction" (1980:105). Ou então: "Palatização de /t/ e /d/ seguidos de vogal média anterior: **tio** [t' iju] e mesmo [txiju], **diferença** [d' iferensa]." Restrição de Teyssier: "Il faut noter que le sud du pays échappe à cette palatalisation" (106). Ajunto que a mesma restrição pode ser estendida a certas áreas do Nordeste, ainda não bem delimitadas, como Paraíba e Sergipe. Cumpre observar que distinções semânticas como **pregar** ~ **prêgar**, de origem diacrônica, não têm nenhum valor fonológico, por lhes faltar sistematicidade. Cfr. **presente** ~ **prêsent**, onde tal distinção fonossemântica não existe. E em muitos outros casos.

Quanto à oposição do tipo **cantamos** ~ **cantámos**, não me parece que o nosso modo de dizer seja uma inovação. Sabemos que as nasais portuguesas nasceram do contacto com as consoantes nasais herdadas do latim. E isso aconteceu quer quando a nasal era homossilábica quer quando heterossilábica. Portanto é possível ter havido desnasação progressiva no português europeu, ao contrário do Brasil, onde a nasalidade pode até ter encontrado apoio no adstrato indígena. Nesse caso a inovação teria sido portuguesa e não brasileira. Gonçalves Viana, tratando desse tipo de oposição, assim opina na *Ortografia Nacional*:

Como, porém, na pronúncia mais geral se faz a distinção, parece-me que se deve de preferência acentuar graficamente o pretérito **louvámos por construir exceção à regra do a fechado antes de nasal** [o grifo é meu], conquanto... se não observe entre o presente e o perfeito dos verbos regulares das conjugações em **-er**, **-ir**, e em vários irregulares. (1904:142)

Quer dizer, p. ex., **vendemos**, pres. e pret., sem distinção de timbre no próprio Portugal. Demais o mesmo G. Viana reconhece que no Alentejo se pronuncia **louvámos** (142), no pretérito, o que também se dá na Beira (179). Tomando-se em consideração que no Brasil não se faz a mencionada distinção, vê-se como foi parcial e precipitada a inovação de GV de mandar pôr acento agudo no a tônico da terminação **-amos** da 1ª. pess. do pl. do pret. perf. do ind. dos verbos da 1ª. conjugação.

Atente-se ainda nestas palavras do Prof. Dr. Paiva Boléo, cujo recente desaparecimento tanto lamentamos:

Isto [a oposição **chegámos** / **chegámos** em Portugal] só é parcialmente exato. Basta observarmos a pronúncia de algumas dezenas de pessoas das nossas relações para nos convenceremos de que há grande número de portugueses que, na fala despreocupada, não estabelece distinção nos referidos tempos. Embora menos correta [Não sabemos em que sentido o Doutor Boléo empregou aqui a expressão "menos correta", [SE], a forma **chegámos** virá possivelmente a substituir a outra, não só porque exige menor esforço muscular, mas ainda porque o **m** tende naturalmente a fechar a vogal. (*Brasileirismos*, Coimbra, 1943:23-24)

Das "Variedades do PB" trata em prosseguimento o Prof. Castilho.

Duas metodologias destaca no estudo da diferenciação lingüística: a geolingüística e a sociolingüística. A primeira estende-se horizontalmente no espaço territorial, e a segunda se concentra na verticalidade dos estratos sociais. Da Geolingüística tivemos alguns frutos, os atlas lingüística já publicados: Bahia e Segipe, org. Nelson Rossi; Minas Gerais, org. Mário Zágari (e não Zággari; corrigir também na Bibliografia); Paraíba, org. Maria do Socorro Aragão. Existem outros em elaboração ou até pratica-

mente concluídos, como o do Paraná. No setor sociolingüística, temos algumas pesquisas isoladas, quase sempre na linha de Labov, diz-nos o Prof. Castilho.

Em relação ao tema, cita o Prof. Castilho duas bibliografias dialetais brasileiras: a de Maria do Socorro Silva de Aragão e a de Wolf Dietrich. Há um pouco mais. De valor, p. ex., é a parte referente ao português do Brasil na excelente *Bibliografia Dialectal Galego-Portuguesa*, editada pelo Centro de Lingüística das Universidades de Lisboa, 1976. Outras indicações em duas bibliografias mais recentes, a saber: a) *Bibliografia de Lingüística Portuguesa*, edição do Núcleo de estudos de Lingüística Contrastiva da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Litoral, s/d (mas a Introdução tem a data de setembro de 1987); b) *Bibliografia Seletiva da Língua Portuguesa*, Lisboa, ICALP/Ministério da Educação, 1989, XVI + 336 p., da autoria do Prof. José Azevedo Ferreira. A título de achega, acrescentarei a *Bibliografia selecionada de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira*, já impressa, organizada pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva para um curso que ministrou em Tóquio.

Para tratar das variedades do PB declara o Prof. Cast. ter tomado três parâmetros, a saber: a) variação segundo o canal (português falado/português escrito); b) variação sociocultural (português escolarizado/port. não escolarizado); c) variação temática (português escrito corrente/português escrito literário). Evidentemente e infelizmente não nos podemos alongar demasiado nesta recensão e por isso seremos sucinto a respeito.

O item b) se ocupa com a tradicional oposição entre a língua popular e a norma culta. A descrição só a faz o Prof. Castilho em relação à língua popular, assunto já suficientemente tratado pelo Prof. Chaves de Melo em *A língua do Brasil*. No referente à variedade dita escolarizada prefere alinhar trabalhos sobre o tema antes que descrever a referida variedade. Orientação que manterá no tratamento dos outros itens. Faço, porém, breve observação respeitante ao que Cast. chama "paradigma dos pronomes pessoais vigente na região central do Brasil" (255). No quadrinho que ilustra a questão, aparecem como possessivos, quer da 2ª quer da 3ª pess. apenas **seu/sua**. Quero salientar que, no Rio de Janeiro (obviamente enquadrado na região do Brasil genericamente dada como "central"), o uso do possessivo **teu** é comuníssimo. Ouve-se e escreve-se a cada passo. A razão é que o pronome de tratamento coloquial **você**, é sintaticamente da 3ª pess., mas semanticamente da 2ª. Quanto ao possessivo correspondente, seria **seu**. Contudo **seu** é semanticamente ambíguo, pois tanto se refere à pessoa com quem se fala como à de quem se fala. Ex.: "Pedro, eis aqui a sua bagagem" (de você), "F. ensina em seu livro" (dele). Para evitar a ambigüidade, recorreremos ao pronome **teu**, sempre de 2ª pess. Frases como esta "Se **você** não se comportar, eu vou chamar **teu** pai" são correntes entre nós. Dá-se uma espécie de neutralização sintático-semântica entre **você** e **teu**, de que surge um arquimorfema de tratamento (cumprе esclarecer que o Prof. Cast. está se referindo a um trabalho do Prof. Perini).

Na p. 262, ao se ocupar com a língua literária, incluiu o Prof. Cast., entre os escritores de uma série "bastante classicizante", Euclides da Cunha, a ombrear com Rui Barbosa ou Carlos de Laet. Inclusão surpreendente, pois o estilo (e de estilo se trata) de Euclides já foi dado como "bárbaro", para adequar-se ao tema da "epopéia negativa", expressão com que Stegagno Picchio classifica *Os sertões*; e do seu autor disse o apolíneo Joaquim Nabuco que escrevia com um cipó. José Veríssimo, de uma seriedade objetiva que alguns confundiram com opacidade, deixou-nos isto em seus *Estudos de Literatura Brasileira*, 5ª. série:

Pena é que, conhecendo a língua como a conhece, esforçando-se evidentemente por escrevê-la bem, possuindo reais qualidades de escritor (...), tenha o Sr. Euclides da Cunha viciado o seu estilo (...), sobrecarregando a sua linguagem de termos técnicos, de um boleo de frase como quer que seja arrevesado, de arcaísmos e sobretudo de neologismos, de expressões obsoletas ou raras, abusando frequentemente contra a índole da língua e contra a gramática, das formas oblíquias em **lhe** em vez do possessivo direto, do relativo **cujo** e, copiosamente, de verbos por ele formados, e de outros modos de dizer, que, ainda quando filologicamente se possam justificar, não são de fato itens necessários, nem belos, antes, a meu ver, dão ao seu estilo um tom de gongorismo, de artificialidade, que certo não estava na sua intenção. (1977:45-46)

Pondo de lado os juízos de natureza estética, a realidade é que não surge do texto supra um escritor de estilo "bastante classicizante".

Ao se ocupar com o "PB e sociedade nacional", escreve o seguinte o Prof. Cast.:

Desde logo, uma visão oficialista do "mundo que o português criou" tentou apagar as diferenças entre o PB e o PP (com a teoria da unidade na variabilidade) e buscou simplificar o panorama lingüístico brasileiro, descrevendo-o como um país praticamente unilingüe (Elia, 1979). (264)

A essa "visão oficialista" opõe-se naturalmente outra visão oficialista da mesma questão. Quanto ao que chamou "teoria" da unidade na variedade, não ficou bem definido se o Prof. Cast. a ela faz reservas, ou se não a aceita somente quando se trata de caracterizar o português do Brasil. Em qualquer das hipóteses, porém, a sua rejeição não procede, pois a tese da "unidade na variedade" é, desde Meillet, uma aquisição definitiva da Lingüística de nosso século. E quanto à interdição de aplicá-la ao estudo do português do Brasil, na linha, p. ex., do trabalho do saudoso e luminoso Serafim da Silva Neto, é algo surpreendente.

Para o Prof. Cast., é forçar a realidade situar o Brasil como país praticamente unilingüe. O reverso é que seria abalroar os fatos. Para comprová-lo, basta ligar um canal de televisão. E logo se ouvirá, do Amazonas ao Prata, como já foi hábito dizer, a mesma

língua portuguesa, naturalmente com as variedades diatópicas que qualquer outro país unilingüe apresenta. Conhece o Prof. Cast. alguma comunidade de cidadãos brasileiros que falem outra língua que não o português? Pelo menos, no seu ensaio, não aparece. Alude a sobrevivências de falares crioulos no Brasil, mas só consegue referenciar um crioulo em Helvécia, na Bahia, e um outro de uma comunidade de Cafundó, localizada em São Paulo. Sobre esses pretensos crioulos brasileiros, o que conheço de mais informativo é a nota nº 22, do ensaio do saudoso colega Celso Cunha, *Língua, Nação, Alienação*. Refere-se ainda Cast. a alguns falares fronteiriços; e nada mais. Onde, pois, o nosso multilingüismo ou plurilingüismo?

Quero ainda acrescentar que o chamado Projeto NURC – por extenso, "Projeto de estudo conjunto e coordenado da norma lingüística oral culta de cinco das principais capitais brasileiras" – não visa à identificação da norma culta do português do Brasil, que obviamente já existe há mais de um século. Cito a propósito as seguintes linhas esclarecedoras do mestre Celso Cunha, em seu opúsculo *A questão da norma culta brasileira*:

Embora a denominação do Projeto seja suficientemente explícita no dizer que o que se pretende pesquisar é a norma culta oral, tem havido por parte de uns poucos professores brasileiros uma total incompreensão a respeito dessa sua finalidade, confundindo observação de normas com estabelecimento de normas e, pior, não distinguindo normas da língua escrita das da língua oral. (1985: 23)

Na verdade, tenho observado que não são poucos e sim a maioria dos nossos professores interessados na questão que vêm confundindo os objetivos do Projeto NURC, enfatiza Celso Cunha que quer simplesmente observar e não estabelecer normas. Dou um exemplo comprovador do asserto. Refiro-me a uma comunicação da Prof^a Rosa Virgínia Silva apresentada em mesa redonda de um congresso realizado em Lisboa em 1983 e republicada em *Diversidade do português do Brasil*, Salvador, Bahia, 1988, sob o título "Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil (reflexão sobre o português e seu ensino)". Extraio daí as seguintes linhas:

A norma idealizada a partir de modelos literários do passado se encontra codificada na tradição da gramática pedagógica transmitida – de maneira já muito mais crítica agora – no ensino da língua portuguesa.

As normas, e não a norma, culturalmente prestigiadas e de fato em uso por certos segmentos definidos como cultos da população brasileira da atualidade estão em certa medida documentadas pelo Projeto NURC que, no momento, inicia sua fase de análise de dados. Os fundamentos para uma prática estão ainda longe de ser prontos para uma adaptação pedagógica que poderá partir de situações documentadas e permitirá, com certa margem de acerto, a condução do ensino baseada, pelo menos, nas variedades existentes nos dia-

letos dos segmentos cultos de cinco capitais brasileiras (Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Rio Grande do Sul). (218)

Está, portanto, aí dito: a) que o **ensino escolar da língua portuguesa ainda** se baseia numa gramática pedagógica **idealizada a partir** de modelos literários do passado; b) que a norma ideal assim **deprecitada** acha-se defasada, isto é, não se compatibiliza com o uso real culto da **população brasileira**; c) que urge, portanto, ajustar o ensino gramatical à norma **culta dos falantes** brasileiros; d) que, nesse sentido, o Projeto NURC, embora **parcialmente**, já pode fornecer os dados necessários; e) que esses dados são **provenientes das variedades** existentes nos dialetos de segmentos cultos de cinco capitais **brasileiras**: Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Rio Grande do Sul.

Embora reconheça que "os **fundamentos para uma prática** estão ainda longe de ser prontos para uma adaptação **pedagógica**", admite a Prof^a Rosa Virgínia que os dados existentes poderão, "com certa **margem de acerto**", permitir "a condução do ensino baseada, pelo menos, nas **variedades existentes** nos dialetos dos segmentos cultos de cinco capitais brasileiras (Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Rio Grande do Sul)". Positiva-se assim, **mais uma vez**, o **equivoco metodológico** a que já me referi em *A unidade lingüística do Brasil*. Consiste ele em, partindo-se da língua oral, sujeita às **cambiantes ocasionais da fala**, mesmo de pessoas cultas, e decorrentes do estado psíquico **momentâneo** do falante e/ou de fatores sociais conjunturais, pretender criar-se **uma nova gramática** pedagógica de feitiço brasileiro. **Parole e não langue**, para lembra Saussure. Na verdade o que temos é o falar coloquial tenso, na expressão de **Mattoso Câmara Jr.** E, nesse falar, as divergências em relação ao padrão culto, são **mínimas e**, o que é também notável, de curso geral no país. Baste citar casos como **vi ele, me deixe, foi no cinema, amanhã não tem aula, mistura de tratamento, que deixaram** de ser plebeísmos. Mas não devem penetrar na **língua formal, culta, em suma** no português padrão. A língua padrão tem atrás de si uma **tradição escrita, que a nutre e sustenta**. Em todo o mundo culto não se escreve como se **fala**. **Evitemos a confusão** denunciada por Celso Cunha de não se distinguir normas **da língua escrita das da língua oral**. Esse uso padronizado da língua portuguesa é o que é **praticado pelas pessoas realmente cultas** do país, mesmo por aquelas que **contra ele investem**, levadas por preconceitos pseudo-científicos. Há numerosas **instituições** espalhadas em nosso território, como as Academias Estaduais de Letras, ou a Academia Brasileira da Língua Portuguesa, fundada pelo estrênuo defensor da modalidade culta da língua, o Dr. Romeu Ritter dos Reis (cujo recente falecimento tanto deploramos) cujos membros se esmeram em escrever, e também falar, **com apuro** a língua portuguesa. Isso demonstra a existência, nos segmentos escolarizados da população brasileira, de um sentimento arraigado de amor e cultivo da **língua pátria**. E a língua, como sabemos, é fator primacial da unidade de uma **nação**. Será essa unidade um malefício que urja combater e destruir? Acrescento, embora pareça-me desnecessário, que, na gramática da língua padrão, não entram o léxico dito cultural, ou antes, sociocultural, nem as variedades fônico-articulatórias de cada região. Registre-se ainda que as mesmas pessoas que fazem praça de uma oralização da língua culta, quando procuram

aprender uma língua estrangeira, como o inglês, é a norma **standard** que querem estudar e não as suas variações diatópicas ou diastráticas.

Uma gramática pedagógica elaborada para um país já definidamente constituído social e politicamente não pode ter carácter pluralista. As variações são da língua oral, a língua escrita tem de aspirar à unidade.

Evidentemente o que determina a emergência de uma língua padrão são as diferentes situações do seu existir histórico. Unilingüismo ou multilingüismo são decorrências de fatores histórico-sociais. Em relação ao Brasil, p. ex., foi a nossa história viva, para falar com José Honório Rodrigues, que realizou a vitória da língua portuguesa (naturalmente sobre línguas indígenas ou africanas). Já recebemos do colonizador uma língua de cultura, que iria pouco depois ter a sua pedra angular na magistral epopéia camonianiana. Foi daí que prosseguimos, Portugal e Brasil, para a concretização de uma língua culta padrão, que herdamos e praticamos, com as suas notórias e inevitáveis alterações diacrônicas, gramaticalmente disciplinada, mas não artificialmente produzida. Eis formada a língua padrão, que, na definição do *Diccionario de Lingüística* (1986), composto pelos professores Ramón Cerdà Massó, María del Carmen Muñoz Olivares, José Luis Calero López de Ayala e Joana Lloret Cantero, é a "variedad lingüística que sirve de vehículo comunicativo para cubrir todas las necesidades sociales e individuales de los miembros de una comunidad".

As línguas não são objetos **naturais** de estudo, pois se incluem na investigação não das ciências **da natureza** e sim na das ciências ditas humanas, ou melhor, **culturais**. Por isso são de natureza essencialmente histórica. Daí que não se há de considerar a língua culta padrão como algo de artificial; do contrário, seriam igualmente artificiais quaisquer variedades "pedagogicamente" codificadas. Poderá surgir até uma contradição **in re**, que R. A. Hudson assim comenta:

The irony, of course, is that academic linguistics is likely to arise only in a society with a standard language, such as Britain, the United States, or France, and the **first** language to which linguistics pay attention is their own – a standard one. (*Sociolinguistics*, Cambridge, 1980: 34)

Não nos deixemos, portanto, seduzir pela idéia de que a verdade científica é uma só. Em ciência não há verdades absolutas, e as suas posições estão sujeitas a contínuas revisões e correções. Nem tenhamos a pretensão de carimbar como anticientífico aquilo que não pareça estar no ritmo do(s) modismo(s) dominante(s). Já o sábio Jacques Maritain nos havia advertido contra as falácias da **cronolatria epistemológica**. O que vem depois não é necessariamente melhor do que o que existia antes. A pedra de toque é a fidelidade ao real, **Adaequatio rei et intellectus**, ensinavam os escolásticos.

O Prof. Ataliba Teixeira de Castilho é mestre universitário, com valiosa folha de serviço no âmbito da língua portuguesa em particular e da Lingüística de modo geral. Esta sua contribuição ao estudo do português do Brasil vem somar-se a três

obras já clássicas sobre a questão: *O português do Brasil*, de Renato Mendonça, 1936; *A língua do Brasil*, de Gladstone Chaves de Melo, 1946, e *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, de Serafim da Silva Neto, 1950. A esses cumpre acrescer a modelar e atualizada síntese do professor da Universidade Paris–Sorbonne, Paul Teyssier, capítulo IV da sua *Histoire de la langue portugaise*, Paris, PUF, 1980. De ressaltar, na presente contribuição, as informações bibliográficas comentadas constantes dos números 1.2.1. a 1.2.1.3, p. 252-260. Destarte as observações feitas nesta recensão apenas refletem o interesse em nós despertado pela modernizada síntese do Prof. Castilho.

Sílvio Elia

NOTICIÁRIO

De 5 a 10 de outubro do ano passado, realizou-se nesta cidade do Rio de Janeiro, o COLÓQUIO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA LITERÁRIA, promovido pelo Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português, sob os auspícios desta tradicional e benemérita instituição de ensino.

A sessão inaugural realizou-se no dia 5 de outubro, às 10:30 h, no salão nobre do Liceu Literário Português. A mesa diretora dos trabalhos foi composta pelo Dr. Antônio Gomes da Costa, Presidente do COLÓQUIO, Dr. Leonardo Mathias, Embaixador de Portugal, Dr. José Guilherme Stichini Vilela, Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, Prof. Antônio Houaiss, atual Ministro da Cultura, Dr. Sérgio Lopes, Diretor Geral da TAP Air Portugal, Dr. Francisco Falcão Machado, Cônsul Geral de Portugal em São Paulo, Dr. José Augusto Seabra, atualmente Embaixador de Portugal na Índia, Dr. Aníbal Pinto de Castro, Diretor da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Dr. Antônio Maria Ornelas O. Mendes, representante do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Prof^a Cleonice Berardinelli, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Prof. Sílvio Elia, membro da Diretoria do Instituto de Língua Portuguesa e, **last but not least**, Prof. Dr. Eugênio Coseriu, da Universidade de Tübingen, Alemanha, a quem coube abrir as atividades culturais do COLÓQUIO.

O tema da conferência do Prof. Coseriu foi o próprio conceito de *Língua Literária*. Com a profundidade e clareza de sempre, o Prof. Coseriu literalmente empolgou o seletto auditório que lotava o amplo salão nobre do Liceu, o que se traduziu no calor dos prolongados aplausos ao final da sua brilhante exposição. Na abertura dos trabalhos, falou também o Dr. José Augusto Seabra, então Embaixador de Portugal na UNESCO e reconhecidamente um dos nomes mais relevantes da intelectualidade portuguesa contemporânea. O tema, da maior oportunidade, versou sobre *A língua portuguesa nas organizações internacionais* e despertou o maior interesse, não só pelo conhecimento direto da matéria do expositor, mas também, e talvez principalmente, pelas argutas observações que fez a respeito.

Por brevidade, iremos apenas relacionar os nomes e temas dos demais conferencistas das sessões plenárias: Ângela Vaz Leão, da Universidade Federal de Minas Gerais, *A recuperação do português arcaico na língua literária contemporânea*; Paul Teyssier, da Universidade Paris / Sorbonne, *Os autos de Gil Vicente como documentos lingüísticos*; Ivo Castro, da Universidade de Lisboa, *Filologia Pessoaana*; Maria do Carmo Henríquez Salido, da Universidade de Vigo, Espanha,

A língua galego-portuguesa e suas relações com a língua portuguesa; Aníbal Pinto de Castro, da Universidade de Coimbra, *A formação da língua literária no século XVI*; Maximiano de Carvalho e Silva, da Universidade Federal Fluminense, *Contribuição da Crítica Textual ao estudo da língua literária*; José Herculano de Carvalho, da Universidade de Coimbra, *Difundir e ilustrar a língua portuguesa*; Leodegário A. de Azevedo Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, *A relatinização do português quinhentista*. O Prof. Giuseppe Tavani, da Universidade La Sapienza de Roma, que deveria falar sobre *Retrospectivas e perspectivas da Crítica Textual aplicada à poesia lírica galego-portuguesa*, não pôde comparecer, por motivo de doença grave em pessoa da família.

As "comunicações programadas" foram proferidas pelos professores a seguir relacionados juntamente com os respectivos temas: Sônia Maria van Dijck Lima, Universidade Federal da Paraíba, *A prática do palimpsesto: leitura textual plural*; Telmo Verdelho, da Universidade de Aveiro, *A escrita literária e os dicionários na história da língua portuguesa*; Onésimo Teotônio Almeida, Brown University, USA, *Das excelências axiológicas do Bremonismo ou em jeito de Manifesto pelo Regresso do Vernáculo*; Adrien Roig, Universidade Paul Valéry, França, *A linguagem de Mário de Andrade em Paulicéia Desvairada*; Cleonice Berardinelli, Universidade Federal do Rio de Janeiro, *O jovem Antero*; Brian F. Head, State University at Albany, USA, *A obra de Cornélio Pires como fonte de informações sobre o dialeto caipira*; Eneida do Rego Monteiro Bomfim, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, *Co-ocorrência de elementos de ligação no português antigo*.

Houve duas mesas-redondas. A primeira sobre *A Língua Portuguesa No Mundo Afro-Oriental*, presidida pelo Prof. Antônio Basílio Rodrigues, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, contou com a participação dos professores Maria Helena Sousa Lobo (Cabo Verde), Ângelo Carrasco (Angola), Jin Guo Ping (China), Inês Machungo (Moçambique) e Odete Semedo (Guiné-Bissau). A segunda, sobre *A linguagem de Graciliano Ramos*, esteve sob a presidência do Dr. Fernando Cristóvão, da Universidade de Lisboa e contou com a participação dos professores Gilberto Mendonça Teles, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Adriano da Gama Kury, Chefe do Setor de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa.

A Prof^a Giulia Lanciani, da Universidade La Sapienza, Roma, não pôde comparecer em virtude de doença grave em pessoa da família.

Houve muitas comunicações livres, das quais destacamos algumas, a título exemplificativo do excelente nível em que decorreram as atividades do COLÓQUIO: Heitor Megale, *Os textos arturianos galaico-portugueses*; Fernando Ozorio Rodrigues, *Um contista do séc. XVI: Gonçalo Fernandes Trancoso*; Jairo Dias de Carvalho, *O parágrafo literário*; Antônio João Silvestre Mottin (Irmão Elvino Clemente), *Língua literária e crítica*; Pierre F. G. Guisan, *Uma comunidade em perigo; os Kristang de Malaca*; Luiz Marques de Souza, *Paráfrase pragmática no léxico e no discurso*.

As *Atas* do COLÓQUIO, estão programadas para publicação ainda no decorrer do presente ano de 1993.

A Comissão Organizadora estava constituída pelos professores Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Evanildo Bechara, Maximiano de Carvalho e Silva e Antônio Basílio Rodrigues, sob a presidência do Dr. Antônio Gomes da Costa, Presidente do ILP e do Liceu Literário Português.

O êxito do COLÓQUIO foi total e a sua programação decorreu em ambiente da maior cordialidade, interesse e prazerosa convivência, de que é testemunho o número crescente de participantes a partir da data da sessão inaugural. Nem podemos esquecer, no particular, a festiva noite folk-lórica proporcionada pela Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria, bem como a valiosa cooperação do R. S. Club Ginástico Português.

O COLÓQUIO não contou com o apoio de nenhuma entidade oficial brasileira, que, em verdade, não foi solicitado. Tornou-se assim notável exemplo do que podem realizar entidades particulares, quando, à sua frente, se encontram pessoas capazes, conscientes de seus deveres para com o progresso cultural do país, movidas tão somente pelo ideal de engrandecer a terra onde plantaram as suas energias criadoras.

Não se pode, porém, descansar sobre os louros obtidos. É de esperar, portanto, que o Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português, prossiga na consecução de suas metas de aproximação cultural dos povos de língua portuguesa e que assim novos e frutuosos congressos possam contribuir para a consolidação da Comunidade Internacional das Nações Lusófonas, ora na cogitação das autoridades brasileiras, portuguesas e africanas.

Assumiu o Ministério da Cultura o Embaixador Antônio Houaiss. Filólogo de reconhecidos méritos, o Prof. Antônio Houaiss muito tem cooperado no sentido de crescente e cada vez mais estreita aproximação cultural Brasil-Portugal. Ainda recentemente foi o principal artífice do novo Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro, a que deram adesão os jovens países africanos de língua oficial portuguesa. Aprovado em Portugal pela Assembléia da República, no Brasil adormece nas gavetas de nosso Parlamento.

Recepcionado por colegas e amigos com um jantar no restaurante Sol e Mar, no qual foi saudado pelo escritor Guilherme Figueiredo, foi também homenageado no jantar de fim-de-ano do P.E.N. Clube do Brasil, falando então pela entidade o seu Presidente, Prof. Marcos Almir Madeira.

Convidado mais de uma vez pelo Instituto de Língua Portuguesa, do Liceu Literário Português, a participar de seus atos culturais, como ocorreu por ocasião do COLÓQUIO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA LITERÁRIA, Antônio Houaiss foi sempre a presença prestigiosa e amiga, a fortalecer os laços de cultura que nos prendem às raízes lusitanas.

Acompanhando o Embaixador José Aparecido de Oliveira a Portugal e assessorando-o em seu trabalho em prol de uma constante e viva cooperação entre os dois países, esteve recentemente em Lisboa o poeta, escritor e acadêmico Ledo Ivo.

Visitou várias instituições culturais, manteve contatos importantes, entre outros com o Presidente do Instituto Camões, Luís Adão da Fonseca, e com o próprio Presidente da República, e mereceu cativante atenção da imprensa lusa.

Foi entrevistado pelo *Diário de Notícias*, pelo *Jornal de Letras* (JL), pelo periódico *Cultura*. Ao *Jornal de Letras*, onde se disse representante da Academia Brasileira, quando interrogado, a respeito de uma possível ameaça à unidade da língua portuguesa assim se pronunciou: "Acho que há uma superlíngua portuguesa, que deve ser a língua comum, a língua de diálogo dos povos comuns; e há as línguas portuguesas de Portugal, a língua portuguesa do Brasil, a língua portuguesa de Angola, a língua portuguesa de Moçambique, a língua portuguesa de Cabo Verde. Nesta imensa variedade é que está o grande vigor da língua portuguesa".

Em termos mais restritamente lingüísticos, poderíamos assim interpretar o que o Poeta viu ou entreviu com lucidez: A "superlíngua portuguesa" é a **língua de cultura**, aquela que serve para exprimir as mais nobres aquisições do saber dos povos que se utilizam do mesmo sistema lingüístico; é a língua veicular da cultura desses povos. E as "línguas" diferenciadas segundo os países que dispõem da mesma língua comum são as diferentes **normas** que, dentro do mesmo sistema lingüístico, o processo histórico vai sedimentando ao longo dos séculos. Sem quebra da unidade

fundamental, é bom sublinhar (pois, do contrário, teríamos não outra norma e sim outra língua).

Poeta e Linguísta encontraram-se, ao termo de suas rotas convergentes. É que o erro é múltiplo, mas a verdade uma só.

O dia 4 de março assinalou a passagem do centenário de nascimento de um dos mais brilhantes cultores da Filologia e da Linguística Portuguesas no Brasil, Antônio Martinz (com z, conforme passou a escrever) de Aguiar.

Nascido em Floresta, município do então Soure, hoje Caucaia, aos 4 de março de 1893, Martinz de Aguiar fez todos os seus estudos em Fortaleza e cedo se tornou jornalista, colaborador de *Universitário*, órgão dirigido por João Brígido. Com a ajuda de seu irmão José Lopes de Aguiar, aprofundou os segredos do latim, do francês, do espanhol e particularmente do português, disciplina em que se tornou mestre consumado, na plêiade dos maiores que o Ceará já nos legou em todos os tempos. Professor catedrático do Liceu do Ceará com uma tese cheia de novidades para a época (*Repasse crítico da gramática portuguesa*, Fortaleza, 1922), trabalho que passou toda a vida revendo e ampliando para uma segunda edição, que pensava publicar com o título de *Relance*. Do que é esta nova versão do *Relance*, basta ler o longo artigo "Fonética do português do Ceará" (*Revista do Instituto Histórico do Ceará*, nº 51, Fortaleza, 1937, págs. 271-307).

Foi ainda catedrático de português e francês do extinto Colégio Militar do Ceará. É numerosa e sempre substancial sua colaboração em revistas e jornais, e alguns desses artigos estão enfeixados em *Notas e estudos de português* (Fortaleza, 1942; 2ª ed., Rio de Janeiro, 1971). Seu nome e fama ganharam maior divulgação no Sul do país, depois de uma citação encomiástica do *Repasse* feita por João Ribeiro na sua *Gramática*, curso superior, relativamente à definição de advérbio. A Organização Simões editou as *Notas de português de Filinto e Odorico* (1955), livro repleto de preciosas lições acerca do nosso idioma.

Pertenceu à Academia Cearense de Letras de que foi, em certa época, o principal esteio.

Acham-se esparsos em revistas eruditos trabalhos como, entre outros, *Cirandas infantis*, *A linguagem da Academia Cearense de Letras*, *Estudos de filologia geral e dialetal portuguesa*, *Os sinais de Galvão*.

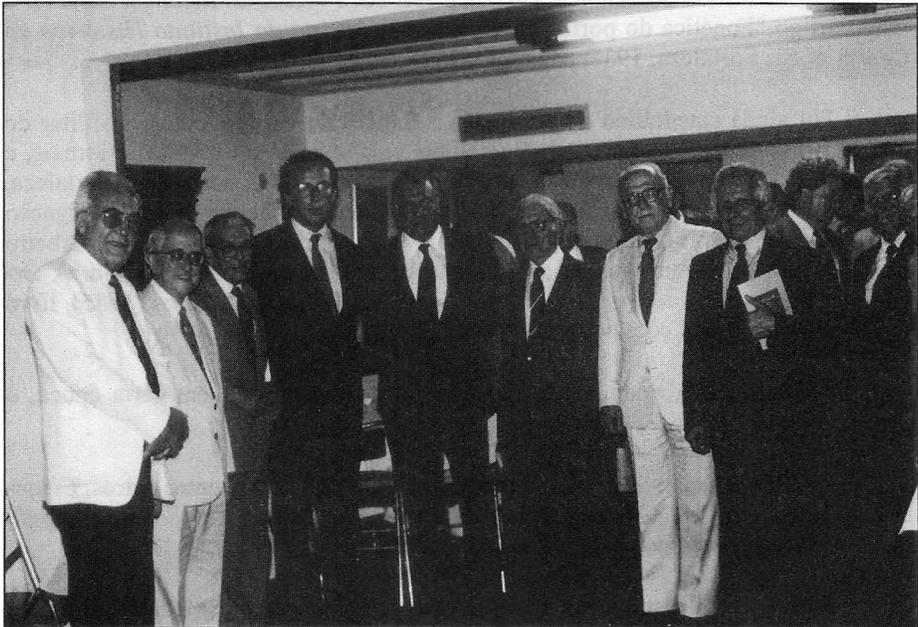
Em 1940 foi distinguido pelo governo brasileiro com a Medalha de Prata, comemorativa do cinquentenário da Proclamação da República; em 1956, pelo governo estadual, com a Medalha de Bronze comemorativa do 111º aniversário de fundação do Liceu do Ceará; no dia 29 de maio de 1969 foi-lhe conferido o título de Doutor Honoris causa pela Universidade Federal do Ceará. Esposo amantíssimo de

D. Ofélia Cavalcante de Aguiar e pai dedicadíssimo, tem no filho Alcimo de Aguiar um entusiasta da sua obra, que reuniu com vistas a uma publicação integral.

Como justa homenagem, o Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará promoveu a realização de um **Seminário sobre as idéias lingüísticas de Martinz de Aguiar: repasse crítico**, de 26 e 27 de novembro de 1980. A operosa Academia Cearense da Língua Portuguesa escolheu-o para patrono da Cadeira nº 1, cujo titular é o Prof. Arnaldo Vasconcelos, atual presidente da instituição.

Na passagem deste centenário acreditamos ser a quadra propícia para que venha à luz a edição das obras do mestre e amigo Martinz de Aguiar, honra do patrimônio cultural do Ceará e do Brasil.

Ao ensejo da visita ao Rio de Janeiro do Senhor Secretário de Estado da Cultura de Portugal, Dr. Pedro Santana Lopes, a Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras ofereceu-lhe um jantar, ao fim do qual discursaram o Dr. A. Gomes da Costa e o homenageado, enfatizando o trabalho da Federação e de instituições portuguesas em prol da cultura de Portugal e do Brasil. Do evento é o instante abaixo.



Da esquerda para a direita, os Profs. Drs. Leodegário A. de Azevedo Filho, Maximiano de Carvalho e Silva e Gladstone Chaves de Melo, Dr. Pedro Santana Lopes, Dr. Antônio Gomes da Costa, Profs. Drs. Sílvio Elia, Evanildo Bechara e Malaca Casteleiro, este da comitiva oficial portuguesa.

No dia 19 de maio, tomou posse a nova Diretoria do Liceu Literário Português, presidida pelo Dr. Edson Chini. Ao nosso Presidente e à sua equipe *Confluência* formula os melhores votos de sucesso e realizações à frente da benemérita instituição, e aproveita a ocasião para agradecer ao Dr. A. Gomes da Costa e à Diretoria que agora é substituída o apoio permanente e a decisiva atuação em favor do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português.

O último novembro encontrou de luto a família filológica de Portugal e do Brasil: no primeiro dia nos deixou Manuel de Paiva Boléo e no dia dezoito foi a vez de Edith Pimentel Pinto.

Ambos dedicaram suas vidas ao amor, cultivo e investigação da língua portuguesa, e dessa atividade resultaram trabalhos importantes que lhes assinalam lugar de relevo no quadro dos cultores da Filologia Portuguesa.

O Doutor Manuel de Paiva Boléo, nascido a 26 de março de 1904, em Idanha-a-Nova, ingressou cedo no magistério liceal e daí alçou posição de relevo como catedrático da Universidade de Coimbra. Também cedo, como leitor da Universidade de Hamburgo, entrou em contato com o que de melhor se fazia na Alemanha e no resto da Europa no campo das investigações lingüísticas. Desse proveitoso contato resultou um relatório exaustivo, *Orientações da Filologia Românica na Alemanha e o Seminário Românico de Hamburgo* (Coimbra, 1931), repleto de projetos e planos a serem desenvolvidos em Portugal, especialmente em Coimbra. A essa quadra floresciam as pesquisas dialectológicas, a geografia lingüística, o método de **Palavras e Coisas**, a estilística; não sem razão, podemos apontar esses aspectos como os pontos altos do interesse que o Doutor Boléo revela em sua extensa obra. O Seminário Românico de Hamburgo, tendo à frente a inspiração e o exemplo de Fritz Krüger, marcou indelevelmente os traços do futuro pesquisador que conseguiu, através dos anos, arregimentar discípulos e fazer escola, hoje bem representada nos catedráticos de Filologia Românica e Portuguesa da Universidade de Coimbra e das instituições de ensino superior aonde alcançam sua ação e seu prestígio acadêmico.

Extremamente meticoloso na investigação e nos registros dos fatos, preocupou-se com levar a seus discípulos o rigor do método e do trabalho científicos, escrevendo acerca da matéria preciosos artigos e livros. Daí resultava também seu interesse pelo embasamento bibliográfico, como nos dá mostra a *Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa* (Lisboa, 1946).

Ao lado das pesquisas dialectológicas, cultivou a língua escrita literária e soube auscultar-lhe também os segredos e potencialidades, conforme atestam *Língua falada, lógica e clássicos. A propósito da discussão "Um dos que..."* (Coimbra, 1935), *O realismo de Eça de Queiroz e a sua expressão artística* (Coimbra, 1942).

Consciente da diversidade diastrática e diafásica do idioma, não desdenhou os fatos aí correntes e a metodologia respectiva; a discussão e reflexão desses temas estão em trabalhos como *A metáfora na língua portuguesa corrente* (Coimbra, 1935), *O interesse científico da linguagem popular* (Lisboa, 1943), *Brasileirismos – Problemas de método* (Coimbra, 1943), *Filologia e História. A emigração açoriana para o Brasil* (Coimbra, 1945).

O campo da estilística, entre outras obras acima citadas, foi trabalhado com mais aprofundamento em *Tempos e modos em português. Contribuição para o estudo da sintaxe e da estilística do verbo* (Lisboa, 1935) e *O perfeito e o pretérito em português, em confronto com as outras línguas românicas* (Estudo de caráter sintático-estilístico) (Coimbra, 1937).

A ação do Doutor Boléo não se limitava ao campo estritamente acadêmico; preocupavam-no também o cultivo e preservação do idioma pela sociedade lusófona, guiado pelo mesmo propósito com que o Liceu Literário Português criou o Instituto de Língua Portuguesa. Neste campo escreveu o opúsculo *Defesa e ilustração da língua. A propósito do Instituto da Língua Portuguesa* (Coimbra, 1941).

Depois que o Brasil reuniu alguns dos seus melhores especialistas em torno da discussão da Nomenclatura Gramatical, o Doutor Boléo também congregou ilustres colegas portugueses e propôs uma Nomenclatura Gramatical Portuguesa.

Todavia, nesses últimos quase cinquenta anos o **opus magnum** do mestre coimbrão é, sem dúvida, a *Revista Portuguesa de Filologia*; iniciada em 1947, representa hoje, com o *Boletim de Filologia*, de Lisboa, o mais importante repositório de estudos lingüísticos e filológicos em língua portuguesa.

*

A nossa querida colega Edith Pimentel Pinto, titular da área de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, paulista de nascimento, revelou-se desde cedo uma excelente professora secundária nos melhores colégios da capital e, em 1970, foi convidada para ingressar no ensino universitário pelo então titular Segismundo Spina – outro excelente mestre de nossa seara. Nesse convite estava a sugestão de Dino Preti, um dos mais altos representantes da moderna geração de lingüistas da USP, companheiro das lides magisteriais de Edith e que, no dia seguinte ao falecimento da ilustre colega, na sessão de Congregação da FFLCH, lhe teceu, em comovidas palavras, o perfil acadêmico e humano.

Incansável nas suas pesquisas pessoais e na presença das pesquisas de seus alunos, Edith, tanto quanto Boléo, possuía o dom de descobrir talentos, e alguns hoje brilham no cenário do magistério universitário, dentro e fora da USP. Notabilizou-se por trabalhos sobre o modernismo brasileiro, que se tornaram imprescindíveis, como os dois alentados volumes de *O Português do Brasil – textos críticos e teóricos*, *A Gramatiquinha de Mário de Andrade – texto e contexto*, e *A língua escrita no Brasil*,

o vol. VI da coleção *História da Língua Portuguesa*, dirigida por Segismundo Spina para a Ática.

Pelo seu talento e competência foi convidada a exercer, entre 1964 e 1965, as funções de leitora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira na Universidade de Tübingen, na Alemanha.

Além de pesquisadora da palavra, Edith era também uma artista da palavra, e como prosadora e poetisa ganhou alguns prêmios literários e mereceu menções honrosas, como o 1º Prêmio Nacional de Poesia, na Bienal Nestlé de Literatura, com o volume *Sinais e Conhecenças*.

Colaboradora assídua da revista *Confluência*, do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, Edith Pimentel Pinto era para nós, que atuamos no Rio de Janeiro, o traço permanente de inteligência, de cultura e de amizade que une os dois Estados, na convicção plena de que a verdadeira Ciência está no trabalho honesto de todos os seus operários e no arroteamento de todos os campos.

O desaparecimento em novembro de Manuel de Paiva Boléo e Edith Pimentel Pinto faz-nos lembrar que algumas línguas eslavas – o tcheco e o polonês, por exemplo – designam esta quadra do ano com uma palavra que significa "a queda das folhas". Despojada de duas folhas está, assim, a árvore da Língua Portuguesa.

O ano de 1993 não tem sido muito propício para a cultura luso-brasileira. Em janeiro, falecia em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o Dr. Romeu Ritter dos Reis, fundador e presidente da Academia Brasileira de Língua Portuguesa. Fevereiro levou-nos Arthur César Ferreira Reis, um dos mais ilustres membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Março foi aziago para Portugal. A mesma semana arrebatou a poetisa rebelde Natália Correia, o historiador da literatura e cultura portuguesas, Antônio José Saraiva, e o ensaísta Antônio Quadros. E, entre nós, na quarta-feira da Semana Santa, era roubado ao convívio dos numerosos amigos o historiador Américo Jacobina Lacombe, Diretor Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa.

O Dr. Ritter dos Reis foi sempre um apaixonado da língua portuguesa e daí ter dedicado grande parte da sua vida ao culto e cultivo da língua pátria. Muitos de nossos lingüistas vêem um tanto desdenhosamente instituições como a Academia fundada pelo Dr. Ritter dos Reis, por lhes faltar, segundo pensam, base científica. Contudo não se pode desprezar **ab initio** uma corrente de opinião que visa contrapor-se à desgramaticalização do padrão culto. É um dado objetivo que tem de ser tomado, cientificamente, em consideração.

Arthur César Ferreira Reis estudou com erudição e lucidez certos aspectos relevantes da história do Brasil, particularmente a região amazônica. Américo Jacobina Lacombe dedicou-se a pôr ao alcance dos estudiosos de nossa cultura a

contribuição poderosa de Rui e foi um dos mais conscienciosos e seguros conhecedores da historiografia brasileira.

Ferreira Reis e Jacobina Lacombe, tal como Pedro Calmon, sempre foram tidos como autênticos amigos do velho Portugal. E com toda a razão. Não se há de confundir, porém, o amigo com o historiador. Recorde-se a velha máxima **Amicus Plato, sed magis amica veritas**. Só que, neste caso, **Plato e Veritas** se confundem. Não foi o sentimento que tornou róseas as lentes com que ambos enfocaram a presença da gente portuguesa na formação político-social do Brasil. Ao contrário, foram os dados da realidade, descompromissadamente observados (como iria dar-se mais tarde com Gilberto Freyre) que os levaram a uma conclusão positiva relativamente ao processo conduzido por Portugal no chamado colonial de nossa História.

A esses grandes brasileiros, com seu preito de saudades, quer *Confluência* deixar o testemunho de uma gratidão e admiração que o tempo não poderá apagar.

Já estávamos encerrando o material deste número de *Confluência*, quando nos chegou a notícia do falecimento do mestre e amigo Isaac Nicolau Salum, professor titular de Filologia Românica da USP, ocorrido na cidade de São Paulo, aos oitenta anos de idade.

Perde a Universidade de São Paulo um dos seus mais dignos mestres, pela vastidão de sua ciência e pelo calor humano que a todos contagiava.

O Prof. Salum era o modelo de sábio e santo, cujas lições não ficam apenas no que escreveu; ficam mais na lapidação da formação profissional e científica de grande parte do magistério secundário e superior que labuta neste Brasil, especialmente em São Paulo, muitos dos quais pertencem hoje ao que de melhor ostentam a investigação e a pesquisa entre nós.

Seus livros – representados pelas teses universitárias –, suas traduções e supervisões de obras básicas, seus gráficos que nos anteciparam alguns temas da lingüística textual, suas aulas e suas arguições de teses, seu coração sempre dádivo e acolhedor, tudo isto fazia do Prof. Salum um mestre e um amigo.

Nascido em Altinópolis (Minas Gerais) aos 24 de março de 1913 e falecido na cidade de São Paulo aos 3 de maio de 1993, deixa-nos o amigo uma grande saudade, e o mestre, uma lição de vida totalmente dedicada às letras e à religião.

Confluência, no próximo número, voltará a falar da vida e obra desse consagrado professor; hoje são apenas desabafos pela perda dolorosa.

ESCREVEM NESTE NÚMERO

ANTONIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

CILENE DA CUNHA PEREIRA. Filha de Celso Cunha e Doutora em Letras, professora de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro do Projeto do Atlas Etnolingüístico do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

EUGENIO COSERIU. Catedrático de Lingüística Românica da Universidade de Tübingen, autor de trabalhos teóricos da mais alta importância, ocupa um dos lugares mais destacados entre os lingüistas da atualidade.

EVANILDO BECHARA. Professor Titular nos cursos de Graduação e Pós-Graduação dos Institutos de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense.

IVO CASTRO. Professor da Faculdade de Letras de Lisboa, onde leciona História da Língua Portuguesa. Especialista em Crítica Textual, dirige atualmente a equipe que prepara a edição crítica de Fernando Pessoa.

MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA. Professor Titular aposentado de Filologia (Crítica Textual) do Instituto de Letras da UFF. Ex-diretor do Instituto de Letras da UFF e do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa. Membro da Academia Brasileira de Filologia e do Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro. Autor de várias obras de sua especialidade.

SÍLVIO ELIA. Professor nos cursos de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Antigo Catedrático de Latim no Colégio Pedro II e Titular de Lingüística da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VALTER KEHDI. Doutor em Letras, professor da área de Filologia e Língua Portuguesa nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, Licenciado em Lingüística Geral pela Université de Provence, autor de livros e artigos da sua especialidade.

VITTORIO BERGO. Professor aposentado de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, autor de vários livros e artigos de sua especialidade.